

O contributo da UNICEF para o ODS 16 e a importância da Educação e da Juventude na Construção da Paz: O caso do Burundi

Inês Vieira Soares

Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais com Especialização em Globalização e Dinâmicas Regionais

Versão corrigida e melhorada após Defesa Pública

Inês Vieira Soares, O contributo da UNICEF para o ODS 16 e a importância da Educação e da Juventude na Construção da Paz: O caso do Burundi, 2022

fevereiro, 2022

O contributo da UNICEF para o ODS 16 e a importância da Educação e da Juventude na Construção da Paz: O caso do Burundi

Inês Vieira Soares

Relatório de Estágio de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais com Especialização em Globalização e Dinâmicas Regionais
Versão corrigida e melhorada após Defesa Pública

“The future of peace and prosperity that we seek for all the world’s peoples needs a foundation of tolerance, security, equality and justice.”

7th UN Secretary-General Kofi Annan in *Building Families Based on Partnership – International Day of Families* (1997)

“Humanitarian response, sustainable development and sustainable peace are three sides of the same triangle.”

9th UN Secretary-General António Guterres at the General Assembly in his speech on taking office (2016)

AGRADECIMENTOS

A conclusão e entrega do presente relatório de estágio deve-se em muito a um grupo de pessoas que nunca me deixaram sozinha, que me ajudaram incondicionalmente e que me abriram a porta quando necessitei, sem hesitar. A elas quero agradecer pois não teria chegado até aqui sem o seu apoio. Obrigada pela oportunidade, obrigada pelas palavras de coragem e força, obrigada pela orientação e obrigada por não me deixarem desistir, sobretudo, quando vi a minha rotina ser totalmente alterada graças ao contexto atípico que vivemos nos dias de hoje. No meio das dificuldades e constrangimentos que caracterizaram este estágio e consequentemente o seu relatório, os desafios foram superados e os objetivos alcançados, não fosse “o Homem do tamanho do seu sonho”, como dizia Fernando Pessoa.

Quero começar por agradecer à instituição que me acolheu e que me abriu as portas pela segunda vez, a UNICEF Portugal e neste sentido, à Diretora Executiva, Beatriz Imperatori, que permitiu a realização do estágio, mesmo com as condicionantes da Pandemia, que podiam ser um impedimento à minha entrada na organização. Quero deixar um agradecimento especial às pessoas que trabalharam diretamente comigo, nomeadamente, a todo o Departamento de Políticas de Infância e Juventude: Francisca Magano, Mariana Farinha, Rosa Maria Coutinho e Pedro Antunes - um dia espero voltar a cruzar o meu caminho convosco. Por sua vez, à minha orientadora de estágio, Leonor Costa, quero deixar um enorme e sentido obrigado, não só pela sua preocupação constante, mas também, pela sua disponibilidade e dedicação.

À minha orientadora do relatório de estágio, Professora Alexandra Magnólia Dias, quero reforçar a minha gratidão por nunca ter desistido de mim, por fazer questão de me contactar sempre que sentia que algo estava menos bem, por todas as palavras de coragem, de força e de incentivo e sobretudo pela disposição de voltar a “alinhar-me no caminho certo” mesmo quando os constrangimentos prevaleciam.

Ao meu namorado, por ser o meu porto de abrigo e por ter sempre as palavras certas para me puxar para cima. E por fim, aos meus pais, onde não existem palavras que possam agradecer o seu apoio pois são incondicionais e são a razão do meu percurso até aqui. O vosso amparo e compreensão foram fundamentais.

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, na área de especialização de Globalização e Dinâmicas Regionais. Assim, serve o presente documento como registo descritivo da prossecução da Componente Não-letiva do Mestrado, por via de um Estágio Curricular realizado na UNICEF Portugal/Comité Português para a UNICEF, entre 1 de outubro de 2020 e 31 de março de 2021.

Orientação Científica pela Professora Doutora Alexandra Magnólia Dias.

RESUMO

O presente relatório de estágio foi elaborado no contexto das atividades desenvolvidas no âmbito do Estágio Curricular na UNICEF Portugal/ Comité Português para a UNICEF e visa a obtenção do Grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais. Neste sentido, procura perceber de que forma a UNICEF, enquanto Organização Internacional e Agência das Nações Unidas, tem contribuído para a prossecução da Agenda 2030, nomeadamente, para o ODS 16, que prevê sociedades pacíficas, justas e inclusivas. Por outro lado, olha para a Educação e para a Juventude, destacando-se a Resolução nº 2250, como domínios fundamentais para a construção da Paz, estabelecendo uma clara relação de interdependência entre o ODS 16, a Educação e a concretização do ODS 4 e a Juventude. Sendo a UNICEF uma das principais organizações que trabalha para a garantia do Direito à Educação de qualidade e para a promoção da participação e empoderamento da Juventude, analisa-se a atuação da mesma, na ótica destas áreas, para a realização do ODS 16.

Por sua vez, trata-se o processo de *Peacebuilding*, de forma aprofundada, incluindo os jovens no mesmo. De forma a exemplificar a importância da Educação e da Juventude neste processo, bem como o trabalho da UNICEF para tal, apresenta-se um Estado de Caso sobre o Burundi, que consiste num claro exemplo de envolvimento dos jovens na mudança de narrativa de conflito do país.

Conclui-se que a UNICEF, sobre o mandato da CDC, trabalha para a Agenda 2030, sendo a guardiã dos direitos da criança na mesma, destacando-se alguns ODS, como o 4 e o 16. Por outro lado, afirma-se a importância da Educação e da Juventude nos trabalhos de Paz e consequente efetivação da mesma.

Palavras-chave: UNICEF; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; ODS 16; Educação; Juventude, Paz e Segurança; *Peacebuilding*; Burundi.

ABSTRACT

This internship report was prepared in the context of the activities carried out within the scope of the Curricular Internship at UNICEF Portugal/Comité Português para a UNICEF and aims to obtain the Master's Degree in Political Science and International Relations. In this sense, it seeks to understand how UNICEF, as an International Organization and a United Nations Agency, has contributed to the pursuit of the 2030 Agenda, namely, to SDG 16, which provides for peaceful, just and inclusive societies. On the other hand, it looks at Education and Youth, with emphasis on Resolution n° 2250, as fundamental domains for the construction of Peace, establishing a clear relationship of interdependence between the SDG 16, the Education and the achievement of SDG 4 and the Youth. As UNICEF is one of the main organizations that works to guarantee the Right to Quality Education and to promote the participation and empowerment of Youth, its action is analyzed, from the perspective of these areas, for the achievement of SDG 16.

In turn, the Peacebuilding process is dealt with in depth, including young people in it. In order to exemplify the importance of Education and Youth in this process, as well as the work of UNICEF for this, a Case Study about Burundi is presented, which is a clear example of the involvement of young people in changing the conflict narrative in the country.

It is concluded that UNICEF, under the mandate of the CRC, works for the 2030 Agenda, being the guardian of the rights of the child in it, highlighting some SDGs, such as 4 and 16. On the other hand, is reaffirmed the importance of Education and Youth on Peace and its consequent implementation.

Keywords: UNICEF; Sustainable Development Goals; SDG 16; Education; Youth, Peace and Security; Peacebuilding; Burundi.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	6
ABSTRACT	7
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	10
INTRODUÇÃO	12
• Enquadramento Metodológico	17
• Desafios, Oportunidades e Constrangimentos.....	19
• Identificação e Justificação do Tema e da Problemática.....	21
1- O FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA	24
1.1 - UNICEF enquanto Organização Internacional e Ator Global	24
1.2 - Estruturação da Organização ao Nível Internacional e Nacional.....	26
• A UNICEF no Mundo (Nível Macro)	26
• A UNICEF Portugal/ Comité Português para a UNICEF (Nível Micro).....	30
2 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, EDUCAÇÃO E JUVENTUDE	32
2.1 – Agenda 2030 – A Era do Desenvolvimento Sustentável.....	32
2.2 – A Educação e a Juventude como veículos para a Paz	36
2.3 – O contributo da UNICEF para a Agenda 2030 - A promoção da Educação, da Paz e da Participação da Juventude.....	40
2.4 – O Impacto da COVID-19 nos ODS	44
3 – O PROCESSO DE <i>PEACEBUILDING</i>	48
3.1 – <i>Peacebuilding</i> – O Conceito e os Jovens no Processo	48
4 – ESTUDO DE CASO: O BURUNDI	50
4.1– Burundi: uma Análise Interna e Externa	50
4.2 – O Histórico de Conflito	52
4.3 – Crise Política de 2015 vs. Atualidade.....	54
4.4 – Caracterização da Juventude no Burundi	57
4.5 – Processos de <i>Peacebuilding</i> no Burundi	57
4.6 – “ <i>Youth lead by Example</i> ” – o Papel da UNICEF e da Resolução 2250 na mudança de narrativa de conflito no país.....	58
5 – O QUOTIDIANO DO ESTÁGIO	61
5.1 – A UNICEF Portugal na Ótica Internacional.....	61

5.2 – O Funcionamento do DPIJ/ADV e Áreas de Trabalho	62
5.3 – O Processo de <i>Advocacy</i> – Acompanhamento e Monitorização das Políticas de Infância Locais, Nacionais e Europeias.....	63
5.4 – A Promoção da Educação e dos ODS por parte da UNICEF em Portugal	64
• A Experiência: Sessões nas Escolas	65
5.5 – Considerações Práticas, Análise Crítica e Competências Adquiridas.....	65
CONCLUSÃO.....	68
FONTES E BIBLIOGRAFIA	70
ANEXOS	81
Anexo 1 – Países em Situação de Fragilidade (2020)	81
Anexo 2– Entrevista realizada aos Colaboradores da UNICEF Portugal	82
Anexo 3 – Entrevista realizada ao Colaborador da UNICEF Burundi.....	83
Anexo 4 – Tipologia dos Entrevistados e Código de Citação	84
Anexo 5 – Transcrição da Entrevista a AO	85
Anexo 6 – Transcrição da Entrevista a DA	97
Anexo 7 – Transcrição da Entrevista a ADS.....	99
Anexo 8 – Progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Estados Extremamente Frágeis, Frágeis e Não-Frágeis/Desenvolvidos.....	103
Anexo 9 –Mapa da Região dos Grandes Lagos Africanos	104
Anexo 10 – Fragilidades no Burundi.....	104
Anexo 11 – Atividade realizada no Estágio, de forma detalhada.....	105

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ADC** – Aliança de Democratas para a Mudança no Burundi
- CEFTL** – Comunidade Económica da Região dos Grandes Lagos
- CDC** – Convenção sobre os Direitos da Criança
- CNDD-FDD** - Conselho Nacional para a Defesa da Democracia – Forças para a Defesa da Democracia
- COMESA** – Mercado Comum da África Oriental e Austral
- CRC** – *Convention on the Rights of the Child*
- DPIJ/ADV** – Departamento de Políticas de Infância e Juventude/*Advocacy*
- ECCAS** – Comunidade Económica dos Estados da África Central
- ECOSOC** – Conselho Económico e Social das Nações Unidas
- FNL** – Frente de Libertação Nacional do Burundi
- FRODEBU** – Frente pela Democracia no Burundi
- HLPF** – Fórum Político de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável
- IDH** - Índice de Desenvolvimento Humano
- IGO** – *International Governmental Organizations*
- INGO** – *International non-governmental Organizations*
- OCDE** - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- ODM** – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
- ODS** – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- OI** – Organizações Internacionais
- OMS** – Organização Mundial de Saúde
- ONG** – Organização Não-Governamental
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PBF** - Fundo das Nações Unidas para a Consolidação da Paz

RES – Relatório de Estágio de Mestrado

RI – Relações Internacionais

UE – União Europeia

UNDP – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UNFPA – Fundo das Nações Unidas para a População

UNGA – Assembleia Geral das Nações Unidas

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNSC – Conselho de Segurança das Nações Unidas

UNSCR – Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas

VICOBA – *Village Community Banking*

WCDE – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XXI caracteriza-se por uma extensa combinação de desafios globais que geram novos riscos e que intensificam os já existentes. Para além das alterações climáticas; conflitos eminentes; pobreza crónica e doenças associadas; desigualdade e injustiça; crises económicas ou instituições fracas e ineficazes, muitos outros riscos globais têm emergido e trazido consigo novas necessidades humanitárias (Affolter & Valente, 2020a).

Em 2016, o *The Global Risks Report* alertou pela primeira vez para a possibilidade de uma pandemia global poder surgir e tornar-se num verdadeiro desafio que para o qual o mundo não estaria preparado. Em 2020 esse risco tornou-se real e todas as esferas da sociedade foram diretamente afetadas. Os dias de hoje caracterizam-se para uma tendência de crescente fragmentação da sociedade - manifestada através de riscos persistentes e emergentes na saúde; no aumento do desemprego; na expansão da divisão digital e na “desilusão da juventude”¹ – que pode ter graves consequências numa era que combina, entre os riscos já enumerados, riscos económicos, ambientais, geopolíticos e tecnológicos (*World Economic Forum*, 2021a).

O custo humano e económico imediato da COVID-19 é grave e ameaça reduzir anos de progresso na redução da pobreza e da desigualdade, bem como enfraquecer a coesão social e a cooperação global (*World Economic Forum*, 2021b) – tudo isso agravado pelas tendências de um sistema multilateral mais competitivo, isolacionista e nacionalista. Neste sentido, todo o contexto atual coloca em causa e vem atrasar os esforços globais que têm vindo a ser desenvolvidos desde 2015² com a implementação da Agenda 2030. Em 2020, 57 Estados apresentam níveis de fragilidade

¹ De acordo com o *The Global Risks Report 2021* e Advani (2021) a “desilusão da juventude” / “*youth disillusionment*” surge como o oitavo risco imediato numa lista de dez possíveis riscos a curto prazo listados pelo *World Economic Forum*. As principais conclusões deste relatório revelam que devido à pandemia, a deterioração da saúde mental coloca 80% dos jovens em todo o mundo vulneráveis à depressão, ansiedade e desilusão, tornando-os alvos mais fáceis para a radicalização. Por sua vez, a instabilidade, as perspetivas de emprego (que mesmo antes da pandemia já eram escassas) e a falta de acesso à educação à distância, sobretudo das raparigas, veio dificultar o sentimento de esperança na Geração Z, principalmente, porque é a segunda crise global que atravessam num espaço de uma década. Este é um risco que tem sido amplamente negligenciado pela comunidade global, mas tornar-se-á numa ameaça crítica para o mundo pois a geração atual carece de oportunidades futuras e como consequência poderá perder a confiança nas instituições económicas e políticas de hoje.

² O ano de 2015 é várias vezes mencionado uma vez que será a data de início do período de análise desta investigação. Para além de ser o ano que marca a implementação das Resoluções 2030 e 2250, é também o ano em que se iniciou o mais recente conflito no país escolhido como Estudo de Caso (Burundi).

consideravelmente elevados (Anexo 1), sendo que destes, 13 países representam estados extremamente frágeis. Isto significa que quase um quarto da população mundial (23%) ou mais de três quartos (76,5%) daqueles que já eram extremamente pobres antes da COVID-19 vivem num dos 57 contextos de fragilidade mencionados (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, 2020).

O *The World Bank* afirmou, em 2011, que a insegurança é o principal desafio da nossa era em termos de desenvolvimento e esta ideia, em 2021, mantém-se, e chega mesmo a ser reforçada, sobretudo, se apontarmos para os grupos mais vulneráveis, como as crianças, que são as “que pagam o maior preço pela guerra e as que beneficiam mais da paz” (Affolter & Valente, 2020b). As consequências humanas e económicas, a curto e a longo prazo, dos conflitos, sejam eles políticos, económicos, sociais, religiosos ou étnicos, são enormes. Impactam negativamente em todas as áreas da sociedade e fragilizam a proteção e a garantia dos Direitos Humanos. Esta situação piora significativamente quando falamos de crianças e jovens cujo pleno desenvolvimento é completamente negligenciado e todos os direitos, defendidos na Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC)³ de 1989, são colocados em causa.

Assim, numa tentativa de “transformar o nosso mundo”, tal como mencionado na própria Agenda 2030, em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas⁴ que têm em vista um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade e que visa alcançar a Paz universal e erradicar a pobreza em todas as suas dimensões. Neste sentido, esta Resolução defende que todos os países e partes interessadas, incluindo todas as agências das Nações Unidas, de uma forma colaborativa, devem implementar este plano e estimular ações significativas até 2030.

Para esta investigação, das cinco áreas identificadas como prioritárias nesta Agenda, interessa-nos olhar para a referente à “Paz” que reforça o grande objetivo de

³ A CDC é o tratado internacional mais amplamente aceite e ratificado de sempre - com o maior número de Estados Partes, tendo sido já subscrito por 192 países.

⁴ “Os Objetivos e Metas de Desenvolvimento Sustentável são integrados e indivisíveis, de natureza global e universalmente aplicáveis, tendo em consideração as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando as políticas e prioridades nacionais.” (Organização das Nações Unidas, 2015, p. 13). Tradução realizada pela autora a partir do documento oficial da Resolução da ONU, disponível em https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf.

alcançar sociedades mais pacíficas, justas e inclusivas e que olha para a Paz e para o Desenvolvimento Sustentável como interdependentes.

Deste modo, e sendo a base deste relatório (RES) a experiência obtida num estágio curricular na UNICEF Portugal, mais propriamente no Departamento de Políticas de Infância e Juventude/*Advocacy* (DPIJ/ADV) e inserido, essencialmente, no Programa de Educação pelos Direitos, o que se pretende na componente científica do mesmo é olhar para o contributo da UNICEF - enquanto Organização Internacional, Agência da Organização das Nações Unidas (ONU) e instituição forte e sólida defensora de Direitos Humanos - para a prossecução dos ODS, particularmente, do ODS16. A designação oficial deste consiste na “promoção de sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável e instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”⁵ (Organização das Nações Unidas, 2015a) e como tal, esta pesquisa assentará na forma como a UNICEF trabalha e contribui para que se promovam sociedades pacíficas e inclusivas e para que exista um acesso universal à justiça, partindo da posição de instituição forte, efetiva e também ela inclusiva.

Destaca-se na Agenda 2030 a interligação entre Desenvolvimento Sustentável, Educação e Paz e esta será a lente que a presente investigação se debruçará. Neste seguimento, procurar-se-á estabelecer a relação entre o contributo da UNICEF para o ODS 16, tendo como base o seu trabalho na garantia do Direito à Educação de qualidade para crianças e jovens (que a autora teve a oportunidade de observar diretamente com a sua experiência no Programa de Educação) e posteriormente na defesa do ODS 4 que visa “assegurar uma Educação inclusiva, equitativa e de qualidade, bem como, oportunidades de formação ao longo da vida para todos.” (Organização das Nações Unidas, 2015b).

Quando se busca materializar sociedades mais pacíficas, justas e inclusivas a Educação não pode surgir desagregada, aliás, a desigualdade no acesso à Educação está diretamente associada a uma maior probabilidade de conflito violento (Omoeva & Buckner, 2015) e o conflito, por conseguinte, está associado ao agravamento da

⁵ Designação oficial dos ODS16 e ODS4 traduzida pela autora do documento oficial da Resolução da ONU (2015) Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development A/RES/70/1. New York: United Nations. Disponível em https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf.

desigualdade na Educação (Omoeva, Hatch & Moussa, 2016). Kofi Annan (1999) afirmou “A Educação, é simplesmente, *Peacebuilding* com outro nome” sendo na linha deste ponto de vista que se focaliza outra relação a estabelecer-se nesta pesquisa, nomeadamente, o nexos entre Educação e *Peacebuilding* e a forma como a UNICEF contribui para ambos. Isto é, por um lado, a forma como a UNICEF promovendo o Direito à Educação promove Justiça, Inclusão e ajuda na construção da Paz e, por outro lado, como trabalha para o processo de *Peacebuilding*. Relativamente a este último aspeto irá salientar-se os esforços da organização para o empoderamento⁶ da Juventude e envolvimento e participação ativos da mesma nas questões de segurança e da Paz, indo ao encontro das Resoluções 2250 (2015); 2419 (2018) e 2535 (2020) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSC). Estas reconhecem como as desigualdades de acesso dos jovens à Educação e a oportunidades económicas impactam de forma dramática na Paz duradoura e simultaneamente identificam o importante e positivo contributo dos jovens nos esforços para a manutenção e promoção da Paz e segurança (UNSC, 2015).

Para uma análise mais aprofundada do trabalho da UNICEF no sentido do ODS 16 através da garantia da Educação e do empoderamento dos jovens na promoção da Paz e segurança, esta investigação terá como Estudo de Caso, o Burundi. Um país que assistiu a vários ciclos de violência étnica e política desde a sua independência e que presenciou uma nova crise política em 2015, apenas dez anos após o final oficial da anterior (Pilchick & Luthi, 2016a). De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE] (2020) este país encontra-se, atualmente, numa situação de extrema fragilidade, sendo um dos 13 países num universo de 57 que se caracterizam por enfrentarem dificuldades e desafios nas dimensões económica; ambiental; política; de segurança e social.

Em suma, este relatório estará organizado por cinco capítulos. No Capítulo I, onde se destaca a análise de Adewole Lawal das teorias de Nicola Yeates e Richard Jolly, olhar-se-á para a UNICEF enquanto Organização Internacional relacionando este aspeto com a sua presença no palco mundial e na Governança Global. Além disto, abordar-se-á a sua estrutura organizativa nos vários níveis: desde Agência das Nações

⁶ Neste relatório recorre-se ao termo “Empoderamento” no sentido de “Reforço de Competências” e na linha do termo em inglês – “*Empowerment*”.

Unidas, passando pela sua estrutura regional e executiva e terminando como Comité Português para a UNICEF (entidade de acolhimento do Estágio).

De seguida, o Capítulo II introduz a componente científica deste RES e trata o conceito de Desenvolvimento Sustentável associado à Agenda 2030, dando enfoque ao ODS 16 e ao ODS 4. Depois, aborda a Educação e a Juventude como veículos para a Paz, introduzindo a Resolução nº 2250 e abordando a relação de interdependência entre estes e os ODS e, seguidamente, faz uma análise do papel da UNICEF no que toca ao seu trabalho no âmbito dos ODS e da Juventude. Por fim, faz referência ao impacto da COVID-19 nos ODS, focando alguns aspetos no continente africano e no Estudo de Caso. Neste Capítulo salientam-se várias linhas teóricas, nomeadamente, Duncan French no conceito de Desenvolvimento Sustentável; Johan Galtung no conceito de Paz; Annette Isaac, James Page e Suzanne Miller no conceito de Educação para a Paz e, por fim, Alpaslan Ozerdem, Sukanya Podder e Ingrid Anderson no que toca à Juventude e à Resolução a ela associada.

No Capítulo III, a temática apresentada assenta no processo de *Peacebuilding*, reforçando a atuação dos jovens no mesmo. Aqui, Johan Galtung volta a destacar-se, juntamente com Devon Curtis e Thomas Waldman.

Depois, o Capítulo IV versa-se sobre o Estudo de Caso, nomeadamente o Burundi. Aqui, após um enquadramento do país a nível interno e externo, de uma contextualização histórica do conflito e de uma análise da crise política de 2015 com uma comparação com a atualidade, aborda-se os processos de *Peacebuilding* no mesmo relacionando este tópico com o trabalho da UNICEF e da Resolução Juventude, Paz e Segurança. Nesta parte do RES, evidenciam-se os autores Andrea Ó Súilleabháin, Ntagahorabo Burihabwa e, novamente, Devon Curtis.

Já o Capítulo V irá tratar a componente prática deste relatório, expondo todo o quotidiano do estágio. Além do funcionamento e logística da UNICEF Portugal e do DPIJ/ADV, também haverá espaço para considerar as principais tarefas no âmbito dos projetos e programas da organização, bem como, para uma análise crítica e reflexiva do próprio estágio, nomeadamente, das competências, das oportunidades, dos desafios e dos constrangimentos.

- **Enquadramento Metodológico**

Nesta investigação é utilizada uma abordagem essencialmente qualitativa, no entanto, procura-se que a mesma seja complementada e reforçada com informação quantitativa. A recolha de dados (qualitativos e quantitativos) é realizada através de pesquisa documental e observação direta e participante no local de estágio e as fontes utilizadas são, na sua maioria, fontes primárias, fontes secundárias e bibliografia científica/crítica.

A investigação começou por incidir na análise de fontes primárias e secundárias disponibilizadas no contexto da observação direta e participante da dinâmica do DPIJ/ADV da UNICEF Portugal, durante o período do estágio curricular. As fontes consultadas consistiram, sobretudo, em documentos oficiais; de trabalho; de pesquisa; sínteses e relatórios internos da organização, de outros Comitês Nacionais, da *UNICEF Office of Research - Innocenti*⁷ e da UNICEF ao seu nível mais macro, bem como de entidades e instituições parceiras. Importa salientar que algumas destas fontes não poderão ser referenciadas e incluídas neste relatório por motivos de cumprimento do contrato de confidencialidade. Por sua vez, a presente pesquisa assenta, igualmente, na consulta, análise e interpretação de fontes primárias como documentos oficiais e de legislação públicos da ONU (sobretudo da UNGA e do UNSC), da UNICEF e da UE tais como Resoluções, Convenções e Regulamentos.

No seguimento do contacto ao longo da realização deste relatório com a UNICEF Burundi, destaca-se a disponibilização de documentos por este Comité à autora e que foram uma mais-valia para aprofundar com mais pormenor a análise do Estudo de Caso.

Simultaneamente, procedeu-se à análise de bibliografia científica e crítica de forma a compreender e a aferir as investigações e principais conclusões sobre a temática deste relatório e daí poder realizar o Estado da Arte e consolidar o argumento principal.

Além das fontes já mencionadas, importa salientar a utilização de fontes secundárias, que se consideraram serem fundamentais, pois permitiram recolher informação estatística e factual de relevância disponibilizada por várias organizações como a própria UNICEF, o *World Economic Forum*, o *The World Bank*, a OCDE, o

⁷ A UNICEF Innocenti consiste num centro de pesquisa global para crianças.

Multi-Partner Trust Fund Office Gateway ou a *Freedom House*. É pertinente, ainda, fazer referência à utilização de sítios oficiais da UNICEF, das Nações Unidas e de outras estruturas cuja missão assenta na temática deste relatório, que serviram para a atualização da informação e que ajudaram a acompanhar e a perceber o tema numa perspetiva mais interna.

Por sua vez, a metodologia para esta investigação foi, igualmente, reforçada com a realização de entrevistas a colaboradores da UNICEF. Como tal, realizou-se três entrevistas que permitiram recolher contributos e perspetivas extremamente valiosos e relevantes para o estudo e que serviram de complemento à investigação. É de sublinhar que as informações recolhidas não se fundamentam como uma amostra analisada no âmbito dos parâmetros do rigor metodológico, foram, sim, utilizadas para complementar a informação obtida no decorrer da análise e pesquisa em causa.

Duas das entrevistas foram realizadas a dois colaboradores da UNICEF Portugal, mais propriamente do Departamento de Políticas de Infância e Juventude. Ambas consistiram em entrevistas semiestruturadas (Klotz & Prakash, 2009), sendo que uma foi totalmente realizada à distância, por videochamada, com recurso à plataforma *Zoom*, procurando colmatar os constrangimentos da Pandemia, e outra começou por ser realizada de igual modo, isto é, recorrendo ao *Zoom*, contudo, devido à dificuldade de conciliação de agendas pessoais, alterou o seu formato para Entrevista Escrita e as respostas às questões foram enviadas, via *E-mail*, pelo entrevistado. Ainda que o formato e o contexto da entrevista tenham sido alterados procurou-se manter a flexibilidade e a adaptação do conteúdo à pessoa.

As entrevistas assentaram em dez questões previamente preparadas, disponíveis no Anexo 2, para que não existisse um desvio considerável do objeto de estudo, todavia, foram sendo adaptadas ao entrevistado e ao contexto da conversa, reforçando a flexibilidade, informalidade e conseqüentemente uma reflexão mais aprofundada sobre a temática.

Relativamente à terceira entrevista, esta foi realizada a um colaborador da UNICEF Burundi. Devido à distância geográfica e à incompatibilidade do fuso horário a entrevista teve o formato escrito, e acabou por ser, comparativamente às restantes, mais estruturada e linear. Ou seja, foram enviadas pela entrevistadora, via *E-mail* e na língua universal inglesa, de forma a facilitar a comunicação, dez questões (algumas

distintas das colocadas aos colaboradores da UNICEF Portugal, privilegiando a adaptação) – presentes no Anexo 3. De seguida, o entrevistado enviou as suas respostas, com o seu contributo e perspetiva. Esta entrevista foi extremamente importante pois permitiu oferecer ao Estudo de Caso um “olhar interno” de um nacional burundiano, de um colaborador da organização estudada e de um elemento que está em contacto direto com os projetos desenvolvidos e com o próprio contexto do país.

As entrevistas realizaram-se na base do anonimato, impedindo qualquer constrangimento ou inibição de liberdade de expressão. Para fins de identificação serão utilizados os cargos profissionais, mediante declaração de aceitação assinada pelos entrevistados, no final da entrevista. Todos os entrevistados concordaram com a utilização dos seus cargos profissionais como meio para os identificar/referenciar e deste modo foram criados três códigos de citação pela autora, presentes no Anexo 4. Importa reforçar que as entrevistas tiveram como principal fundamento as funções exercidas pelos entrevistados e o seu olhar interno como funcionários da UNICEF, bem como o seu conhecimento e experiência nos domínios analisados neste relatório.

- **Desafios, Oportunidades e Constrangimentos**

O ponto de partida deste relatório é o estágio curricular realizado na UNICEF Portugal e no decorrer deste vários foram os constrangimentos e desafios que a autora teve que ultrapassar e que estiveram na base para que a metodologia desta investigação fosse sendo alterada e adaptada. Constrangimentos e desafios que, ao serem olhados de um prisma diferente, podem ser considerados oportunidades de crescimento ao nível pessoal, académico e profissional - enquanto aluna, enquanto investigadora e enquanto trabalhadora.

Como tal, tanto o objeto de estudo como a metodologia de investigação foram sendo alterados no decorrer da realização deste relatório devido a alguns constrangimentos relacionados com as tarefas desempenhadas no estágio e com questões de confidencialidade e proteção de dados.

No fundo, a autora deparou-se com uma realidade conflituante entre estagiária da organização vs. aluna e investigadora de Mestrado o que resultou em alguma

itinerância por várias temáticas e no impedimento de avançar com as abordagens que tinham sido pensadas e planeadas inicialmente.

O estágio curricular possibilitou à autora estar em contacto com crianças e jovens, no âmbito do Programa de Educação pelos Direitos da UNICEF Portugal. Desta experiência nasceria o tópico inicial de eleição cuja base assentava numa recolha quantitativa de algumas informações e dados dessas crianças, a fim de encontrar uma amostra representativa, analisá-la e definir um objeto de estudo e Estudo de Caso. Todavia, devido à sensibilidade da metodologia e do tema, sobretudo porque envolvia informações sobre menores, houve a necessidade de procurar alternativas e fazer alterações.

Assim, devido à forte regulamentação de proteção de dados da União Europeia (UE)⁸, com enfoque na proteção especial quando está em causa o envolvimento de crianças, bem como, devido à política de proteção de dados da própria organização e das suas entidades parceiras, não foi permitido à autora avançar com a ideia original e por isso viu-se obrigada a repensar o conteúdo deste RES. Neste seguimento, o objeto de estudo e a componente científica do mesmo foram muito influenciados e em virtude do que foi o estágio e dos desafios, obstáculos, constrangimentos e oportunidades que dele fizeram parte. Foi este percurso que permitiu à autora chegar à sua temática de investigação e ao seu Estudo de Caso.

No entanto, importa olhar para a experiência como um todo e procurar tirar o melhor dela. A autora não poderia ter experienciado tudo isto se não tivesse optado ir para estágio e se não tivesse a trabalhar diretamente com uma Organização Internacional. Para além de todas as tarefas realizadas no estágio – *assunto aprofundado no Capítulo V* – a autora pôde observar diretamente os condicionamentos das políticas de proteção de dados e sentiu, de primeira linha, o que muitas vezes acontece no processo de investigação ou num dia normal de trabalho, que é não podermos avançar com o que estava inicialmente estipulado devido a normas e regras que prevalecem.

Neste contexto, é possível afirmar que não foi a autora que escolheu o tema, o tema é que a escolheu.

⁸ O Regulamento da UE N° 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados refere no ponto 38 que as “crianças merecem proteção especial quanto aos seus dados pessoais (...)”.

- **Identificação e Justificação do Tema e da Problemática**

Tal como já foi anteriormente referido, o objeto de estudo deste relatório foi bastante influenciado pela experiência no âmbito do estágio curricular. Este sofreu várias alterações ao longo do mesmo e do desenvolvimento do presente trabalho e apenas o domínio do Desenvolvimento Sustentável manteve-se desde início. A Educação, as questões de Paz e da Juventude, bem como, o próprio Estudo de Caso apenas surgiram posteriormente. A escolha da Educação foi bastante influenciada pelo enfoque que o estágio sofreu sobre esta área e a opção pelas questões de Paz, dos jovens e da sua relação com o Burundi surgiu no âmbito de um *Webinar* interno da organização em que a autora participou, cujo tema era “*UNICEF and Youth, Peace & Security*”.

Partindo deste ponto, esta investigação tem como catalisador e como objetivo principal procurar entender qual o contributo da UNICEF, enquanto Organização Internacional e Agência das Nações Unidas, no contexto do Desenvolvimento Sustentável, para o ODS 16, que contempla a pretensão de sociedades mais pacíficas, justas e equitativas. Assim, e simplificando, a base desta investigação assenta no objetivo de tentar perceber em que medida a UNICEF contribui para o ODS 16, tendo em conta o seu trabalho global na defesa dos direitos da criança e promoção da CDC e focando a sua ação nas áreas da Educação (ODS 4) e do empoderamento e participação dos jovens, sobretudo em questões de Paz e de Segurança.

Em suma, a componente científica deste relatório analisa o contributo da UNICEF para a concretização do ODS 16 tendo em conta a sua missão e o facto de se constituir como uma instituição eficaz e responsável, que através da sua atuação, promove sociedades mais pacíficas e inclusivas e ajuda à consolidação de um Desenvolvimento Sustentável em direção à Justiça, à Igualdade e à Paz. Por sua vez, este trabalho de promoção de sociedades com estas características, deve-se ao facto da UNICEF ser das principais Organizações Internacionais que procuram atingir a universalização do Direito à Educação, que está diretamente relacionado com a concretização do ODS 4. Sendo a Educação uma esfera fundamental para a estabilização das sociedades, a UNICEF é olhada neste relatório como uma instituição que contribui para o ODS 16 pois promove áreas essenciais para a sua concretização.

Ainda nesta linha, também a Juventude revela ser um eixo de extrema importância na construção da Paz e tendo como base a Resolução nº 2250, analisar-se-á o papel dos jovens no processo de *Peacebuilding* e consequentemente na concretização

do ODS 16. Aqui a UNICEF consiste numa organização que promove o empoderamento e a participação ativa dos jovens e como tal, constitui-se como uma instituição que contribui para a edificação de sociedades sem conflito; com mais coesão social; sem guerra ou violência; sem violação dos Direitos Humanos; sem desigualdade; mais justas e inclusivas; mais instruídas e com um governo responsável e que seja responsabilizado. Neste seguimento surge a pergunta de partida específica/complementar: Em que medida a promoção de uma Educação de qualidade (ODS 4) e da participação da Juventude em questões de Segurança e Paz, contribuem para a consolidação de sociedades mais pacíficas, justas e igualitárias (ODS 16)?

De forma a exemplificar e a estudar um caso concreto que espelhe a teoria aqui apresentada, analisar-se-á o caso do Burundi, um país africano, com um historial de conflito e de graves problemas sociais, económicos e políticos que se apresenta como um exemplo da importância dos jovens e da Educação na construção da Paz e onde a UNICEF tem desenvolvido um trabalho assente na promoção da Educação de qualidade e da liderança e resiliência dos jovens como formas de combate à violência e de modificação da narrativa do país. Como tal, surge, neste sentido, a pergunta de partida desta investigação: Em que medida a Educação e a Juventude, bem como o trabalho da UNICEF e da Resolução Juventude, Paz e Segurança contribuem para o processo de *Peacebuilding* no Burundi?

Relativamente, ao período de análise desta investigação, este define-se entre 2015 e 2020. Por um lado, 2015, marca o início do período de análise pois é coincidente com o lançamento das Agendas 2030 e 2250, bem como, com o início da crise política no Burundi. Por outro lado, 2020 termina o mesmo período, pois representa a atualidade e o início da Pandemia da COVID-19, que vem colocar em causa a concretização dos ODS e vem desafiar por completo a consolidação da Paz, o acesso à Educação de qualidade, a Justiça Social, a Igualdade e vem, ainda, atrasar o Desenvolvimento Sustentável a nível global afetando, sobretudo, países que já se caracterizavam por serem frágeis e instáveis, tal como o Burundi. Ainda que este relatório tenha sido terminado em 2022, o estágio foi iniciado em 2020 e esse é o ano que representa a atualidade e o momento contemporâneo à realização da componente prática do mesmo, bem como, à definição do objeto de estudo.

Quanto à relevância e originalidade deste relatório, é possível apontar-se três aspetos fundamentais. Primeiramente, a observação participante que não teria sido

possível se a autora não tivesse escolhido realizar o estágio e que permitiu à mesma consolidar muita da teoria que é aqui apresentada. De seguida, as entrevistas que possibilitaram oferecer à componente científica deste RES um olhar interno, experiente e profissional e depois, o aspeto pessoal, sendo a autora também ela uma jovem.

1- O FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

1.1 - UNICEF enquanto Organização Internacional e Ator Global

É amplamente aceite que as Organizações Internacionais devem ser responsáveis pela manutenção da Paz e pela estabilidade internacional, seja ela económica, social ou política, e que devem agir no interesse da comunidade internacional (Crockett, 2012).

Com a Globalização, o mundo tornou-se num único e partilhado local (Lawal, 2018, as cited in Yeates, 2008) e cada vez mais a tendência é do surgimento de instituições globais que abordem e procurem resolver problemas globais através de políticas que ultrapassam o nível nacional. As Agências das Nações Unidas são um claro exemplo disso mesmo, sobretudo, no que toca a questões relacionadas com os Direitos Humanos – “Os Direitos Humanos desde sempre estão no topo da Agenda das Nações Unidas” (Oestreich, 1998).

As instituições globais, que são no fundo, Organizações Internacionais estabelecidas pela ordem-padrão do mundo, podem ser vistas como formas de atender a necessidades e de fornecer soluções para problemas (Lawal, 2018). Assim, de uma forma mais simplificada, quando falamos de instituições globais, estamos a falar de instituições que ultrapassam as fronteiras nacionais e que podem igualmente ser designadas de Organizações Internacionais (Lawal, 2018, as cited in Yeates, 2012).

Tendo em conta o objeto de estudo deste relatório, as Organizações Internacionais que nos interessam são aquelas que cruzam diferentes regiões e todos os continentes do mundo, como a UNICEF. Como tal, importa distinguir instituições globais ou Organizações Internacionais (OI)⁹ tendo como base o seu nível de

⁹ As OI são o resultado da progressiva “institucionalização” de um mundo de crescentes conexões e fluxos que exigem “hábitos de organização internacional” (Pinto, 2007). No contexto da componente científica deste RES importa enquadrar as OI ao nível teórico das Relações Internacionais. No Realismo, teoria clássica dominante das RI, as OI têm um papel reduzido, limitado às raras ocasiões em que surge uma confluência de interesses entre Estados, reforçando-se a ideia de que num contexto de desordem, os Estados rivalizam entre si, em função dos seus interesses e a cooperação não existe. No fundo, as OI não são encaradas como atores políticos independentes, com vontade e atuação própria, por sua vez, são vistas como estruturas “vazias” facilmente manipuláveis por outros atores, como os Estados. Neste sentido, sublinha-se que esta teoria é totalmente contraditória ao argumento apresentado neste relatório. Numa segunda ótica, a do Globalismo/Transnacionalismo, as redes de relações no sistema internacional são evidenciadas, relações essas entre governos, atores transnacionais e não-estatais, que atuam com base em questões que se prendem com a guerra e a Paz, bem como, com questões económicas e sociais (Pinto, 2007). Assim, afirma-se uma interdependência crescente, ou seja, com a emergência de assuntos de interesse global e a intensificação de relações a todos os níveis (subnacional, transnacional e transgovernamental), os Estados são ultrapassados e a sua incapacidade de liderar unilateralmente

Governança. Por um lado, existem as “*International Governmental Organizations*” (IGO) e por outro, as “*International non-governmental Organizations*” (INGO)¹⁰. As IGO’s são, entre outras, o Banco Mundial e as Agências das Nações Unidas, incluindo-se a UNICEF nesta categoria (Lawal, 2018, as cited in Yeates, 2012).

Richard Jolly (2014) olha para a UNICEF como um ator na Governança Global¹¹ tendo em conta a sua missão de melhorar a vida das crianças em todo o mundo, mitigando os efeitos de problemas económicos e sociais neste domínio. Para este fim, Jolly considera que a UNICEF desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de iniciativas globais que visam melhorar a vida das crianças em várias áreas-chave. Além disto, considera, também, um ator de peso na Governança Global no que toca à proteção da criança, seja por meio da promoção e efetiva aplicação da CDC seja pelo trabalho que tem vindo a desenvolver, primeiramente para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e agora para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Jolly, 2014a).

A UNICEF constitui-se como uma Organização Internacional que tem marcado uma posição na Ordem Global adotando uma postura de compromisso com o trabalho

enfraquecida. Deste modo, resulta a perda do poder dos Estados e emergem atores como as OI, ONG ou coligações transnacionais. Esta linha de pensamento vai ao encontro com a importância da UNICEF no sistema internacional e do seu contributo em assuntos de Governança Global, como os ODS. Isto é, os ODS foram desenvolvidos com o objetivo de combater desafios globais e as OI, como a UNICEF, apresentam uma posição de relevo e de atuação. Nesta lógica, ainda que as OI tenham sido criadas pelos Estados e os seus interesses estejam presentes, as mesmas têm vida própria e personalidade. Neste seguimento, surge a corrente liberal que assenta nos processos cooperativos para a realização da Paz, bem-estar e Justiça. Esta está diretamente relacionada com a vontade de reforçar a Lei Internacional e criar novas OI, reforçando as preocupações éticas dos Estados e criando valores comuns. Esta corrente revela uma grande ligação com a temática apresentada nesta investigação, no sentido, em que se olha para UNICEF como uma organização que tem um papel contributivo para criar sociedades mais pacíficas, justas e inclusivas. Por fim, e como terceiro debate, surge o Construtivismo que afirma que as OI são sedes de autoridade própria, independente dos seus criadores, ou seja, dos Estados. Esta perspetiva pode ser criticada, no âmbito deste RES, uma vez que as Nações Unidas e respetivas Agências são muitas vezes acusadas de não se desviarem dos interesses dos Estados que as constituem, sobretudo, os com maior poder e por falharem na sua missão.

¹⁰ As INGO’s incluem, por exemplo, o *World Social Forum*; o *World Economic Forum*; OXFAM; *International Confederation of Free Trade Unions*, entre outras organizações. Estas instituições globais podem também ser designadas de instituições multilaterais e têm como base doações por membros para se manterem e para exercerem influência política global, nas respetivas áreas (Lawal, 2018).

¹¹ Utiliza-se o conceito de Governança Global devido ao seu carácter mais amplo, ou seja, a Governança opera num plano mais geral, englobando a sociedade como um todo. “A Governança Global identifica-se como uma área abrangente, constituída no seu núcleo estrutural por todas as esferas de ação política, em diferentes níveis, nomeadamente, subnacional, nacional e supranacional. Com a emergência de novos atores da sociedade e não-governamentais, surgiu a necessidade de uma reconfiguração concetual multidimensional, alicerçada a dinâmicas mais globais que privilegiam a inclusão e a progressiva interdependência entre todos os atores do sistema internacional, para alcançar os desafios de Desenvolvimento Sustentável” (Cabral, 2016).

internacional e apolítico pelas crianças, baseando-se na solidariedade humana e de acordo com os valores internacionais e objetivos da ONU. A posição desta organização tem-se distinguido das demais pois aborda a Governança Global não olhando tanto para os valores económicos e de eficiência, mas preocupando-se mais com as necessidades e valores humanos. Fugindo à visão neoliberal da Governança Global, a sua experiência demonstra que a ação internacional pela infância, desenvolvida sobre fundamentos não económicos, tem permitido mobilizar apoios e produzir resultados efetivos (Jolly, 2014b).

Podemos afirmar que a maior OI que trata a situação das crianças no mundo é, então, a UNICEF e as suas prioridades, assentes numa abordagem baseada em direitos (*Human Rights-Based Approach*) e na Convenção, tem vindo a criar uma cultura global de direitos da criança e tem reforçado a sua relevância na política internacional e doméstica (Holzcheiter, 2021).

As Agências da ONU, muitas vezes, são criticadas por serem muito focalizadas para o Ocidente e para o Norte Global e a UNICEF não foge à regra. Todavia, a sua intervenção humanitária é em grande parte realizada em países em desenvolvimento, muitos deles no Sul Global. Fazendo o paralelismo entre esta ideia, o próprio estágio e o respetivo relatório, destaca-se o facto de o mesmo ter sido realizado num Comité do Norte Global e o Estudo de Caso aqui apresentado pertencer ao Sul Global. Apesar de serem dois Comités que pertencem à mesma Organização Internacional, ambos apresentam eixos de ação distintos e preocupações diferentes que fazem com que a sua ação seja contextualizada, adaptada e única. As preocupações da UNICEF Portugal, país europeu e desenvolvido, em nada se comparam com as preocupações da UNICEF Burundi, país africano, em desenvolvimento e numa situação de extrema fragilidade.

1.2 - Estruturação da Organização ao Nível Internacional e Nacional

- **A UNICEF no Mundo (Nível Macro)**

A UNICEF encontra-se em 190 países e territórios no mundo, atuando nos lugares mais difíceis e tendo como principal objetivo chegar a crianças e jovens mais vulneráveis, bem como, proteger os seus direitos. Este Fundo foi desenvolvido em 1946, logo após a 2ª Guerra Mundial, com o grande fundamento de chegar a todas as

crianças que necessitavam de ajuda em contexto de guerra, para as proteger e permitir que sobrevivessem e atingissem o seu pleno potencial (UNICEF, s.d.).

A organização evoluiu, adaptou-se às conjunturas e às necessidades, no entanto, manteve sempre a génese do seu lema: “*For Every Child*”, ou em português, “Para todas as Crianças”.

Tal como mencionado acima, a UNICEF é uma Organização Internacional mandatada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA) para advogar pela proteção e promoção dos direitos da criança. A sua missão guia-se pela Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) insistindo que a sobrevivência, proteção e desenvolvimento das crianças são essenciais para o progresso humano; mobilizando vontade política e recursos materiais para ajudar os países; respondendo a emergências humanitárias; mantendo a sua posição apartidária; promovendo programas nacionais que visam a igualdade e trabalhando com todos os parceiros para atingir os novos ODS e para concretizar a visão de Paz e progresso social consagrados na Carta das Nações Unidas (UNICEF, s.d.).

Segundo o Sistema das Nações Unidas e tendo em conta os órgãos principais que dela fazem parte, a UNICEF¹² pertence à Assembleia Geral, mais propriamente, à área de Fundos e Programas da mesma.

Figura 1 – A UNICEF nas Nações Unidas

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS	FUNDOS E PROGRAMAS
	<p>UNDP – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • UNCDF – Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento de Capital; • VNU – Voluntários das Nações Unidas. <p>PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;</p> <p>UNFPA – Fundo das Nações Unidas para a População;</p>

¹² Por conseguinte, a UNICEF integra o Fórum Político de alto nível sobre o Desenvolvimento Sustentável (HLPF). Este fórum é a principal plataforma da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável e tem um papel central no acompanhamento e monitorização da Agenda 2030 ao nível global. Informação disponível no site oficial: <https://sustainabledevelopment.un.org/hlpf>.

	<p>ONU – Habitat – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos;</p> <p>UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância;</p> <p>PAM – Programa Alimentar Mundial (ONU/FAO).</p>
--	---

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado do Organograma original das Nações Unidas (2019)¹³

Referente à própria estrutura interna, esta caracteriza-se por ter um órgão central executivo e, tendo em vista uma maior proximidade às circunstâncias regionais e locais, organiza-se através de órgãos regionais, Comitês Nacionais e Escritórios de Terreno.

O *Executive Board* é o órgão governativo da UNICEF e tem como principal função fornecer apoio intergovernamental e supervisão à organização, de acordo com a orientação política geral da UNGA e do Conselho Económico Social (ECOSOC). Este organismo analisa as atividades da UNICEF e aprova as suas políticas, programas nacionais e orçamentos. É composto por 36 membros¹⁴, que representam os cinco grupos regionais dos Estados-Membros das Nações Unidas (África; Ásia; Europa Ocidental e outros; Europa de Leste e América Latina e Caraíbas¹⁵). O seu trabalho é coordenado pela Mesa (o designado *Bureau*) composta pelo Presidente (H.E. Mr. Rytis Paulauskas) e por quatro Vice-Presidentes, cada um representante de um grupo regional. Reúne-se três vezes por ano civil em Nova Iorque (UNICEF, s.d.).

Além disto, a UNICEF é composta por uma Equipa Executiva; por Diretores e Diretores Regionais e por *Experts* e *Advisers*. A Equipa Executiva é composta por cinco membros: os *Deputy Executive Directors* e, encontrando-se no topo da cadeia, a Diretora Executiva¹⁶.

No que toca à organização por escritórios, a UNICEF é constituída pelos *Headquarters Offices*, onde se procede à gestão da mesma e são eles: os *Headquarters*

¹³ Disponível em <https://unric.org/pt/organograma/>.

¹⁴ Eleitos pelo ECOSOC por um período de três anos.

¹⁵ A África tem 8 lugares; a Ásia tem 7 lugares; a Europa de Leste tem 4 lugares; a América Latina e Caraíbas têm 5 lugares e a Europa Ocidental e outros compõem 12 lugares. Importa referir que, dos países eleitos para compor o *Executive Board* em 2022, nem Portugal ou o Burundi foram eleitos. Portugal já foi eleito em 2001; 2007; 2012 e 2019 e o Burundi já teve assento em 1979; 1995; 2004 e 2019.

¹⁶ Henrietta H. Fore (sétima Diretora Executiva da UNICEF) abandonou no final de 2021 o seu cargo e Catherine M. Russel ocupa o lugar, assumindo funções no início de 2022.

em Nova Iorque (Sede), nos Estados Unidos da América; o *Global Shared Services Centre* em Budapeste, na Hungria; o *Private Fundraising and Partnerships* em Genebra, na Suíça; o *Suply Division* em Copenhaga, na Dinamarca; o *Office of Research – Innocenti* em Florença, na Itália; o Escritório de Bruxelas, na Bélgica; o Escritório para o Japão em Tóquio e o Escritório de Seul, na Coreia do Sul (UNICEF, s.d.).

É, igualmente, formada por Escritórios Regionais: Leste Asiático e Pacífico; África Oriental e Austral; Europa e Ásia Central; América Latina e Caraíbas; Médio Oriente e Norte de África; Sul da Ásia; África Ocidental e Central (UNICEF, s.d.).

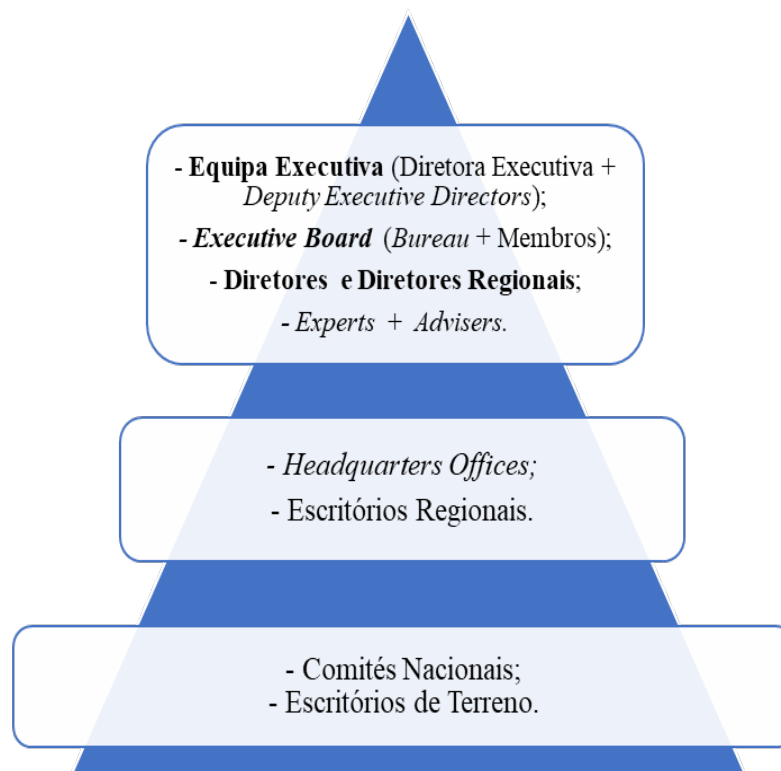
Por fim, existem os Comitês Nacionais, sediados em países desenvolvidos, que são parte integrante da organização global. Atualmente, existem 33 Comitês Nacionais no mundo, cada um estabelecido como uma organização não-governamental local e independente. São a cara da UNICEF ao nível mais micro e trabalham para arrecadar fundos do setor privado¹⁷; promover os direitos da criança e estabelecer parcerias (UNICEF, s.d.).

Já nos países em desenvolvimento encontramos os Escritórios de Terreno que comportam em si a centralidade do trabalho da organização pois levam a cabo a missão da mesma através de programas de cooperação especificamente desenvolvidos com o Governo do país onde estão presentes. Estes programas são orientados pelos sete Escritórios Regionais que disponibilizam assistência técnica¹⁸ (UNICEF Portugal, s.d.).

¹⁷ A UNICEF é financiada exclusivamente por doações voluntárias e os Comitês Nacionais arrecadam cerca de um terço da receita anual da organização (UNICEF, s.d.).

¹⁸ A ação da UNICEF nestes países muitas das vezes encontra-se integrada no trabalho das Nações Unidas nestes países (UNICEF Portugal, s.d.).

Figura 2 – Hierarquização das Estruturas Organizativas da UNICEF



Fonte: Elaborado pela autora

- **A UNICEF Portugal/ Comité Português para a UNICEF (Nível Micro)**

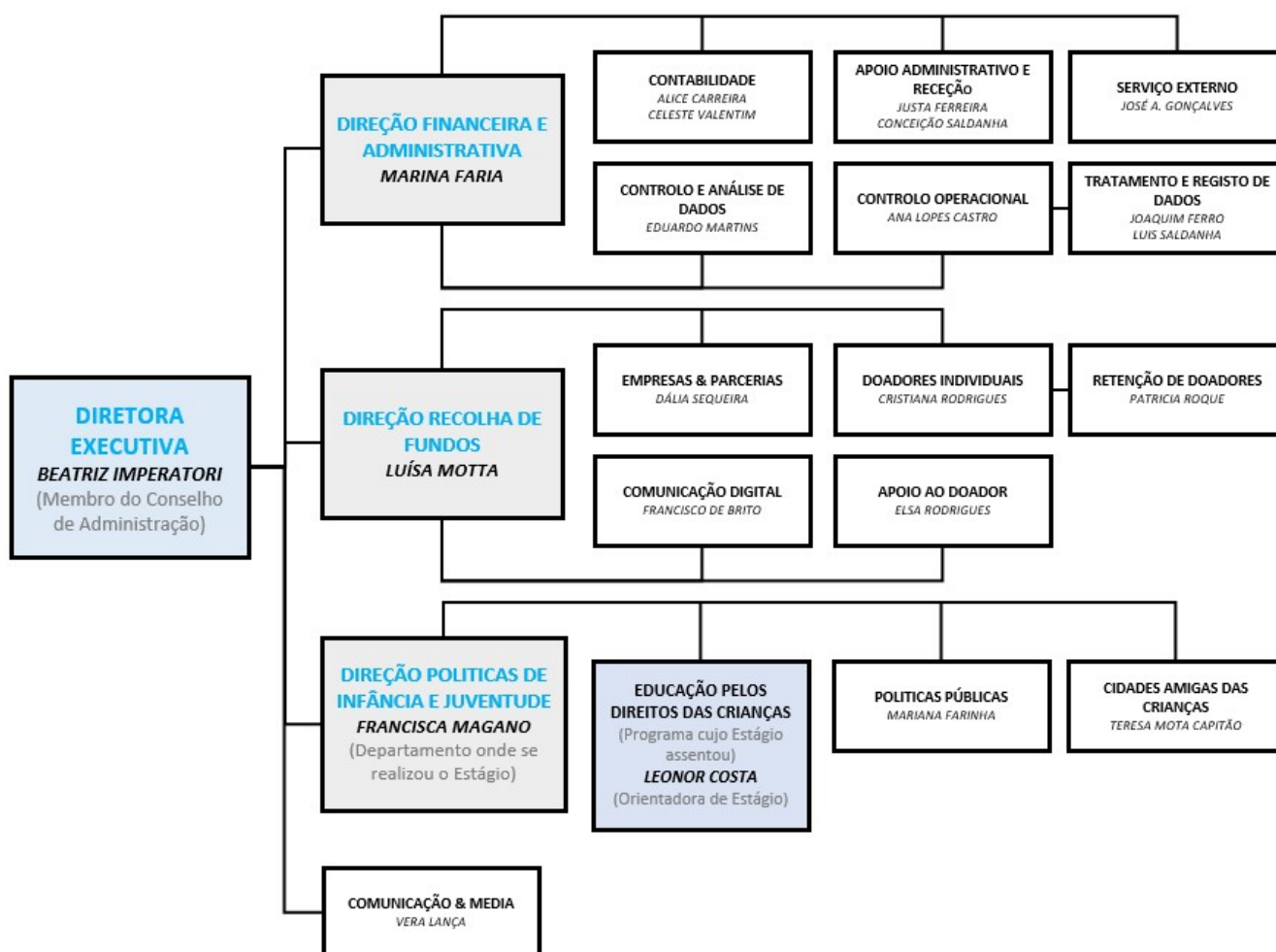
“A UNICEF Portugal é uma ONG, mas estamos dentro deste quadro da UNICEF enquanto organização intergovernamental/global.” (AO, 2021). Criado em 1979, o Comité Português para a UNICEF é uma organização não-governamental com o Estatuto de Associação de Utilidade Pública e faz parte da rede de Comités Nacionais estabelecidos em países desenvolvidos (UNICEF Portugal, s.d.).

Comporta várias áreas de atuação, nomeadamente: divulgação e sensibilização pública sobre os Direitos da Criança; acompanhamento da aplicação da CDC em Portugal; Programa de “Educação pelos Direitos”; Programa “Cidades Amigas das Crianças”; “Iniciativa Amiga dos Bebés”; contacto regular com os meios de comunicação; estabelecimento de parcerias com empresas, associações e ONG’s e campanha de recolha de fundos através dos “Amigos da UNICEF”.

Relativamente à estrutura organizativa, a UNICEF Portugal, detém Órgãos Sociais¹⁹ cujos membros atuam de forma voluntária, à exceção da Diretora Executiva. Estes Órgãos dividem-se entre Mesa da Assembleia Geral; Conselho de Administração e Conselho Fiscal. Por sua vez, a trabalhar diretamente no Escritório o Comité Português organiza-se da seguinte forma:

Figura 3 – Organigrama – UNICEF Portugal

ORGANIGRAMA - UNICEF PORTUGAL



Fonte: Elaborado pela autora, Adaptado de UNICEF Portugal (2021)²⁰

Desta estrutura destaca-se o DPIJ-ADV e o Departamento de Educação, onde se realizou o Estágio Curricular.

¹⁹ O mandato destes Órgãos Sociais terminou em 2021, tendo iniciado em 2018.

²⁰ Disponível em <https://www.unicef.pt/global-pages/footer/organigrama/>.

2 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, EDUCAÇÃO E JUVENTUDE

2.1 – Agenda 2030 – A Era do Desenvolvimento Sustentável

Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCDE) publicou um relatório intitulado “*Our Common Future*”. O mesmo ficou amplamente conhecido como o “Relatório de Brundtland”²¹ onde ficaram definidos, até aos dias de hoje, princípios orientadores para o Desenvolvimento Sustentável. Neste sentido, surge neste relatório a definição mais aceite e utilizada a nível internacional (Cravo, 2018) deste conceito que determina o Desenvolvimento Sustentável como o: “desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades.” (WCDE, 1987). Esta definição não limita o escopo da sustentabilidade e apoia-se numa dimensão de continuidade e de equidade intergeracional, cuja ideia base é a de conservação de recursos para o futuro (Emas, 2015). Este aspeto encontra-se claramente presente nos princípios fundadores da Agenda 2030, nomeadamente, no fundamento de: pensar e atuar agora, mas nunca fugindo à perspetiva de longo prazo.

O que o conceito de Desenvolvimento Sustentável aqui apresentado defende acaba por ser, em parte, colocado em causa quando surge o conceito de Globalização, conceito este que não pode ser descartado pois caracteriza a Ordem Global da atualidade. Estes são dois conceitos que foram desenvolvidos em separado, sem o reconhecimento de que existe uma sobreposição significativa entre si. Nesta linha, Duncan French (2002) vem argumentar que existe a necessidade de tentar conciliar o Desenvolvimento Sustentável e a Globalização e de que é um erro considerar a segunda inevitável e olhar para a primeira como uma escolha política. Como tal, o mesmo autor, considera que para esta conciliação existir é necessário o papel das Organizações Internacionais e do Estado para manterem a Governança.

Através deste nexo entre Desenvolvimento Sustentável, Globalização e instituições de poder, nomeadamente, Organizações Internacionais, introduz-se a Agenda 2030 que não é nada mais nada menos que uma busca ambiciosa e holística dessa conciliação por parte de uma organização intergovernamental. Isto é, com esta Resolução, as Nações Unidas estão a olhar para os desafios do mundo atual, admitindo

²¹ O relatório adquiriu esta designação como homenagem à Presidente da Comissão Gro Harlem Brundtland.

que existe uma progressão da Globalização, que é inevitável mas que, no entanto, deve ser contrabalançada por um desenvolvimento, que mesmo sendo desenvolvimento e que implique uma noção de progresso e de evolução, deve ser sustentável, limitado e mensurado, impedindo que os problemas da atualidade se multipliquem no futuro ou que cheguem ao ponto de serem insustentáveis, sobretudo quando pensarmos nas gerações futuras. Artur Pawlowski (2013) sugere que a Globalização e o Desenvolvimento Sustentável são as duas faces da mesma moeda e tal como Duncan French (2002) afirma “enquanto a Globalização reorganiza o Mundo, o Desenvolvimento Sustentável indica as ameaças decorrentes desta Nova Ordem e que resultam da história anterior da Humanidade”.

“Esta Agenda é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Também procura fortalecer a Paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Todos os países e partes interessadas, agindo numa parceria colaborativa, irão implementar este plano. Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e a curar e proteger o nosso planeta. Estamos determinados a tomar as medidas transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente. Ao embarcarmos nesta jornada coletiva, comprometemo-nos que ninguém será deixado para trás ²² .”
(Organização das Nações Unidas, 2015c).

Por outro lado, a Agenda 2030 vem reafirmar a evidência de que não pode haver Desenvolvimento Sustentável sem Paz e sem Paz não pode haver Desenvolvimento e neste sentido, com a criação da mesma houve um reconhecimento claro de que objetivos políticos como garantir a inclusão, consolidar a boa governança e acabar com a violência e conflito deviam encontrar um lugar ao lado dos objetivos sociais,

²² Tradução realizada pela autora segundo o Documento Oficial da Resolução.

económicos e ambientais, já previstos nos ODM (*TAP Network*, s.d.). Além disto, esta Agenda fornece, também, uma estrutura global para uma abordagem (abrangente) aos Direitos Humanos. Ou seja, alcançar os ODS significa atingir muitos direitos económicos, sociais, ambientais e políticos (*Advisory Council on International Affairs*, 2019).

Considerando a lente de estudo, interessa olhar para dois ODS em específico, nomeadamente o 16 e o 4. O primeiro associado à construção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas e o segundo associado a um Direito de todos, o Direito à Educação de qualidade.

Em particular, o ODS 16 vem introduzir uma nova filosofia de prevenção de conflitos alicerçada na busca pelo desenvolvimento, paz, justiça, inclusão, Direitos Humanos e instituições fortes (B. Ramcharan, 2020; R. Ramcharan, 2020) e isso encontra-se explícito nas metas definidas para o mesmo que incluem reduzir todas as formas de violência; acabar com a violência e o tráfico de crianças; promover o Estado de Direito e a justiça para todos; reduzir os fluxos de armas e a corrupção e desenvolver instituições eficazes.

Questionando o porquê da importância deste Objetivo, podemos afirmar que as sociedades pacíficas, justas e igualitárias são necessárias para alcançar todos os outros ODS e o Desenvolvimento Sustentável na sua plenitude. A violência e a insegurança têm um efeito destrutivo no desenvolvimento de um país e têm um impacto generalizado sobre as sociedades. Afetam a saúde, o desenvolvimento e o bem-estar das crianças e conseqüentemente a sua capacidade de prosperar, pois causam traumas e fragilizam a inclusão social. Por sua vez, a falta de acesso à justiça significa que os conflitos permanecem não resolvidos e as pessoas continuam sem proteção. Instituições corruptas são propensas a abusos de poder e não são capazes de fornecer serviços públicos a todos. Excluir e discriminar, não só viola os Direitos Humanos como também pode perpetuar este círculo vicioso e dar origem a violência, que, por conseguinte, afasta a concretização da Paz, da Justiça, da Igualdade e do Desenvolvimento (Organização das Nações Unidas, s.d.).

De acordo com a OCDE (2020)²³ o ODS 16 em Estados extremamente frágeis, como é, por exemplo, o caso do Burundi, encontra-se 92% estagnado. Comparativamente, nos Estados não-frágeis ou desenvolvidos, o mesmo ODS está em progresso, numa percentagem de 51%. Estes dados são representativos da interdependência entre Paz e Desenvolvimento na medida em que, Estados que se encontram em contextos de instabilidade, violência, injustiça, exclusão e desigualdade têm mais dificuldade em conseguir desenvolver-se e conseqüentemente atingir os ODS. Ou seja, sem Desenvolvimento não existe Paz e sem Paz não existe Desenvolvimento.

O ODS 16 concentra em si uma grande sinergia com outros objetivos (Milton, 2020) pois reflete a premissa que tem vindo a ser reforçada acima. Um desses objetivos é claramente o ODS 4, no sentido em que uma Educação inclusiva trabalha para uma sociedade inclusiva (Murillo & Duk, 2017).

Embora a “Educação de qualidade” seja uma meta em si, muitos objetivos correlacionam-se, por exemplo, níveis mais elevados de qualificações escolares tendem a garantir empregos mais bem remunerados que, por conseguinte, são favoráveis ao crescimento económico e à existência de sociedades mais estáveis – “A Educação pode atuar como um motor poderoso para desenvolver uma sociedade mais coesa e igualitária.” (Boeren, 2019).

Os dados da OCDE (2020) apontam que o ODS 4 nos Estados de extrema fragilidade está 60% estagnado, em comparação aos Estados não-frágeis que apresentam uma evolução do mesmo de cerca de 55%. Estes números demonstram que, também, a Educação é um fator de desenvolvimento. Os Estados mais instáveis não conseguem garantir o acesso a serviços fundamentais, como a Educação, o que faz com que a população, nomeadamente as crianças, não se consigam desenvolver plenamente. Um país onde as crianças não têm acesso à Educação é um país onde o emprego é mais precário, onde a economia tem fragilidades, onde não existe informação para responsabilizar os governos, que muitas vezes utilizam isso como vantagem para perdurarem a corrupção e o abuso de poder, e onde todos estes fatores podem levar a ciclos de violência que são um entrave à Paz, à Justiça, ao Desenvolvimento e à Inclusão.

²³ Tabela presente no Anexo 8.

2.2 – A Educação e a Juventude como veículos para a Paz

O conceito de Paz não pode ser definido apenas como a ausência de conflito (Silva, 2020a). Tal como Johan Galtung (1969) apresenta na sua teoria, a definição deve passar por uma dicotomia entre Paz Negativa e Paz Positiva. A primeira faz referência à ausência de violência pessoal ou direta, enquanto a segunda alude à ausência de violência estrutural, isto é, indireta e de injustiça social. A Paz Positiva associa-se ao tipo de violência em que não é possível encontrar um ator, sendo a mesma cometida pelo próprio sistema. De acordo com Jorge Silva (2002) a Paz Positiva “implica, ajuda mútua, educação e interdependência dos povos. A Paz Positiva vem a ser não somente uma forma de prevenção contra a guerra, mas a construção de uma sociedade melhor (...)”.

Tanto no contexto do conceito de “Educação para a construção da Paz” como no de “Juventude, Paz e Segurança” a definição que melhor se aplica à Paz é precisamente a definição de Paz Positiva, ou seja, a visão de que a Paz que se pretende obter deve ser sustentável e duradoura (Silva, 2020b).

A construção da Paz prevê a assistência para o desenvolvimento da Democracia em que se promove, por um lado, a resolução do conflito, e por outro, a reconciliação dos povos e a inclusão de todos (Silva, 2013a).

No que toca ao domínio da Educação associada à Paz, surge um debate concetual: Será *Peace Education* ou *Education for Peace*? *Peace Education* é o termo mais comumente usado para descrever o contributo educacional para a Paz. Assim, *Peace Education* é vista como as atividades²⁴ que promovem conhecimento, competências e atitudes que vão permitir a todas as gerações, em todos os níveis, desenvolverem comportamentos de mudança que podem prevenir conflitos, resolvê-los de forma pacífica ou criar condições sociais que conduzem para a Paz²⁵ (Isaac, 2002).

²⁴ O Entrevistado ADS (2021) ao ser questionado se a Educação contribuía para a Paz respondeu: “Sim, integrar competências para a vida, iniciativas de construção de paz e inovação social nas escolas é essencial para fornecer uma educação de qualidade e para uma transição organizada para a adolescência, depois para a idade adulta e para o emprego e obter resultados de coesão social”.

²⁵ Um exemplo apontado por Annette Isaac (2002) como um projeto de *Formal Peace Education* trata-se do Projeto da UNICEF Burundi realizado em 1993 que se designa “*Let’s Build Peace*” /” *Batissons la paix*”. Consistiu no fornecimento de materiais de ensino e *kit’s* aos professores de turmas de 5º e 6º anos para restaurarem um sentimento de normalidade nas escolas, levando uma mensagem de calma e de paz para as crianças afetadas pelos massacres realizados em 1993.

Numa outra perspetiva, a Educação para a Paz pode ser definida a partir de duas abordagens distintas: uma maximalista e outra minimalista. A primeira envolve a formação da sensibilidade, responsabilidade e realização pessoal para a construção de uma sociedade cooperativa e inclusiva. A segunda visa a rejeição de violência (Page, 2010). Ambas são ferramentas para educar sobre o perigo da guerra e sobre a importância da justiça social para alcançar a Paz estrutural (Anderson, 2019a).

Ora, a Educação para a Paz pretende uma convivência mais saudável, justa e solidária, sensibilizando a opinião pública para a cooperação e para a solidariedade. Este conceito representa, de igual modo, a equidade de um país, isto é, educar a sociedade para que tenha presente valores que facilitam a mudança de atitudes e comportamentos em relação a problemas económicos sociais, culturais e de conflito²⁶ (Silva, 2013b).

De acordo com a UNICEF (2014) a Educação é, sem dúvida, a mais transformadora instituição que atinge todos os cidadãos quando está equitativamente disponível, quando é de qualidade e quando é sensível ao conflito. Constitui-se como um alicerce de um país - da sua economia, da boa governança, da igualdade de género, da identidade e da cultura. Como tal, a sua contribuição para a construção da paz é de grande peso: o acesso a uma Educação de qualidade é um Direito que se deve sempre manter mesmo nas circunstâncias mais difíceis pois no meio de um conflito fornece proteção e reestabelece o senso de normalidade.

Mahatama Gandhi (1931) disse *“If we want to reach real peace in this world, we should start educating children”*. Nesta linha de pensamento, Suzanne Miller (2005) defende que construir um mundo pacífico e justo começa com as crianças, associando esta ideia à importância da Educação, sobretudo da Educação formal. Assim, a autora define vários objetivos e estratégias que visam a construção de um mundo onde a Paz impera, argumentando que a capacitação e os valores para atingir sociedades pacíficas, justas e inclusivas devem ser promovidos na sala de aula²⁷.

²⁶ O Artigo 29 da CDC exige a “preparação da criança para uma vida responsável numa sociedade livre, num espírito de cooperação, paz, tolerância, igualdade entre sexos e amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e pessoas de origem indígena”.

²⁷ Miller (2005) defende que para atingir um mundo mais justo e pacífico deveria construir-se salas de aula solidárias e cooperativas onde a diversidade é celebrada; promover-se a cooperação ao invés da competição; ensinar competências não-violentas de resolução de conflitos; fornecer modelos pró-sociais

Suzanne Miller (2005) afirma que uma das formas para atingirmos a Paz através da Educação é sensibilizar as crianças para que participem em processos de decisão. Este aspeto pode relacionar-se com o outro domínio elencado nesta secção de Capítulo, nomeadamente, a participação da Juventude em questões de segurança e de Paz.

No discurso atual, é possível identificar três tipos de abordagens distintas para definir “Juventude”. A primeira é a “perspetiva definida pela idade”. Numa perspetiva ocidental, os jovens são definidos como “jovens em transição entre a puberdade e a paternidade”. Por sua vez, a UNGA define “Juventude” como a idade compreendida entre os 15 e os 24 anos. Contudo, não existe um intervalo de idades acordado globalmente. A Organização Mundial de Saúde (OMS) e a UNICEF usam o termo “adolescente” para aqueles com idade entre os 10-19 anos e os jovens entre os 15-24 anos. Desta forma, esta abordagem é bastante inconsistente e muitas vezes influenciada pelos contextos sociais de cada país. Como segunda abordagem, os jovens podem ser definidos como uma construção social. Esta encontra-se diretamente relacionada com o *status* e com o comportamento e neste sentido é dependente do contexto. Por fim, a terceira abordagem, define os jovens através de uma perspetiva fisiológica. Como tal, são considerados com o período de transição entre a infância e a idade adulta (Ozerdem & Podder, 2015).

O papel da juventude na Paz e no conflito tornou-se central no debate sobre segurança global em 2015 quando o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução nº 2250 sobre Juventude, Paz e Segurança (UNSCR 2250). Esta é considerada como uma mudança significativa no discurso sobre a juventude na segurança internacional e na Paz mundial. Concentra-se na atuação positiva da juventude em todos os níveis da construção da Paz e clama pela inclusão estrutural dos jovens nos processos de tomada de decisão (Anderson, 2019b).

A Resolução nº 2250, assente em cinco áreas de atuação: participação; proteção; prevenção; parceria e reintegração, é considerada um indicador de mudança na forma como os jovens são vistos no discurso internacional associado à Paz e à segurança, isto porque, a comunidade internacional, até então, via-os como atores ativos no conflito, ou seja, como perpetuadores de violência, ou como meras vítimas. Nunca antes se tinha

positivos; promover a aprendizagem de prestação de serviço e de advogar pelos direitos; ajudar as crianças a verem-se como cidadãos globais e encorajar as crianças a participar nos processos de decisão.

pensado em dar o passo pioneiro de incluir a própria visão da juventude na construção da Paz. Tendo em conta que, hoje, a população de jovens é a mais alta de sempre (cerca de 1.8 biliões) e cerca de 90% destes vivem em países em desenvolvimento, faz todo o sentido que se reconheça os jovens como atores centrais para as suas sociedades com capacidade para criarem e implementarem mudanças positivas, não só contribuindo para o seu próprio futuro, mas também criando espaços inclusivos e sustentáveis para todos (Anderson, 2019c). Anderson (2019) defende ainda a importância de colocar os jovens na mesa de negociações e como isso é essencial para alcançar os ODS como um todo.

Como reconhecimento do papel dos jovens na prevenção e resolução dos conflitos, o Conselho de Segurança reforçou a Resolução nº 2250, adotando a Resolução nº 2419, em 2018. Esta surgiu com o objetivo de aumentar a representação dos jovens nas negociações dos acordos de Paz, admitindo que a sua marginalização era prejudicial para a construção de um futuro pacífico e sustentável. Por sua vez, querendo aumentar ainda mais a representação inclusiva da juventude nesta área, o Conselho aprovou em 2020, a Resolução nº 2535. Este órgão incentivou os Estados-Membros a apoiar e integrar os jovens nos processos de decisão, legitimando o seu papel no fortalecimento de capacidades nacionais, locais e comunitárias em situações de conflito e pós-conflito e na preparação de resposta em situações cada vez mais difíceis e desafiantes como os eventos resultantes das alterações climáticas ou de problemas de saúde, como a Pandemia COVID-19, que afetam a vida dos jovens.

Por sua vez, estas Resoluções vêm evidenciar que a interrupção do acesso dos jovens à Educação e a oportunidades económicas impactam negativamente na Paz duradoura e na reconciliação dos povos.

Sendo a Educação e a Juventude cada vez mais fundamentais para a concretização e manutenção da Paz, Paz essa que só pode ser atingida com Justiça Social, valores democráticos e Inclusão Social, e sendo o ODS 16 a busca pela consolidação de sociedades pacíficas, justas e igualitárias, então, podemos afirmar que existe uma clara relação de interdependência entre estes três aspetos. Ou seja, isto significa que a Educação e a participação dos jovens em questões de Paz e segurança são essenciais para atingir o Desenvolvimento Sustentável dos países, sobretudo o ODS 16. A Educação torna-se fulcral pois sem Educação uma sociedade não consegue prosperar e consequentemente os jovens não têm as capacidades e competências

necessárias para agir ativamente e participar nos assuntos que lhes dizem respeito, e por sua vez, a evidência demonstra que negligenciar a juventude dos processos de decisão, sobretudo no que toca à construção da Paz, é algo que é adverso à própria concretização da mesma. Tal como AO (2021) afirmou:

“Não temos à partida competências para participar se não tivermos conhecimento sobre aquilo que é pedido, sobre aquilo que é necessário fazer, sobre os processos. (...) Uma das maneiras de ter acesso a informação é por uma Educação de qualidade, que acaba por ter influência na construção de sociedades inclusivas. Não podemos ter uma sociedade sequer justa e inclusiva se tivermos crianças e jovens nessa sociedade que não têm acesso a serviços de Educação de qualidade e a serviços de Educação inclusivos”.

Assim, tal como a Educação também a Juventude não pode ser dissociada da Agenda 2030. Esta oferece uma ferramenta poderosa para uma abordagem holística da Resolução nº 2250 e isso acontece, essencialmente, com o ODS 16. Não existe um ODS específico para a Juventude, mas a Resolução Juventude, Paz e Segurança exige um compromisso generalizado com todos os ODS (UNFPA, 2018), destacando-se, por exemplo, o ODS 4, em que a Educação se assume universalmente como uma preocupação central por parte dos jovens no que toca aos assuntos de Paz e segurança, visto que a escola deve ser sempre um sítio livre de violência.

2.3 – O contributo da UNICEF para a Agenda 2030 - A promoção da Educação, da Paz e da Participação da Juventude

“Na UNICEF acreditamos que não existe desenvolvimento sustentável sem equidade e por isso, trabalhamos todos os dias para que cada criança tenha uma oportunidade justa na vida e possa crescer e desenvolver-se numa sociedade justa, equitativa e sustentável. A concretização dos ODS depende não apenas do compromisso dos

governos, mas também do envolvimento de todas as organizações, como a UNICEF, e de todos os cidadãos, incluindo as crianças e os jovens” (DA, 2021).

A missão da UNICEF e todo o seu trabalho é mandatado pela Convenção sobre os Direitos da Criança e pela tentativa da sua aplicação e efetivação, seja ao nível macro da organização, seja ao seu nível mais micro. Tendo em conta que nenhum dos ODS é passível de ser concretizado se os direitos da criança não estiverem garantidos na sua plenitude e que 44 indicadores previstos nesta Agenda estão relacionados com as crianças (UNICEF, 2018), então a UNICEF tem uma palavra a dizer e um contributo fundamental para dar. AO (2021) disse: “Logicamente que a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Agenda 2030 andam lado a lado. Aliás podemos até dizer que a concretização ou realização da Agenda 2030 só será possível se as crianças também forem centrais nessa Agenda. E a centralidade das crianças nessa Agenda é muito posta na agenda pública e política pela UNICEF”. A própria UNICEF considera-se como “a guardiã global das crianças na Agenda do Desenvolvimento Sustentável”.

De acordo com DA (2021) a UNICEF “é responsável por sete ODS e apoia ou é corresponsável por outros doze”²⁸. Assim sendo, a UNICEF empenha-se a apoiar os Estados-Membros na monitorização das metas globais dos ODS e a definir metas nacionais ambiciosas e adequadas que tenham em consideração as necessidades e prioridades específicas das crianças, bem como as capacidades e recursos disponíveis nos contextos de cada país. No fundo, o trabalho feito por esta organização tem assentado na avaliação e acompanhamento da realização progressiva dos direitos da criança, ao nível global e nacional, associados aos ODS recorrendo ao desenvolvimento de extensos bancos de dados globais. Por sua vez, a UNICEF também tem apoiado na recolha e no tratamento desses dados para que mais rapidamente se adotem estratégias adequadas aos Objetivos.

Muito do trabalho que a UNICEF desenvolve e que depois contribui para esta Agenda, é, também, através do trabalho de *Advocacy*. Esta organização considera este conceito como o “processo deliberado, baseado em evidências demonstradas, para direta ou indiretamente, influenciar os decisores políticos para apoiarem e

²⁸ No que toca ao ODS4, a UNICEF é responsável e corresponsável pelos indicadores 4.1.1. (*Early learning*) e 4.2.1. (*Early childhood development*). Referente ao ODS 16, a UNICEF responsabiliza-se pelos indicadores 16.2.1. (*Child discipline*); 16.2.3. (*Sexual violence against children*) e 16.9.1. (*Birth registration*).

implementarem ações que contribuem para os direitos da criança” (UNICEF, 2010). Assim, muitas das iniciativas desenvolvidas pela UNICEF partem deste processo de influência e quanto aos ODS não é exceção.

Sempre na ótica dos direitos da criança, a UNICEF organiza a sua atuação, no âmbito dos ODS, em cinco dimensões: (1) Todas as crianças sobrevivem e prosperam; (2) Todas as crianças aprendem; (3) Todas as crianças são protegidas contra a violência, exploração e maus-tratos; (4) Todas as crianças vivem num ambiente seguro e limpo e (5) Todas as crianças têm uma oportunidade justa na vida. Para este relatório interessa-nos olhar para as áreas 2,3 e 5.

Quanto à dimensão dois, é evidente que esta apresenta uma relação direta com o Direito à Educação e com o ODS 4. Este Direito encontra-se referido no Artigo 28º da CDC e é uma das principais esferas de atuação da UNICEF desde a sua criação. Nesta lógica, e uma vez que é um direito da criança, a UNICEF é bastante ativa na sua contribuição para o ODS 4, trabalhando para que todas as crianças tenham acesso a uma Educação de qualidade. Através de vários programas, como o Programa de Educação pelos Direitos, outras iniciativas ou em ambiente de Educação de Emergência²⁹, a UNICEF tem um peso bastante relevante. Tal como DA (2021) destacou na sua Entrevista, um claro exemplo da importância da UNICEF na garantia de acesso a uma Educação inclusiva e igual para todos, é o facto de ter contribuído para que cerca de 301 milhões de crianças tivessem acesso ao ensino à distância no primeiro confinamento da Pandemia da COVID-19.

A UNICEF é uma das maiores implementadoras de práticas equitativas e programas de Educação inclusiva a nível global e fornecedora de serviços de Educação em países frágeis e afetados por crises. Enfatizando o seu papel na construção e manutenção da Paz, esta organização, presentemente, tem desenvolvido duas grandes estratégias, na área da Educação para a Paz: *UNICEF Strategic Plan 2018-2021 under Goal Area 2 (“Every child Learns”)* que enfatiza a importância do acesso à Educação como uma forma de promover sociedades pacíficas e inclusivas e *UNICEF’S Global Education Strategy for 2019-2030* que compromete a organização a responder à atual

²⁹ Annette Isaac (2002) faz referência ao conceito de Educação de Emergência e trata a UNICEF como uma fonte de experiência neste tipo de Educação, devido ao seu trabalho em contexto de desastre. Um dos principais objetivos da Educação de Emergência é o rápido estabelecimento da Educação Básica. Esta inclui, também, elementos de Educação para a Paz.

crise global de aprendizagem, expandindo o acesso à Educação de qualidade e dando enfoque à questão da equidade e das competências pessoais como formas de construir e manter a Paz (UNICEF, 2020).

ADS (2021) faz referência, também, ao facto da UNICEF, juntamente com parceiros dos setores público e privado, ONG'S e outras Agências da ONU, estar envolvida no desenvolvimento da *Generation Unlimited*. Esta parceria global nasce do reconhecimento de que a falta de Educação secundária, competências para o emprego e empoderamento, sobretudo das raparigas, impede os jovens de alcançarem os seus objetivos e como tal, poderem contribuir para um futuro mais pacífico e próspero. Deste modo, a iniciativa reconhece que, com Educação, os jovens conseguem aproveitar o máximo do seu potencial e contribuir para a Paz e prosperidade das suas comunidades. Até 2030, este projeto, contribuindo para o ODS 4 e de uma forma menos direta para o ODS 16, visa garantir que todos os jovens estejam matriculados ou empregados.

Tal como vimos acima, sendo a Educação uma alavanca para a Paz, para a Justiça Social e para a Coesão Social e sendo a UNICEF uma das principais Organizações Internacionais que a promove, é possível perceber que de forma direta e indireta, a UNICEF contribui para sociedades mais pacíficas, justas e igualitárias (ODS 16), na base do seu trabalho de defesa pelos direitos da criança e da respetiva CDC.

Relativamente à dimensão três, esta tem uma ligação com o ODS 16, no sentido em que a UNICEF acompanha de perto as metas e respetivos indicadores que se relacionam com castigos corporais ou outras formas de maus-tratos contra as crianças. Esta organização, no âmbito deste ODS, tem três apelos particulares para os Governos, utilizando a sua capacidade de *Advocacy* para tal. Diz que para a construção de sociedades pacíficas, então o Estado tem que proteger as crianças de todas as formas de violência, exploração e abuso³⁰; para que existam sociedades justas, os Estados têm que assegurar que todas as crianças são respeitadas, protegidas e os seus direitos realizados e para que existam sociedades inclusivas, todas as crianças têm que ser devidamente e efetivamente envolvidas em todos os processos e decisões que as afetam e que afetam a sociedade no geral.

³⁰ Os Artigos 19, 32, 34, 35, 36, 37 da CDC estabelecem a base legal contra todas as formas de violência, exploração e abuso contra as crianças.

AO (2021) estabelece a seguinte análise: a UNICEF tendo uma leitura particular para cada uma das componentes deste ODS, significa que existe uma reflexão por parte da organização sobre o próprio e sobre o que são sociedades pacíficas, justas e inclusivas. Por outro lado, na linha de que sociedades inclusivas são sociedades em que as crianças estão efetivamente envolvidas em todos os processos e sendo esta das principais bandeiras da UNICEF – a bandeira da “Participação”³¹- quer dizer que este organismo trabalha para este tipo de sociedades. Se pensarmos nas três dimensões que a UNICEF considera serem essenciais para que atinjamos sociedades mais pacíficas, justas e igualitárias, na ótica dos direitos da criança, então, temos presente três grandes áreas da sua atuação, nomeadamente, a proteção; o cumprimento dos direitos em geral e a questão da participação.

Abordando esta questão da Participação podemos fazer um paralelismo com o envolvimento da juventude em questões de Paz e Segurança. Neste contexto, a UNICEF³² tem apoiado vários Programas, muitos deles em consonância com a Resolução nº 2250. O apoio da UNICEF neste domínio é um pilar fundamental da sua contribuição para a Paz sustentável e encontra-se enraizado no seu objetivo de construir Paz focalizada na criança, na igualdade social e na inclusão. Partindo da área cinco, onde todas as crianças merecem uma oportunidade justa na vida e sendo a Justiça Social apenas atingível através da Paz, a UNICEF tem incrementado o seu trabalho em países com contextos de violência, em projetos de Resiliência; Coesão Social Vertical; Coesão Social Horizontal; Gestão e Resolução de Conflito e Transformação de Conflito (UNICEF, 2020).

2.4 – O Impacto da COVID-19 nos ODS

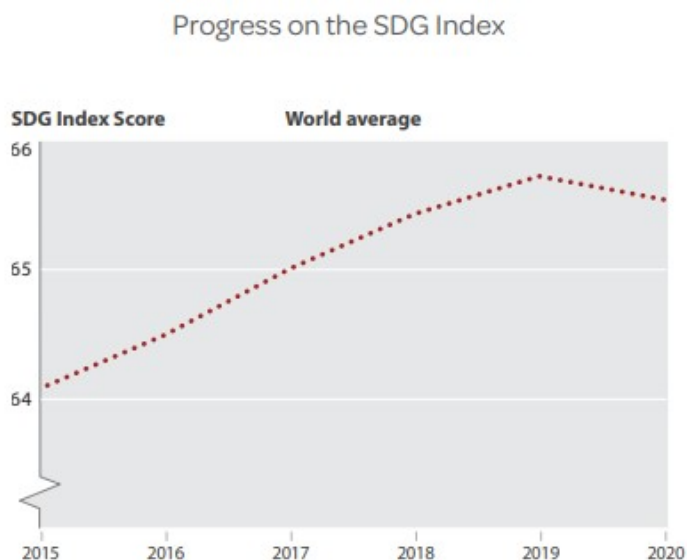
Se o *Sustainable Development Report* de 2020 falava, ainda, em suposições e possíveis impactos da COVID-19 nos ODS, o *Sustainable Development Report* de 2021 vem afirmar que a Pandemia é um revés para o Desenvolvimento Sustentável em todos

³¹ Artigo 12º da CDC – “A criança tem o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre questões que lhe digam respeito e de ver essa opinião tomada em consideração”. Um dos grandes objetivos da UNICEF é que todas as crianças conheçam os seus direitos e que a comunidade em geral também os conheça para que as próprias possam ter uma voz ativa na sociedade e para que possam participar nas decisões que lhes dizem respeito.

³² Esta é a área em que a UNICEF recebe mais financiamento por parte do Fundo das Nações Unidas para a Consolidação da Paz (em inglês, UN *Peacebuilding Fund*- PBF).

os lugares e a todos os níveis. Pela primeira vez desde 2015, ano da criação da Agenda 2030, a pontuação média global do *SDG Index* para 2020 diminuiu face ao ano anterior.

Figura 4 – Progresso do *SDG Index*



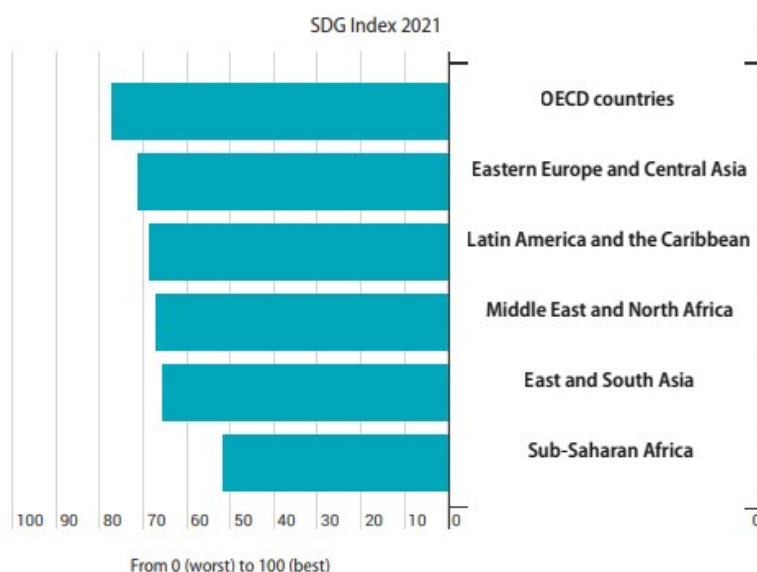
Fonte: *Sustainable Development Report 2021*, Cambridge University Press³³

O mesmo relatório vem afirmar que países de baixo-rendimento/em desenvolvimento, como é o caso do Burundi, são os que têm menos probabilidade em recuperar da Pandemia e por sua vez, recuperar o progresso para o Desenvolvimento Sustentável e respetivos ODS. Se olharmos para o *SDG Index*, a nível regional, por exemplo, a África Subsariana³⁴ apresenta o nível mais baixo, comparativamente às outras regiões.

³³ Disponível em <https://www.sdgindex.org/reports/sustainable-development-report-2021/>.

³⁴ O *SDG Index* também atribui a cada país um resultado. Portugal encontra-se na 27ª posição com um resultado de 78.6. Já o Burundi, em 165 países, encontra-se na 147ª posição com um resultado de 51.8.

Figura 5 – *SDG Index* por região



Fonte: *Sustainable Development Report 2021*, Cambridge University Press

Em específico para a concretização dos ODS ou para a aproximação dos melhores cenários referentes aos mesmos, a COVID-19 trouxe uma reversão significativa direta e indireta, sobretudo no que toca aos ODS 1 (combate à pobreza) e ao ODS 4. Devido à interdependência dos ODS que temos vindo a falar, havendo um retrocesso na prossecução de determinados ODS, denota que existe um retrocesso em todos os outros. Se o ODS 4 sofreu um recuo e sendo a Educação considerada um dos principais fatores de Paz, então o ODS 16 também sofre negativamente com isso. Além disto, o incremento da pobreza e da fome propiciam exclusão e injustiça sociais que se constituem como grandes obstáculos à existência de sociedades pacíficas, justas e igualitárias.

A evidência demonstra que a pandemia teve um impacto negativo no ODS 4. Os encerramentos de escolas, durante vários meses em muitas partes do mundo, trouxeram efeitos gravíssimos, alguns deles a longo prazo, como impactos na aprendizagem das crianças e nos próprios sistemas de educação. Sem mencionar a exacerbação das desigualdades de acesso, bem como dos problemas que advém do fecho das escolas, desde a fome até a várias formas de violência, abuso e exploração, que não são monitorizadas ou controladas.

Por outro lado, também o funcionamento dos sistemas políticos, do Estado de Direito e do multilateralismo (ODS 16) foram desafiados. Muitas reformas foram adiadas e algumas diretrizes e regulamentos foram tomados sem o processo deliberativo usual. Por sua vez, o sistema multilateral deu sinais de fraturamento, sobretudo, com a lacuna global de acesso às vacinas – o designado “Nacionalismo da Vacina”, tal como mencionado no Relatório elencado.

De todas as regiões, a África Subsariana, onde está incluído o Burundi, é a que representa níveis mais baixos em todos os indicadores. Todos os países desta região apresentam grandes desafios para cumprir a maioria dos ODS. Por exemplo, relativamente ao ODS 16, em alguns países, a insegurança e o conflito ganharam espaço. Se olharmos para os dados disponibilizados relativos ao Burundi concluímos que existe uma tendência negativa na maioria dos ODS. Olhando para os ODS de interesse neste relatório, observamos que o ODS 4 está numa tendência de descida e o ODS 16 encontra-se estagnado.

Figura 6 – Tendências dos ODS no Burundi, em 2021

▼ SDG DASHBOARDS AND TRENDS



Fonte: *Sustainable Development Report 2021*, Cambridge University Press

3 – O PROCESSO DE *PEACEBUILDING*

3.1 – *Peacebuilding* – O Conceito e os Jovens no Processo

Este conceito foi utilizado pela primeira vez por Johan Galtung em 1976. Para este autor *Peacebuilding*, consiste numa abordagem associativa e envolve remover as raízes da violência estrutural e cultural, que alimenta e permite a violência direta/pessoal. Neste sentido, procura-se encontrar uma Paz Positiva e sustentável. Galtung (1976) afirma: “*structures must be found to remove the causes of war and to offer alternatives in situations in which war might occur*” e como tal, enfatiza a importância do conhecimento local, da propriedade e da participação na construção da Paz (UNICEF, 2011).

Por sua vez, no âmbito das Organizações Internacionais, este conceito foi definido na *Agenda for Peace* (1992) como a “*action to identify and support structures which will tend to strengthen and solidify peace in order to avoid a relapse into conflict*”³⁵.

Por outro lado, Devon Curtis (2012) organiza o conceito de *Peacebuilding* por três debates distintos. Tal como indica existem pelo menos três estruturas principais para a compreensão do conceito de *Peacebuilding* que são predominantes na literatura. A estrutura dominante para o entendimento deste termo é a Liberal, ou seja, *Peacebuilding* Liberal. Nesta linha o processo de *Peacebuilding* é entendido como parte de um projeto global e de Governança liberal, promovido por instituições internacionais, regionais e outros atores. Uma segunda visão – *Peacebuilding* como Estabilização - cruza-se com a primeira, contudo, foca a sua atenção na ordem dentro dos Estados. Por sua vez, uma terceira linha surge – *Peacebuilding* como Justiça Social. Nesta ótica defende-se que a construção da Paz deve ser baseada na Justiça Social, ao invés de Governança Global ou ordem. A violência estrutural, como defende Galtung deve ser combatida através de recursos e instituições que capacitem todos, que sejam inclusivos e que redistribuam a riqueza e neste sentido, *Peacebuilding* deve concentrar-se, somente, na busca pela Paz Positiva.

³⁵ Da conceptualização de Boutros-Ghali de *Peacebuilding* pode-se discernir os contornos iniciais do que mais tarde ficou conhecido como o processo de DDR – Desarmamento, Desmobilização e Reintegração.

Numa outra perspetiva, Thomas Waldman (2009) define o processo de *Peacebuilding* como as atividades que vão para além da intervenção em crises ou da gestão de conflitos, como o desenvolvimento a longo prazo, que se concentra na criação de mecanismos sociais, governamentais e não governamentais que favorecem meios não-violentos e construtivos que promovem soluções. Essencialmente, *Peacebuilding* é uma abordagem de pós-conflito que reconhece a necessidade de reconciliação e para tal desenvolve capacidades de resolução de conflitos e trabalha para uma Paz sustentável.

Peacebuilding distingue-se de *Peacemaking* e de *Peacekeeping* no sentido em que é mais proativa ao lidar com os conflitos e não tanto reativa. Além disto, distingue-se do conceito de Resolução de Conflito pois o seu foco principal é o trabalho que visa a construção de uma Paz Positiva, apoiando-se nas relações sociais (Waldman, 2009a).

Tal como já foi referido anteriormente, os jovens têm o papel fundamental no processo de *Peacebuilding* e são envolvidos no mesmo através de variados programas. A literatura sugere uma variedade de áreas-chave de programas: Programas de Educação e desenvolvimento de competências; de Educação Vocacional; de Gestão de Emprego e de rendimentos; de Saúde reprodutiva; de Treino de competências básicas; de Educação para a Paz, no sentido de capacitação para a resolução de conflitos e reconciliação; de Empoderamento, Voz e Inclusão da Juventude; de competências Psicossociais e de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (Waldman, 2009b).

4 – ESTUDO DE CASO: O BURUNDI

4.1– Burundi: uma Análise Interna e Externa

Situado na região dos Grandes Lagos Africanos³⁶ (Anexo 9), a República do Burundi é um país pequeno, montanhoso e sem litoral. Faz fronteira com o Ruanda a Norte, com a Tanzânia a Leste e a Sul e com a República Democrática do Congo a Oeste.

O Burundi é um país densamente povoado, pobre e altamente frágil³⁷ que abriga 11 milhões de pessoas. Constitui-se como o terceiro país mais densamente povoado da África Subsariana e a sua população está numa grande tendência crescente, prevendo-se que dobre já em 2040. Por sua vez, a sua população é composta por três grupos étnicos: os Hutus, que são a esmagadora maioria (85%), os Tutsi que representam 14% da população e os Twa com apenas uma representação de 1% (*The World Bank*, 2018a).

Além disto, é um país extremamente jovem e altamente rural. Detém a sétima maior taxa de fertilidade do Mundo, no entanto, é o país menos urbanizado da África Subsariana, com apenas 12% da população a residir em áreas urbanas (*The World Bank*, 2018b).

Trata-se, também, de um dos países mais pobres do Mundo e representa um grande nível de atraso em muitos indicadores de desenvolvimento. O consumo per capita é de apenas 270\$ por ano, o que coloca o Burundi na categoria de países de baixo rendimento (*The World Bank*, 2018c). Por sua vez, o seu Rendimento Nacional Bruto per capita é de 754\$ (UNDP, 2020). De acordo com o *Human Development Report* (2020) o valor do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) para 2019 é de 0,433, colocando o país na categoria de baixo desenvolvimento humano e na posição 185º de 189 países e territórios.

³⁶ A Região dos Grandes Lagos Africanos situa-se na África Oriental e inclui os países que são rodeados pelos Lagos Kivu, Tanganyika e Victoria. Na grande maioria dos Estudos os países que dela fazem parte são o Burundi, o Ruanda, a República Democrática do Congo, o Quênia, a Tanzânia e o Uganda. A história colonial compartilhada da região divide os países em colónias belgas de língua francesa, como o Burundi, e colónias britânicas (Quédraogo, 2009).

³⁷ De acordo com o *Fragile States Index* (2021), este país encontra-se no nível de alerta, com um resultado de 97.1.

A *Freedom House* (2021) avalia o Burundi como “Não-Livre” apresentando um resultado de 14 em 100. Relativamente aos direitos políticos apresenta um resultado de 4 em 40 e em relação às liberdades civis destaca-se o valor de 10 em 60.

Além disto, o Burundi é, também, bastante vulnerável a choques (Anexo 10). Desde a sua independência, o país foi engolido por uma armadilha de fragilidade multidimensional que limitou consideravelmente o desenvolvimento da sua economia e o progresso na melhoria de padrões de vida. O aspeto que prevalece desta fragilidade é o alto grau de instabilidade política e violência que são endémicos neste país. A fragilidade política tem dificultado os esforços para fortalecer o país e a resiliência económica, perpetuando a dependência de ajuda externa. Mais recentemente, anos de fragilidade política e económica, combinados com o crescimento exponencial da população têm propiciado o aparecimento de uma terceira fragilidade: a ambiental (*The World Bank*, 2018d).

A fragilidade política do Burundi é sustentada por um governo e instituições fracas. O processo de construção do próprio Estado e das instituições no país, que iniciou na década de 60, permanece incompleto, sobretudo devido aos ciclos de violência que o caracterizam. Além disto, também baixos níveis educacionais impactam negativamente no desenvolvimento institucional³⁸. Por sua vez, a má liderança política afeta, ainda, a capacidade do Estado de fornecer segurança, prestar serviços sociais, gerir investimentos e incentivar outros setores, para além da agricultura, que é o motor da economia do país. Por outro lado, a corrupção, a criminalidade, os abusos do sistema judicial e a falta de acesso ao mesmo também se constituem como principais preocupações para os burundianos (*The World Bank*, 2018e).

O contexto envolto ao país também contribuí para consolidar as suas fragilidades, nomeadamente, a região em que está inserido. A pobreza, as instituições fracas estaduais e regionais e o fracasso em desenvolver uma reforma eficaz do setor de segurança tornou a Região dos Grandes Lagos Africanos instável. A região é um “espaço militarizado” com grandes influências militaristas e autocráticas. Contudo, tem havido, nas últimas décadas, um esforço na busca de alcançar a Paz na zona. (Levine & Nagar, 2015).

³⁸ A média de anos de escolaridade ronda os 11 anos (UNDP, 2020). Disponível em <http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/BDI>

Por outro lado, o Burundi também sofre com as tensões do Corno de África, sobretudo, mais recentemente, associadas à pressão de refugiados (*Fund for Peace*, 2021).

Numa perspetiva mais global, o Burundi³⁹ é considerado pela ONU como um país em desenvolvimento e está incluído no Sul Global. O uso do termo “Sul Global” serve para se referir a países em desenvolvimento, com características e vulnerabilidades semelhantes, e baseia-se no facto de que todos os países desenvolvidos do Mundo se situarem a Norte. Além disto, nos grupos definidos pelo *status* económico, o Burundi inclui-se nos grupos dos Países Altamente Endividados; dos Países Menos Desenvolvidos e *Land Locked Countries*, que significa país sem litoral. Relativamente aos Grupos Regionais, o Burundi faz parte da COMESA (Mercado Comum da África Oriental e Austral), da ECCAS (Comunidade Económica dos Estados da África Central) e da CEFGL (Comunidade Económica da Região dos Grandes Lagos) (UNDP, 2004).

4.2 – O Histórico de Conflito

O Burundi tem uma longa história de tensões entre os seus principais grupos étnicos: Hutus e Tutsi. As tensões étnicas remontam ao período de 1958 e 1961 no contexto do processo de descolonização. Pouco depois da sua independência, em 1962, o país foi governado por três regimes militares Tutsi ao longo de mais de três décadas. Assim, o Burundi pós-colonial ficou marcado por repetidos conflitos étnicos de larga escala e violações generalizadas de Direitos Humanos (Súilleabháin, 2015a).

A revolta de 1972 por parte dos rebeldes Hutu, seguida de uma violenta resposta por parte do Governo Tutsi marcou a história do país. Deixou uma estimativa de 300 mil burundianos mortos e criou o mesmo número em refugiados. De seguida, instalou-se um período caracterizado por conflitos motivados por questões étnicas que irrompiam e desapareciam durante décadas, até 1993, que após uma campanha eleitoral controversa, é eleito o primeiro Presidente Hutu. Três meses depois, o exército leva a cabo um Golpe de Estado acabando por assassinar o Presidente e conseqüentemente, criando uma guerra civil. Novamente milhares de vítimas e 1.2 milhões de refugiados (UNICEF, 2015a).

³⁹ O Burundi entrou para a ONU em 1962.

Apesar deste quadro terrível, acordos de Paz surgiram em 2000 e 2003 e inauguraram uma nova estrutura política que priorizou maior equilíbrio étnico no Governo. Neste seguimento, a 28 de agosto de 2000, assina-se o *Arusha Peace and Reconciliation Agreement for Burundi*. Neste acordo afirma-se o seguinte:

“Determined to put aside our differences in all their manifestations in order to promote the factors that are common to us and which unite us, and to work together for the realization of the higher interests of the people of Burundi, (...)

Reaffirming our unwavering determination to put an end to the root causes underlying the recurrent state of violence, bloodshed, insecurity, political instability, genocide and exclusion which is inflicting severe hardships and suffering on the people of Burundi, and seriously hampers the prospects for economic development and the attainment of equality and social justice in our country,

Reaffirming our commitment to shape a political order and a system of government inspired by the realities of our country and founded on the values of justice, democracy, good governance, pluralism, respect for the fundamental rights and freedoms of the individual, unity, solidarity, mutual understanding, tolerance and cooperation among the different ethnic groups within our society.” (Excerto retirado do *Arusha Peace and Reconciliation Agreement for*

Burundi, 2000).

Este Acordo foi assinado tendo como base o objetivo de acabar com o conflito étnico-político de décadas e representou a tentativa mais avançada do país em direção à estabilidade política e à Democracia. Nesta linha, ditou princípios para um sistema multipartidário e condições para processos eleitorais. Para tal, compartilhou-se o poder entre as duas principais etnias e equilibrou-se a sua representação nas instituições públicas (Súilleabháin, 2015b).

A 16 de novembro de 2003, o Governo assinou o Acordo Global de Cessar-Fogo com o CNDD-FDD (Conselho Nacional para a Defesa da Democracia – Forças para a Defesa da Democracia), o maior movimento rebelde da etnia Hutu, liderado por Pierre Nkurunziza. Este movimento transformou-se num partido político que depois será parte constituinte das eleições de 2015 (Súilleabháin, 2015c).

4.3 – Crise Política de 2015 vs. Atualidade

O Acordo de *Arusha*⁴⁰ abriu caminho para um governo de transição e para as eleições multipartidárias de 2005. Estas eleições trouxeram o CNDD-FDD ao poder e anunciavam uma mudança real no cenário político do país, uma vez que este partido representava o maior movimento rebelde da guerra civil. Contudo, desde 2005, que a nova tentativa de construção do Estado no Burundi se afastava de alguns princípios e consequentemente do que estava previsto no Acordo assinado em 2000. Ambicionava-se por mais inclusão, transparência e princípios democráticos, no entanto, a tendência foi contrária e o CNDD-FDD governava cada vez mais de forma autoritária. (Burihabwa & Curtis, 2021a).

A vitória esmagadora em 2005 de Nkurunziza trouxe consigo um programa ambicioso que girava em torno da reconciliação, boa governança e erradicação da corrupção, mas, um ano após a sua eleição, as violações de Direitos Humanos em grande escala e enormes escândalos de corrupção emergiram, novamente. A liderança do regime piorou bastante sobretudo com a prisão de vários oponentes políticos e ativistas, à medida que as eleições de 2010 se avizinhavam (Súilleabháin, 2015d).

Como resultado, a preparação para as eleições de 2010 ocorreu no meio de graves tensões políticas entre partidos. Essencialmente, com os três partidos Hutu, o CNDD-FDD, a FNL (Frente de Libertação Nacional) e a FRODEBU (Frente pela Democracia no Burundi) que competiam pelo apoio da maioria do eleitorado Hutu e usavam as suas fações de jovens para instigarem à violência. As eleições resultaram, mais uma vez, para uma vitória esmagadora do CNDD-FDD. Imediatamente a seguir ao anúncio dos resultados eleitorais, doze partidos, incluindo as principais oposições (FNL E FRODEBU) formaram uma aliança – Aliança de Democratas para a Mudança (ADC).

⁴⁰ Este Acordo serviu, também, de base para a nova Constituição do Burundi.

Este novo partido denunciou a fraude nas eleições, implorando por outras e pedindo a substituição da Comissão Nacional de Eleições (Súilleabháin, 2015e).

O cenário político após 2010 deixou pouco espaço para o pluralismo. O CNDD-FDD agiu unilateralmente e tinha controlo absoluto sobre as instituições políticas. A ADC acabou por ser enfraquecida devido à fuga de vários líderes que alegavam ameaças de prisão. Apesar do regresso destes líderes ter sido permitido, mais tarde, o estreitamento do espaço político e a intolerância imperavam. Em 2014, mesmo antes das eleições de 2015, as tensões políticas regressaram, sobretudo devido a um projeto unilateral de revisão da constituição por parte do partido no Governo (Súilleabháin, 2015f). A violência emergia sobretudo com as fações/ milícias do CNDD-FDD de jovens⁴¹.

O auge foi atingido quando em 2015 o Presidente Nkurunziza concorre a um terceiro mandato, sendo a sua legitimidade extremamente questionada e ganha de uma forma muito polémica. A sua candidatura foi recebida com protestos em massa, com uma tentativa de Golpe de Estado, polémica eleitoral e nova repressão à oposição. A crise de 2015 foi interpretada como um momento-chave para o afastamento dos princípios liberais e para um governo totalmente autoritário (Burihabwa & Curtis, 2021b).

Após a decisão, corrompida, do Tribunal Constitucional de que o terceiro mandato era elegível, um grupo de Hutus e Tutsis encabeçaram uma tentativa de Golpe de Estado, mas sem sucesso. Assim, Nkurunziza é reeleito e os seus críticos são enviados para exílio, até mesmo aqueles que dentro do partido lhe fizeram frente. Para muitos, este momento sinalizou o colapso final do Acordo de *Arusha*. O significado das eleições seladas era uso da força e repressão da oposição e construção de um Estado autoritário. A situação da segurança no país voltou a deteriorar-se e vários líderes, ex-líderes, membros dos partidos foram assassinados e exilados. Por sua vez, em 2016, reforçou-se o controlo interno do partido contra a dissidência e procedeu-se a alterações de cargos de poder, sendo que a mais importante foi a nomeação do General Evariste Ndayishimiye como novo Secretário-Geral do Partido, ex-Chefe do Estado Maior Militar. Ao colocar um General no comando do partido, Nkurunziza formalizava um regime unilateral, militar e autoritário (Burihabwa & Curtis, 2021c).

⁴¹ *Imbonerakure* – ala militarizada de jovens do partido que está no poder.

Na atualidade, o Burundi continua a enfrentar uma crise multifacetada, no entanto, em 2018, os burundianos votaram num referendo que veio impor limites aos mandatos presidenciais e colocar em prática os mecanismos previstos no Acordo de *Arusha*. Consequentemente, o Presidente anunciou que não se voltaria a candidatar (*Interpeace*, 2018a).

Em 2020, voltou a haver novas eleições e após polémicas do financiamento “obrigatório” por parte da população às campanhas e alegações de irregularidades e fraude, as mesmas foram vencidas pelo Presidente Évariste Ndayishimiye, o sucessor do antigo Presidente (Burihabwa & Curtis, 2021d).

O país entrou num novo capítulo da sua trajetória pós-guerra, reforçado com a morte do ex-Presidente Nkurunziza em junho de 2020 e com a tomada de posse do novo Presidente.

Apesar da sucessão e do receio de um regime de continuidade, os primeiros seis meses do mandato de Ndayishimiye ficaram marcados por importantes mudanças sociais e políticas, incluindo o retorno de milhares de refugiados, uma campanha massiva de testagem contra a COVID-19, a prisão de envolvidos em crimes de fraude e corrupção, a libertação de jornalistas e uma ligeira renovação das negociações bilaterais com o Ruanda. Estes passos positivos têm aumentado a esperança dos burundianos que há muito ansiavam por sinais reais de mudança, no entanto, as violações de Direitos Humanos continuam e ataques perpetrados por forças governamentais e rebeldes do Movimento Red Tabara⁴² (*Peace Direct*, 2021).

Neste sentido, o Burundi está em busca de um novo rumo e após um ano de mandato do novo Presidente, o país ambiciona sair do isolamento regional (Nebe, Bashi & Niyirora, 2021).

Além disto, em setembro de 2021, o “Presidente da Esperança”, como é intitulado, veio afirmar a preocupação e o compromisso do Governo com a Paz, com o combate à pobreza e com os Direitos Humanos (*UN News*, 2021).

Em 2021, de acordo com o *Humanitarian Situation Report* da UNICEF, o país tem 2.3 milhões de pessoas em situação de necessidade, 1.28 milhões de crianças a

⁴² Este grupo, que significa “Resistência para um Estado de Direito no Burundi” é uma facção rebelde e armada que se opõe ao regime do Ex-Presidente.

necessitar de assistência humanitária, 109 196 de pessoas deslocadas internamente e 280 533 pessoas a aguardar asilo ou registados como refugiados burundianos.

4.4 – Caracterização da Juventude no Burundi

Os jovens têm sido figuras importantes na história do Burundi, de forma positiva e negativa. Foram vistos como heróis no período da descolonização, como assassinos no Governo do CNDD-FDD e mais recentemente têm sido vistos como agentes de mudança e atores ativos na construção da Paz.

Devido à grande tendência de crescimento demográfico do país, quase metade da população (48%) está abaixo dos 18 anos e cerca de 23% são adolescentes (10-19 anos) (UNICEF Burundi, 2020a). Já no cômputo geral da juventude esta representa 65% da população (*Interpeace*, 2018b).

De acordo com a UNICEF Burundi (2019) os jovens do país são confrontados com vários desafios, sobretudo, na área da Educação. O sistema do país caracteriza-se por uma alta taxa de retenção, violência escolar e baixa qualidade de ensino e isso é agravado pela gravidez precoce e pela pobreza. Tanto os rapazes como as raparigas são pressionados a sair da escola e isso impacta negativamente nos níveis de emprego do país, pois não existem pessoas com as competências e aptidões necessárias e, consequentemente, limita o desenvolvimento nacional.

4.5 – Processos de *Peacebuilding* no Burundi

Com o surgimento do próprio conceito de *Peacebuilding*, surgiu, igualmente, um conjunto de desenvolvimentos institucionais relacionados com a Paz e com a segurança. Muitos desses desenvolvimentos, isto é, instituições, intervenções e programas, sobretudo da ONU, têm se concentrado em África, sobretudo na África Ocidental, Central e na Região dos Grandes Lagos (Súilleabháin, 2015g).

No que toca aos processos de *Peacebuilding* no Burundi destacam-se dois principais promotores: a Educação e a Juventude. No contexto da primeira pode apontar-se a introdução da educação primária gratuita como um sinal da confiança dos nacionais na Instituição “Escola” como forma de melhorar as suas vidas e dar-lhes

aptidões para contribuírem para uma estratégia de desenvolvimento e Paz (UNICEF, 2015b).

De acordo com Andrea Ó Súilleabháin (2015) as iniciativas de *Peacebuilding* no Burundi estão estreitamente ligadas às questões de Educação. Nesta linha, Quédraogo (2009) no seu estudo concluí que a maioria dos educadores no Burundi, são profundamente marcados pelas suas experiências nos conflitos étnicos e por isso reconhecem o seu papel e o papel da Educação como fundamentais para alcançar a Paz duradoura.

Relativamente à juventude e indo ao encontro da Resolução nº 2250, o Burundi, tem se destacado, e é mesmo considerado um exemplo, pelo trabalho dos jovens no âmbito da construção da Paz. Neste sentido, tem havido esforços não só da parte do Governo, mas também, de organizações da sociedade civil. Várias iniciativas por parte das instituições governamentais têm sido desenvolvidas com o objetivo de incluir os jovens em atividades relacionadas com o processo de *Peacebuilding*. O Ministério da Juventude, Desporto e Cultura visa envolver os jovens na construção da Paz e em questões de segurança, reconciliação e consolidação do Estado. Foi criado o Conselho Nacional da Juventude e este tem como principal objetivo garantir a participação efetiva dos jovens e promover projetos nesse sentido, no entanto, a sua eficácia ainda se mantém um pouco aquém e a idealização de como foi criado não corresponde ao trabalho que realiza. Embora as autoridades nacionais apontem algumas iniciativas, a maioria das intervenções eficazes e concretas são realizadas por organizações da sociedade civil. Muitas dessas intervenções organizam-se em torno de várias temáticas: promoção do diálogo e tolerância entre os jovens; resolução de conflito e envolvimento cívico e cidadania (Súilleabháin, 2015h).

4.6 – “Youth lead by Example” – o Papel da UNICEF e da Resolução 2250 na mudança de narrativa de conflito no país

A UNICEF⁴³ está no Burundi há mais de 60 anos e tem sido um ator fundamental na proteção dos direitos das crianças burundianas, sobretudo das mais

⁴³ No *Multi-Partner Trust Fund Office Gateway* é possível observar que a UNICEF no Burundi detém um orçamento de cerca de 3 milhões de dólares americanos. Disponível em: https://mptf.undp.org/factsheet/country/BDI?pie_metric=transfer.

vulneráveis (UNICEF Burundi, s.d.). Na área da promoção e construção da Paz, a UNICEF tem trabalhado nos domínios da Educação, Coesão Social, Resiliência, Competências para a Vida e Prevenção junto dos jovens. Neste âmbito, alguns projetos são financiados pelo PBF (Fundo das Nações Unidas para a Consolidação da Paz) e outros pela própria UNICEF. Por sua vez, alguns são realizados em parceria com outras organizações e Agências das Nações Unidas, bem como, colocando em prática Resoluções da ONU, como a de Juventude, Paz e Segurança.

Na esfera da Educação, é possível destacar um programa de *Peacebuilding* administrado pela UNICEF que visa contrariar as tensões na comunidade. Um dos pilares estratégicos deste, centra-se no desenvolvimento de competências de liderança e capacidades para a Construção da Paz a fim de fortalecer a resiliência contra a violência. Como tal, e em conjunto com parceiros locais, a UNICEF apoia o trabalho de 60 *Peer Educators* (Educadores de Pares) que pretendem construir mudanças positivas em várias partes do Burundi. Além de promover o diálogo por meio de modelos positivos, a abordagem também faz com que os jovens trabalhem juntos em projetos e consigam superar as suas diferenças, por exemplo, as étnicas, que são um grande motivo de tensão neste país (Pilchick & Luthi, 2016b).

Além do programa mencionado, a UNICEF desenvolve, também, com o auxílio de parceiros locais, outro projeto de *Peacebuilding* que oferece capacitação para o Empreendedorismo em comunidades vulneráveis. Esta iniciativa permite aos jovens adquirirem capacidades de autossuficiência, estabilidade, gestão e poupança e a longo prazo, permite uma transformação do país que é caracterizado por altos níveis de desemprego e exploração laboral. Acresce a isto, a capacitação dos jovens mais vulneráveis de se defenderem de tentativas de abuso e manipulação que podem ter graves consequências para a sua vida e na Coesão das suas comunidades. Tendo em vista a aproximação das localidades, os grupos de jovens reúnem-se, partilham experiências e compram ações dos negócios uns dos outros (Pilchick & Luthi, 2016c).

Assim, a organização explora uma rede de cerca de 3000 grupos de solidariedade por todo o país que ajudam a promover uma cultura de autoajuda e que contribuem para o desenvolvimento da comunidade, fortalecendo a Coesão Social e a Paz (UNICEF Burundi, 2020b).

ADS (2021) faz referência a vários projetos da UNICEF para a Construção da Paz e neste sentido para o ODS 16 no Burundi, dois desses são pelo Entrevistado destacados, nomeadamente o projeto “*Appui à la Résilience des Jeunes face aux conflits sociopolitiques au Burundi*” e o “*Community-based prevention of violence and social cohesion using innovation for young people in displaced and host communities*”. O primeiro realizou-se entre 2018 e 2020 e o seu objetivo geral consiste na quebra com o ciclo de violência que o Burundi vive desde a sua independência. Por outro lado, de acordo com o Relatório de Mpinganzima (2020) referente ao mesmo Programa, este assenta em dois objetivos específicos, nomeadamente, de que todos os rapazes e raparigas são resilientes e contribuem para a reconciliação e prevenção da violência e de que as instituições nacionais contribuem para uma apresentação construtiva do passado para meninas e meninos. Já o segundo, realizado entre 2019 e 2021, e de acordo com o está no Relatório do *Multi-Partner Trust Fund Office Gateway* (s.d.) baseia-se em melhores práticas de projetos anteriores de *Peacebuilding* e propõe-se a dotar todos os jovens, de habilidades para a construção da Paz, contribuindo para que os mesmos se apresentem como agentes dinâmicos de mudança.

ADS (2021) sublinhou, ainda, outros programas da UNICEF no Burundi como o *UPSHIFT*, que ajuda os jovens a criarem soluções inovadoras para os desafios da sua comunidade, bem como, o trabalho da equipa do programa de *Adolescent Empowerment and Community Resilience* que visa o apoio à resiliência dos jovens aos conflitos sociopolíticos e que trouxe consigo uma inovação que combina a construção da Paz com o modelo *Village Community Banking* (VICOBA), criado pelo UNDP. Este modelo, ministrado por *Peer Educators*, integra dois componentes fundamentais: treino de competências para a vida e envolvimento cívico e cidadania.

5.1 – A UNICEF Portugal na Ótica Internacional

A UNICEF Portugal faz parte da rede de 33 Comitês Nacionais estabelecidos em países desenvolvidos e que integram a organização global da UNICEF. Como tal, o trabalho e a atuação da mesma são bastante influenciados pelos Programas e Projetos globais; iniciativas de outros Comitês e áreas de ação comuns, ao nível mundial. Isto quer dizer que a UNICEF Portugal, apesar de desenvolver atividades próprias e adaptá-las ao contexto nacional, trabalha bastante em função daquilo que é e do que faz a UNICEF ao seu nível mais macro.

Como tal, um dos aspetos que caracterizou o estágio foi a interdependência e contacto permanente entre Comitês Nacionais, *Headquarters* e Escritórios Regionais. Em várias ocasiões e mais propiciado pela Pandemia, a UNICEF Portugal (e neste sentido, a autora também) participou em reuniões e *webinar's* que serviam para a partilha de informação, troca de ideias e auxílio mútuo, sobretudo quando um país já havia desenvolvido determinado Programa e outro pretendia iniciá-lo. No fundo, havia uma complementaridade entre estruturas que, apesar de estarem em países diferentes e terem objetivos específicos e missões distintas, adaptadas aos seus contextos, trabalham todos para o mesmo objetivo geral.

Exemplos disso e que integraram o estágio foi por um lado, o trabalho da UNICEF de recolha das perspetivas das crianças, no âmbito das recentes lançadas Estratégia da União Europeia sobre os Direitos da Criança e Garantia para a Infância. Aqui, e uma vez que era um trabalho de todos os Comitês europeus, existiu uma grande partilha de informação entre os mesmos e uma coordenação por parte dos *Headquarters*, de forma que a informação recolhida chegasse à União Europeia. Por outro lado, a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia e o seu acompanhamento, de forma a entender o que iria acontecer no âmbito da mesma e de que maneira é que a organização poderia agir, escolhendo quais os pilares que seriam do seu interesse, também levou a uma ação entre a UNICEF Portugal e outros Escritórios.

Por sua vez, esta perspetiva internacional mantém-se nas iniciativas e projetos que são desenvolvidos em todo o Mundo pela organização. No estágio foi possível

experienciar a preparação ao nível global do *World Children's Day* e a articulação que isso implicou, pois, cada Comité partilhou o que iria desenvolver.

Além disto, tal como mencionado no Capítulo I, o principal objetivo dos Comités é a recolha de fundos para enviar para o terreno, pois essa é que é a génese da organização. Como tal, o trabalho da UNICEF Portugal, na ótica internacional, gira muito em torno do conceito de *fundraising*.

5.2 – O Funcionamento do DPIJ/ADV e Áreas de Trabalho

O Departamento de Políticas de Infância e Juventude/*Advocacy* foi onde se realizou o estágio. O mesmo estrutura-se por quatro áreas e cada uma delas tem um responsável designado, no entanto, nenhuma é independente da outra e o trabalho do Departamento acaba por ser conjunto e com um objetivo geral, o de advogar pelos direitos da criança, essencialmente em Portugal. Assim, existe a Área de Educação, de Políticas Públicas, do Programa das Cidades Amigas das Crianças e apesar de não estar estritamente definido, a Área de *Advocacy*, que é desenvolvida, sobretudo, em parceria entre a Diretora do Departamento e a responsável pelas Políticas Públicas.

O modo de funcionamento do Departamento é algo muito simplificado, até porque a equipa é pequena. Portanto, o DPIJ/ADV realiza uma reunião semanal às sextas-feiras que serve para a partilha dos avanços nos últimos dias, para a resolução de problemas que possam ter surgido e para a apresentação dos novos desafios para a semana seguinte, dentro das diferentes áreas. Contudo, e porque a complementaridade e interdependência caracterizam o seu modo de funcionamento, reuniões espontâneas estão sempre a surgir e essa acaba por ser a abordagem diária das áreas de atuação.

Simultaneamente, a missão da UNICEF Portugal implica o contacto constante do DPIJ/ADV com os outros Departamentos e no âmbito do estágio, várias vezes, realizou-se reuniões com os Departamentos de Comunicação e Media, de Comunicação Digital e de Recolha de Fundos. O que se destaca é o de Comunicação e Media, pois o trabalho da própria organização implica a emissão de *Press Releases* com posicionamentos públicos atualizados e contextualizados.

No decorrer do estágio, várias foram as esferas de trabalho do Departamento, destacando-se a Educação; as Políticas Local, Nacional e Europeia; a Pobreza Infantil; a

Violência e o *Bullying*. Acresce a estas, o trabalho adicional da UNICEF Portugal no âmbito da COVID-19. Num sentido mais educativo, realizou-se uma ação de formação, para profissionais que trabalham com crianças e jovens sobre a proteção dos mesmos à distância e uma conferência de imprensa direcionada a crianças e jovens, com vista a informá-los, com uma linguagem adequada, sobre a Pandemia. Depois, numa perspetiva mais política e de apelo aos decisores políticos, a organização, realizou um trabalho muito completo de *Advocacy*, colocando na agenda política portuguesa os direitos da criança, impedindo que os mesmos fossem o menos possível afetados pela Pandemia, sobretudo com o encerramento das escolas. Importa ainda referir que o trabalho em muitas das áreas elencadas surge de parcerias e de tentativas de reunir o maior número de dados e informação sobre as mesmas por exemplo, sobre a Pobreza Infantil e o conhecimento da mesma ao nível nacional.

Por fim, é essencial referir que o DPIJ/ADV não funciona sem os seus parceiros. A maioria dos seus Programas e Iniciativas são desenvolvidos com entidades parceiras, sejam elas com uma vinculação de há muito tempo ou necessárias naquele preciso momento. Estas são, entre outras, ONG's, empresas privadas, instituições de solidariedade social, entidades públicas e o próprio Governo.

5.3 – O Processo de *Advocacy* – Acompanhamento e Monitorização das Políticas de Infância Locais, Nacionais e Europeias

Tal como já mencionado anteriormente o processo de *Advocacy* é um dos pontos fundamentais do trabalho da UNICEF, seja ao nível global ou nacional. Este implica várias ações, desde sensibilização; comunicação para a mudança de comportamento; desenvolvimento de parcerias; influência política e negociação; campanhas; pesquisa e publicações; trabalho direto com crianças e jovens; mobilização social e organização de eventos.

Para além do já referido acima trabalho de influência política no decorrer da Pandemia, que foi caracterizado por posicionamentos públicos e recolha de dados, a autora teve a possibilidade de acompanhar de perto outros processos de *Advocacy*, tanto aos níveis local, nacional e europeu.

Numa perspetiva de influência política, a autora trabalhou ao nível das autarquias, no Programa das Cidades Amigas das Crianças, que visa a adoção de planos

de ação que promovam os direitos da criança nos municípios aderentes; ao nível nacional, nas recomendações da UNICEF para a Estratégia Nacional para os Direitos da Criança e ao nível europeu, também em tom de recomendação e mudança política, no contexto da Estratégia da UE para os Direitos da Criança e da Garantia para a Infância.

Por sua vez, se olharmos para os aspetos de sensibilização e mobilização social, temos o trabalho da UNICEF Portugal no âmbito da Educação; se tivermos em conta a pesquisa e o estabelecimento de parcerias, temos o trabalho de organização de dados sobre diferentes temáticas e uma rede de parceiros; se olharmos para o trabalho direto com as crianças e jovens, temos os processos de consulta aos mesmos e se tivermos em conta a organização de eventos podemos salientar a formação e a conferência de imprensa.

5.4 – A Promoção da Educação e dos ODS por parte da UNICEF em Portugal

O enfoque do estágio foi o Programa de Educação pelos Direitos. Este pretende divulgar a CDC nos espaços educativos e em entidades que trabalhem com crianças e potenciar mecanismos de participação direta às mesmas, promovendo atitudes e comportamentos ativos de cidadania. Assim, a UNICEF Portugal desenvolve o Programa dando-lhe estrutura, fundamento e conteúdo teórico, partilha informação com as entidades parceiras e planifica, monitoriza e avalia as sessões em contexto escolar ou institucional. Além disto, disponibiliza, ainda, a formação de profissionais que trabalham diretamente com crianças e que pretendem dinamizar as sessões. Neste seguimento, a autora deu apoio neste Programa através da participação em reuniões com parceiros; organização de informação; pesquisa; criação e adaptação de novas atividades; planificação de sessões; preparação de conteúdo de sessões; organização do próprio Programa e ainda participação e intervenção em sessões em ambiente escolar e *online*.

Ainda no âmbito da Educação e focalizando os ODS, a autora trabalhou igualmente na Iniciativa internacional, A Maior Lição do Mundo que visa contribuir para a reflexão e ação no âmbito dos ODS. Esta é dinamizada com a Direção-Geral de Educação e busca levar ao maior número de crianças o conhecimento sobre a Agenda 2030, levando-as a agir no âmbito das temáticas que a mesma inclui.

- **A Experiência: Sessões nas Escolas**

O Estágio permitiu à autora realizar sessões, onde se abordava a CDC e outras questões atuais relacionadas com civismo e cidadania numa escola que se situa num bairro vulnerável, nomeadamente, o Bairro Madre de Deus, em Lisboa, na zona do Beato. Assim, a autora entrevistou em três sessões presenciais, com o 6º ano, da Escola Básica e Secundária Luís António Verney; em quatro sessões *online* com a mesma turma e em duas sessões *online*, com o 8º ano, da mesma escola. Ainda dentro do Agrupamento correspondente, a autora tinha a total responsabilidade de planificar, organizar e dinamizar as sessões do 4º ano da Escola Básica de 1º Ciclo e Jardim de Infância Bairro Madre de Deus.

No âmbito do Programa acima referido, a autora planificou, ainda, as sessões da Escola Secundária D. Dinis e ajudou a monitorizar as mesmas na Escola Básica Agostinho da Silva. As duas escolas fazem parte do mesmo Agrupamento e ficam situadas na freguesia de Marvila, em Lisboa.

Além disto, através de solicitações da parte das escolas, a autora teve a oportunidade de planificar e intervir em três sessões *online* com o Colégio São João de Brito (Lisboa) e numa sessão, também à distância, com a Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Ribeiro Ferreira (Alvaiázere).

5.5 – Considerações Práticas, Análise Crítica e Competências Adquiridas

O estágio na UNICEF Portugal para a realização da Componente Não-Letiva do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais iniciou a 1 de outubro de 2020 e terminou a 31 de março de 2021, cumprindo com as 800 horas definidas em protocolo.

As tarefas incidiram bastante na área da Educação pelos Direitos, no entanto, foi permitido à autora trabalhar noutros domínios e nesse sentido consolidar o seu leque de conhecimentos teóricos e competências adquiridas.

Quanto aos aspetos práticos positivos do estágio destaca-se a variedade de temáticas com que a autora teve a oportunidade de poder trabalhar e a panóplia de funções que exerceu em que muitas delas são necessárias para qualquer contexto profissional. Além disto, salienta-se ainda o acompanhamento por parte da orientadora

da entidade de acolhimento, através de reuniões semanais, que permitiu à autora estar sempre informada e ver as suas dúvidas, desafios e receios solucionados.

Relativamente a aspetos práticos negativos destaca-se, claramente, o facto de o estágio ter sido, na sua totalidade, realizado à distância, por via de teletrabalho, devido à Pandemia e neste sentido, a autora teve dificuldade em entrosar-se nos Programas e Iniciativas que o Departamento tinha em aberto, bem como, na própria equipa.

Tal como já foi mencionado na Introdução, o estágio em causa gerou alguns constrangimentos à autora referentes ao objeto de estudo que teve que ser várias vezes alterado e adaptado, contudo, é possível tirar um proveito disso, nomeadamente, a consolidação de algumas competências por parte da autora, competências essas associadas à vida académica, nomeadamente de investigação. O facto de se ter uma ideia pré-concebida de um tema a tratar e depois este ter que ser alterado por políticas que são alheias ao investigador foi uma grande lição tirada deste estágio e que não teria acontecido se a autora não tivesse tido a experiência real. Como consequência, tanto a temática como o Estudo de Caso da componente científica foram bastante influenciados e em função da componente prática, aliás, o enfoque na temática da Educação ficou-se a dever ao trabalho da autora no Programa de Educação e o Burundi foi escolhido para estudo através da participação da própria num *Webinar* interno da UNICEF.

Por sua vez, este estágio permitiu à autora observar diretamente a forma como uma Organização Internacional de Direitos Humanos trabalha e ver a influência que esta pode ter ao nível nacional e no sistema internacional. No fundo, a forma como é essencial para a Governança Global e como a sua missão de defesa e promoção dos direitos da criança é crucial para a Ordem Global. Acresce a isto, o facto de a autora também ter tido a possibilidade de estar em contacto direto com uma ONG nacional e poder analisar o seu peso e credibilidade para os decisores políticos em Portugal.

A nível profissional, dentro da área do Mestrado, este estágio permitiu a aquisição de várias competências desde análise e avaliação de políticas públicas; pensamento crítico e análise de contextos e capacidade de atuação consoante os mesmos, mas também, possibilitou o fortalecimento de outras capacidades que são fundamentais no mercado de trabalho desde pesquisa, investigação e análise de dados; preparação de eventos e contacto com parceiros, entre outras.

Apesar das competências profissionais e académicas mencionadas, o que mais valorizo foi o meu crescimento pessoal. Estar em contacto com crianças, com ambientes que não são de todo favoráveis ao seu pleno desenvolvimento e poder ter acesso a uma realidade que muitas vezes não está à vista de todos (tanto no nosso país como lá fora) permitiu-me crescer enquanto pessoa, enquanto agente de mudança e faz-me ambicionar cada vez mais que um dia possa exercer uma profissão com os mesmos valores que a UNICEF se baseia e que atua por eles. Tal como Richard Jolly afirma: *“Once a UNICEF person, always a UNICEF person.”*

CONCLUSÃO

A UNICEF, seja ao seu nível mais macro, enquanto Organização Internacional e Agência das Nações Unidas, seja ao seu nível mais micro é mandatada pela CDC e como tal, todo o seu trabalho é em função dos direitos da criança, todavia, a sua atuação vai se adaptando às necessidades globais. Com o surgimento da Agenda 2030 e tal como a própria diz, todos devem fazer esforços para a sua concretização, incluindo os Estados, as organizações e Agências da ONU. Neste sentido, a UNICEF constitui-se como a “guardiã” dos direitos da criança no âmbito da Agenda 2030 e como tal tem um contributo a dar. Visto de outro prisma, também não é possível atingir todos os ODS se os direitos da criança não estiverem, na sua totalidade, assegurados.

Tendo em conta as áreas de atuação da UNICEF é possível destacar alguns ODS que agora constituem-se como uma das bases do seu trabalho. Um desses ODS é precisamente o 16, pois, através de diversos Programas, tanto internacionais como nacionais, a UNICEF tem dado o seu contributo.

Constata-se neste relatório que a Educação e a Juventude são, evidentemente, dois grandes veículos para a Construção da Paz, havendo uma clara interdependência entre estes e a concretização do ODS 16. A Educação promove o desenvolvimento que, por conseguinte, promove a estabilidade, a inclusão e coesão sociais. Por sua vez, a Juventude, com a sua envolvimento reforçada com a Resolução nº 2250, promove mecanismos de resolução de conflito e de mudança que culminam na existência de sociedades pacíficas, justas e igualitárias.

Sendo a UNICEF uma das organizações que mais promove a Educação de qualidade no Mundo (e neste sentido trabalha, também, para o ODS 4) e que mais defende a Participação dos jovens em questões que lhes dizem respeito, e sendo a Educação e a Juventude dois pontos essenciais no processo de *Peacebuilding*, então, podemos concluir que a UNICEF contribuiu para sociedades mais pacíficas, onde impera a Justiça Social, a Igualdade e a Integridade e como tal, contribuiu para o ODS 16.

Cada vez mais a UNICEF tem vindo a preocupar-se com as questões de *Peacebuilding* e como tal, em vários países tem desenvolvido Programas com esse fundamento. Um desses países é o Burundi que se apresenta como um exemplo, a nível mundial, em que a Juventude, representativa de quase metade da população, trabalha

ativamente para mudar a narrativa de conflito, que se iniciou nos anos 60 e que tem perdurado até aos dias de hoje. Neste país, a Educação e os jovens têm sido fundamentais para criar Coesão Social, viver em comunidade e combater as diferenças étnicas, que tanto o caracterizam. No fundo, “os jovens são os resultados das ações das gerações passadas, são o grupo a tomar as ações do presente e aqueles que vão moldar o próprio futuro e o das gerações posteriores” (Silva, 2020c).

Atualmente, vivemos num momento desafiante, onde a Agenda 2030 e qualquer processo que advenha ou se relacione com ela, como a Construção da Paz, têm sido impactados de forma bastante negativa. Mais do que nunca, as instituições e organizações fortes e eficazes, como a UNICEF, devem agir num sentido de cooperação internacional e impedir o recuo que já se tem vindo a verificar nos ODS. Primeiramente, deve-se combater o sentimento da “desilusão da juventude” pois se os jovens não confiarem nas instituições vão ser parte da estagnação das sociedades, depois, deve-se colmatar as lacunas de dados, uma vez que estes são necessários para monitorizar o progresso dos ODS. De seguida, e tal como Gordon Brown (2021) defende, é necessário que se invista mais. As Agências das Nações Unidas lidam com graves problemas e não têm recursos financeiros suficientes para os colmatar. Se isso não for alterado, o autor afirma que assim nunca se atingirá a Agenda 2030. Neste sentido é necessário mais financiamento, mas é também necessário acabar com a ideia “primeiro nós, depois eles” que com a COVID-19 tem sido extremamente exacerbada.

Tal como AO (2021) afirmou: “O que falta fazer para 2030 era o que já faltava fazer, agora agravado por um processo de regressão e, portanto, há um trabalho que tem que ser naturalmente incentivado e reforçado em todas as áreas que já sabemos que são centrais (...) até porque 2030 é já ao virar da curva”.

Bibliografia Científica

Affolter, F. W. & Valente, A. A. (2020) “Learning for Peace: Lessons Learned from UNICEF’s Peacebuilding, Education, and Advocacy in Conflict-Affected Context Programme”, In Balvin, N. & Christie, D. J. (Eds.) *Children and Peace – From Research to Action*. 1st Ed. Cham: Springer, pp. 219-239. https://doi.org/10.1007/978-3-030-22176-8_14.

Anderson, I. E. (2019) *Youth, Peace and Security – A qualitative analysis of UNSCR 2250 and the international response to a new security agenda*. University of Oslo: Department of Political Science – Master’s thesis in Political Science. Disponível em: <<http://urn.nb.no/URN:NBN:no-73803>>. (Data de último acesso: 4 de fevereiro de 2022).

Boeren, E. (2019) “Understanding Sustainable Development Goal (SDG) 4 on “quality education” from micro, meso and macro perspectives”. In *International Review of Education*, 65. pp. 277-294. <https://doi.org/10.1007/s11159-019-09772-7>.

Burihabwa, N. Z. & Curtis, D. E. A. (2021) “Postwar statebuilding in Burundi: ruling party elites and illiberal peace”. In *International Affairs*, 97(4), pp. 1221-1238. <https://doi.org/10.1093/ia/iab080>.

Cabral, J. P. F. (2016) *As Nações Unidas e a Governança Global – do mito do idealismo liberal à regulação internacional*. Universidade da Beira Interior – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Departamento de Sociologia – Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais (2º Ciclo de Estudos). Disponível em: <<https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/5777>>. (Data de último acesso: 4 de fevereiro de 2022).

Cravo, R. D. O. N. (2018) *A Evolução do Desenvolvimento Sustentável em Portugal nos últimos 30 anos*. Universidade de Lisboa – Faculdade de Ciências: Departamento de Biologia Animal – Dissertação de Mestrado em Ecologia e Gestão Ambiental. Disponível em Repositório da Universidade de Lisboa: <https://repositorio.ul.pt/jspui/bitstream/10451/35290/1/ulfc121849_tm_Rita_Cravo.pdf>. (Data de último acesso: 4 de fevereiro de 2022).

Curtis, D. (2012) “The Contested Politics of Peacebuilding in Africa”, In Curtis, D. & Dzinesa, G. A. (Eds.) *Peacebuilding, Power, and Politics in Africa*, Athens & Ohio: Ohio University Press, pp. 1-28. Disponível em: <<https://www.ohioswallow.com/book/Peacebuilding%2C+Power%2C+and+Politics+in+Africa>>. (Data de último acesso: 4 de fevereiro de 2022).

Emas, R. (2015) “Brief for GSDR 2015 - The Concept of Sustainable Development: Definition and Defining Principles”. In *United Nations’ 2015 Global Sustainable Development Report*. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.34980.22404>.

French, D. A. (2002) “The Role of The State and International Organizations in Reconciling Sustainable Development and Globalization”. In *International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics*, 2, pp. 135-150. <https://doi.org/10.1023/A:1020912808651>.

Galtung, J. (1969) “Violence, Peace and Peace Research”. In *Journal of Peace Research*, 6(3), pp. 167-191. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/422690>>. (Data de último acesso: 4 de fevereiro de 2022).

Galtung, J. (1976) “Three realistic approaches to peace: peacekeeping, peacemaking, peacebuilding”. In *Impact of Science on society*, 26(1), pp. 103-115. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000017295>>. (Data de último acesso: 4 de fevereiro de 2022).

Holzscheiter, A. (2021) “Governing Children’s Rights in Global Social Policy – International Organizations and the Thin Line Between Child Protection and Empowerment”, In Martens, K., Niemann, D. & Kaasch, A. (Eds.), *International Organizations in Global Social Governance*. 1st Ed. Cham: Palgrave Macmillan, pp. 139-16. https://doi.org/10.1007/978-3-030-65439-9_6.

Jolly, R. (2014). *UNICEF (United Nations Children’s Fund) – Global Governance That Works*. 1st Ed. London: Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315795508>.

Klotz, A. & Prakash, D. (2009) *Qualitative Methods in International Relations: A Pluralist Guide*. N.Y. & Basingstoke: Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9780230584129>.

Lawal, A. (2018) “Articulating a Global Social Policy: The Role of International Organizations”. In *Modern Research Studies: An International Journal of Humanities and Social Sciences*, 5(4), pp. 268-281. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/330180674_Articulating_a_Global_Social_Policy_The_Role_of_International_Organizations> (Data de último acesso: 4 de fevereiro de 2022).

Miller, S. (2005) “Building a Peaceful and Just World-Beginning with the Children”. In *Childhood Education*, 82(1), pp. 14-18. <http://dx.doi.org/10.1080/00094056.2005.10521334>.

Milton, S. (2020) “Higher education and sustainable development goal 16 in fragile and conflict-affected contexts”. In *Higher Education*, 81, pp. 89-108. <https://doi.org/10.1007/s10734-020-00617-z>.

Murillo, F. J. & Duk, C. (2017) “El ODS 4 (y el 16) como meta para los próximos años”. In *Revista Latinoamericana de Educación Inclusiva*, 11(2), pp. 11-13. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-73782017000200001>.

Oestreich, J. E. (1998) “UNICEF and the Implementation of the Convention on the Rights of the Child”. In *Global Governance*, 4(2), pp. 183-198. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/27800193>>. (Data de último acesso: 4 de fevereiro de 2022).

Ozerdem, A. & Podder, S. (2015) *Youth in Conflict and Peacebuilding – Mobilization, Reintegration e Reconciliation, Rethinking Political Violence Series*. 1st Ed. London: Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9781137314536>.

Pawlowski, A. (2013) “Sustainable Development and Globalization”. In *Problems of Sustainable Development*, 8(2), pp. 5-16. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2292396>. (Data de último acesso: 4 de fevereiro de 2022).

Page, J. (2010) “Peace Education”, In Peterson P., Baker, E. & McGaw, B. (Eds.), *International Encyclopedia of Education*. 3rd Ed. Elsevier, pp. 850-854. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-044894-7.00186-X>.

Pinto, M. C. (2007) “Contributos das Teorias das RI para o Estudo das Organizações Internacionais e da Integração Regional”. In *Relações Internacionais*, (16), pp. 85-101. Disponível em: <http://www.ipri.pt/index.php/pt/publicacoes/revista-r-i/arquivo-de-revista-r-i/69-relacoes-internacionais-n-16>. (Data de último acesso: 4 de fevereiro de 2022).

Quédraogo, E. N. (2009) “The role of education in peace-building in the African Great Lakes region: educator’s perspectives”. In *Journal of Peace Education*, 6(1), pp. 37-49. <https://doi.org/10.1080/17400200802655130>.

Ramcharan, B. & Ramcharan, R. (2020) *Conflict Prevention in the UN’s Agenda 2030 – Development, Peace, Justice and Human Rights*. 1st Ed. Cham: Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-36510-3>.

Silva, J. V. da. (2002) “A Verdadeira Paz: desafio do Estado Democrático”. In *São Paulo em perspectiva*, 16(2), pp. 36-43. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392002000200005>

Silva, R. (2013) *A Importância da Educação na Manutenção da Paz e Reconstrução de Angola*. Universidade Autónoma de Lisboa: Departamento de Relações Internacionais – Dissertação de Mestrado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais. Disponível em Repositório da Universidade Autónoma de Lisboa: <<https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/296/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rita%20Silva%20Mestrado%20em%20Estudos%20da%20Paz%20e%20da%20Guerra%20nas%20Novas%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Internacionais%20UAL.pdf>>. (Data de último acesso: 4 de fevereiro de 2022).

Silva, H. G. e. (2020) “Juventude, paz e segurança: a importância dos jovens nos processos de paz de acordo com o Conselho de Segurança da ONU” In *Fronteira: Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*, 19(37), pp. 103-118. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/20919>>. (Data de último acesso: 4 de fevereiro de 2022).

Fontes Primárias

Arusha Peace and Reconciliation Agreement for Burundi (2000). Disponível em: <<https://peacemaker.un.org/node/1207>>. (Data de último acesso: 4 de janeiro de 2022).

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2015) Resolution 2250 (2015) Adopted by the Security Council at its 7573rd meeting, on 9 December 2015. *S/RES/2250 (2015)*. Disponível em: <[S/RES/2250\(2015\) - E - S/RES/2250\(2015\) -Desktop \(undocs.org\)](https://undocs.org/S/RES/2250(2015)-E-S/RES/2250(2015)-Desktop)>. (Data de último acesso: 27 de dezembro de 2021).

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2018) Resolution 2419 (2018) Adopted by the Security Council at its 8277th meeting on 6 June 2018. *S/RES/2419 (2018)*. Disponível em: <[S/RES/2419\(2018\) - E - S/RES/2419\(2018\) -Desktop \(undocs.org\)](https://undocs.org/S/RES/2419(2018)-E-S/RES/2419(2018)-Desktop)>. (Data de último acesso: 27 de dezembro de 2021).

Conselho de Segurança das Nações Unidas (2020) Resolution 2535 (2020) Adopted by the Security Council at its 8748th meeting on 14 July 2020. *S/RES/2535 (2020)*. Disponível em: <[https://undocs.org/en/S/RES/2535\(2020\)](https://undocs.org/en/S/RES/2535(2020))>. (Data de último acesso: 27 de dezembro de 2021).

Organização das Nações Unidas (1989) *A Convenção sobre os Direitos da Criança*. Disponível em: <https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o-dos-direitos-da-crianca.pdf>. (Data de último acesso: 15 de outubro de 2021).

Organização das Nações Unidas (2015) Transforming our world: The 2030 agenda for sustainable development. *A/RES/70/1*. New York: United Nations. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_RES_70_1_E.pdf>. (Data de último acesso: 4 de fevereiro de 2022).

Regulamento (UE) Nº 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados). Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32016R0679&from=PT>>. (Data de último acesso: 20 de dezembro de 2021).

Fontes Secundárias

Advisory Council on International Affairs (2019) *Sustainable Development Goals and Human Rights – An Indivisible Bond*. Disponível em: <<https://www.advisorycouncilinternationalaffairs.nl/documents/publications/2019/05/10/sustainable-development-goals-and-human-rights>>. (Data de último acesso: 20 de novembro de 2021).

Boutros-Ghali, B. (1992) *An Agenda for Peace: preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping: report of the Secretary-general pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992*. New York: United Nations. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/145749?ln=en>>. (Data de último acesso: 22 de novembro de 2021).

Freedom House (2021) *Freedom in the World 2021 – Burundi*. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/country/burundi/freedom-world/2021>>. (Data de último acesso: 4 de janeiro de 2022).

Fund for Peace (2021) *Fragile States Index Annual Report 2021*. Disponível em: <<https://fragilestatesindex.org/2021/05/20/fragile-states-index-2021-annual-report/>>. (Data de último acesso: 6 de janeiro de 2022).

Interpeace (2018) *Youth at the center of peacebuilding, Annual Report 2017*. Disponível em: <<https://www.interpeace.org/resource/youth-center-peacebuilding/>>. (Data de último acesso: 27 de dezembro de 2021).

Isaac, A. (2002) *Education and Peacebuilding – A Preliminary Operational Framework*. CIDA. Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/world/education-and-peacebuilding-preliminary-framework>>. (Data de último acesso: 15 de outubro de 2021).

Levine, D. H. & Nagar, D. (2015) *Security and Governance in the Great Lakes Region*. Centre for Conflict Resolution. Disponível em: <<https://www.africportal.org/publications/security-and-governance-great-lakes-region/>>. (Data de último acesso: 4 de janeiro de 2022).

Mpinganzima, D. (2020) *Evaluation du Projet Conjoint: Appui a la Resilience des Jeunes face aux Conflits Sociopolitiques au Burundi*. Disponível em: <<https://mptf.undp.org/factsheet/project/00112622>>. (Data de último acesso: 4 de janeiro de 2022).

Multi-Partner Trust Fund Office Gateway (s.d.). *Community-based prevention of violence and social cohesion using innovation for young people in displace and host communities*. Disponível em: <<https://mptf.undp.org/factsheet/project/00118938>>. (Data de último acesso: 4 de janeiro de 2022).

Omoeva, C. & Buckner, E. (2015) *Does horizontal education inequality lead to violent conflict? A global analysis*. UNICEF and FHI 360 Education Policy and Data Center. Disponível em: <<https://gdc.unicef.org/resource/does-horizontal-education-inequality-lead-violent-conflict-global-analysis>>. (Data de último acesso: 10 de outubro de 2021).

Omoeva, C., Hatch, R. & Moussa, W. (2016) *The Effects of Armed Conflict on Educational Attainment and Inequality*. FHI 360 Education Policy and Data Center. Disponível em: <<https://www.epdc.org/node/6002.html>>. (Data de último acesso: 10 de outubro de 2021).

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (2020) *States of Fragility 2020*. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/development/states-of-fragility-2020_ba7c22e7-en> (Data de último acesso: 10 de outubro de 2021).

Sachs, J., Schmidt-Traub, G., Kroll, C., Lafortune, G., Fuller, G. & Woelm, F. (2020) *The Sustainable Development Goals and COVID-19. Sustainable Development Report 2020*. Cambridge University Press. Disponível em: <<https://www.sdgindex.org/reports/sustainable-development-report-2020/>>. (Data de último acesso: 27 de dezembro de 2021).

Sachs, J., Kroll, C., Lafortune, G., Fuller, G. & Woelm, F. (2021) *Sustainable Development Report 2021 – The Decade of Action for the Sustainable Development Goals*. Cambridge University Press. Disponível em: <<https://www.sdgindex.org/reports/sustainable-development-report-2021/>>. (Data de último acesso: 4 de fevereiro de 2022).

Súilleabháin, A. Ó. (2015) *Leveraging Local Knowledge for Peacebuilding and Statebuilding in Africa*. International Peace Institute. Disponível em: <<https://www.ipinst.org/2015/03/leveraging-local-knowledge-for-peacebuilding-and-statebuilding-in-africa>>. (Data de último acesso: 22 de dezembro de 2021).

TAP Network (s.d.) *Goal 16 Advocacy Toolkit*. Disponível em: <<https://tapnetwork2030.org/goal-16-advocacy-toolkit/>>. (Data de último acesso: 16 de outubro de 2021).

The World Bank (2011) *World development report 2011 – Conflict, Security, and Development*. International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank. <https://doi.org/10.1596/978-0-8213-8439-8>.

The World Bank (2018) *Republic of Burundi – Addressing Fragility and Demographic Challenges to Reduce Poverty and Boost Sustainable Growth, Systematic Country Diagnostic*. <https://doi.org/10.1596/30056>.

UNDP (2004) *Forging a Global South. United Nations Day for South-South Cooperation*.

UNDP (2020) *Human Development Report 2020, The Next Frontier: Human Development and the Anthropocene, Briefing note for countries on the 2020 Human Development Report – Burundi*. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/sites/default/files/Country-Profiles/BDI.pdf>>. (Data de último acesso: 6 de janeiro de 2022).

UNFPA (2018) *The Missing Peace – Independent Progress Study on Youth, Peace and Security*. Disponível em: <<https://www.youth4peace.info/system/files/2018-10/youth-web-english.pdf>>. (Data de último acesso: 22 de dezembro de 2021).

UNICEF (2010) *Advocacy Toolkit – A guide to influencing decisions that improve children’s lives*. Disponível em: <<https://www.right-to-education.org/sites/right-to-education.org/files/resource-attachments/UNICEF%20Advocacy%20Toolkit.pdf>>. (Data de último acesso: 15 de outubro de 2021).

UNICEF (2011) *The Role of Education in Peacebuilding: Literature Review*. Disponível em: <https://educationanddevelopment.files.wordpress.com/2016/06/1-unicef_peacebuilding_literaturereview.pdf>. (Data de último acesso: 28 de dezembro de 2021).

UNICEF (2014) *Peacebuilding, Education and Advocacy Programme*. Disponível em: <https://www.unicef.org/sites/default/files/2018-10/F_UNICEF1006_LFP_R3-online_single.pdf>. (Data de último acesso: 16 de dezembro de 2021).

UNICEF (2015) *Conflict Analysis Summary: Burundi*. Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/burundi/conflict-analysis-summary-burundi>>. (Data de último acesso: 6 de janeiro de 2022).

UNICEF (2018) *Progress for Every Child in the SDG Era*. Disponível em: <[https://www.unicef.org/media/48066/file/Progress for Every Child in the SDG Era .pdf](https://www.unicef.org/media/48066/file/Progress_for_Every_Child_in_the_SDG_Era.pdf)>. (Data de último acesso: 10 de outubro de 2021).

UNICEF (2020) *UNICEF and Sustaining Peace – Strengthening the Socio-Economic Foundations of Peace through Education, Young People’s Engagement & Wash*. Disponível em: <<https://www.unicef.org/documents/unicef-sustaining-peace-strengthening-socio-economic-foundations-peace-through>>. (Data de último acesso: 4 de fevereiro de 2022).

UNICEF (2021) *Burundi Humanitarian Situation Report n° 1*. Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/burundi/unicef-burundi-humanitarian-situation-report-no-1-january-june-2021>>. (Data de último acesso: 6 de janeiro de 2022).

UNICEF (s.d.) *UNICEF BRIEFING NOTE SERIES ON – SDG global indicators related to Children*. Disponível em: <<https://data.unicef.org/resources/briefing-notes-on-sdg-global-indicators-related-to-children/>>. (Data de último acesso: 20 de dezembro de 2021).

UNICEF Burundi (2020) *UNICEF Burundi Country Office Annual Report 2020*. Disponível em: <<https://www.unicef.org/reports/country-regional-divisional-annual-reports-2020/Burundi>>. (Data de último acesso: 2 de janeiro de 2022).

Waldman, T. (2009) *Conflict Resolution, Peacebuilding and Youth: An SPW Primer*. Student Partnerships Worldwide (SPW). Disponível em: <[https://www.academia.edu/3200682/Conflict Resolution Peacebuilding and Youth](https://www.academia.edu/3200682/Conflict_Resolution_Peacebuilding_and_Youth)>. (Data de último acesso: 17 de dezembro de 2021).

WCDE (1987) *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. Disponível em: <<https://www.are.admin.ch/are/en/home/media/publications/sustainable-development/brundtland-report.html>>. (Data de último acesso: 20 de dezembro de 2021).

World Economic Forum (2021) *The Global Risks Report 2021* (16th ed). World Economic Forum. Disponível em: <<https://www.weforum.org/reports/the-global-risks-report-2021>>. (Data de último acesso: 6 de dezembro de 2021).

Advani, A. (2021, junho 18) *Youth disillusionment is a global risk, but it can be mitigated. This study on Gen Z shows why*. World Economic Forum. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2021/06/youth-disillusionment-global-risk-gen-z-resilience/>>. (Data de último acesso: 6 de setembro de 2021).

Brown, G. (2021, julho 6) *Seven Ways to Change the World – How To Fix The Most Pressing Problems We Face*. LSE Player. Disponível em: <https://www.lse.ac.uk/lse-player?id=503bfc27-26d7-4932-b96b-fb7d403e3a78&fbclid=IwAR2ZVgSGRz4T5Aaxp_s_7FF4SibB37yICMgKdX_vb-dBsPzJMfCV1cp6S3A>. (Data de último acesso: 26 de julho de 2021).

Crockett, S. (2012, fevereiro 7) *The Role of International Organisations in World Politics*. E-International Relations. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/2012/02/07/the-role-of-international-organisations-in-world-politics/>>. (Data de último acesso: 20 de novembro de 2021).

Gandhi, M. (1931) *The Reality of “Real Peace” - Speech at the Royal Teachers’ Montessori College* (London).

Nebe, C., Bashi, W. & Niyirora, A. (2021, junho 17) *Burundi seeks new direction 1 year after president’s death*. DW. Disponível em: <<https://www.dw.com/en/burundi-seeks-new-direction-1-year-after-presidents-death/a-57932519>>. (Data de último acesso: 6 de janeiro de 2022).

Organização das Nações Unidas (2018, junho 6) *Adopting Resolution 2419 (2018), Security Council Calls for Increasing Role of Youth in Negotiating, Implementing Peace Agreements*. Security Council 8277th Meeting. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2020/sc14251.doc.htm>>. (Data de último acesso: 22 de dezembro de 2021).

Organização das Nações Unidas (2020, julho 14) *Security Council Underlines Vital Role of Youth in Building Peace, Unanimously Adopting Resolution 2535 (2020)*. Security Council 8748th Meeting. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2020/sc14251.doc.htm>>. (Data de último acesso: 22 de dezembro de 2021).

Organização das Nações Unidas (s.d.) *PEACE, JUSTICE, AND STRONG INSTITUTIONS: WHY THEY MATTER*. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/wp-content/uploads/2017/01/16-00055p_Why_it_Matters_Goal16_Peace_new_text_Oct26.pdf>. (Data de último acesso: 4 de fevereiro de 2022).

Peace Direct (2021, janeiro 12) *Four priorities for Burundian peacebuilders in 2021*. Peace Insight. Disponível em: <<https://www.peaceinsight.org/en/articles/four-priorities-burundian-peacebuilders-2021/?location=burundi&theme=conflict-prevention-early-warning>>. (Data de último acesso: 27 de dezembro de 2021).

Pilchick, S. & Luthi, E. (2016, maio 13) *Youth lead by example in Burundi*. UNICEF. Disponível em: <<https://www.unicef.org/stories/youth-lead-by-example-burundi>>. (Data de último acesso: 4 de janeiro de 2022).

Sustainable Development Goals Knowledge Platform (s.d.) *High-Level Political Forum on Sustainable Development*. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/hlpf>>. (Data de último acesso: 19 de novembro de 2021).

UNDP (2020) *Burundi – Human Development Indicators*. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/BDI>>. (Data de último acesso: 20 de dezembro de 2021).

UNICEF (s.d.) *About UNICEF*. Disponível em: <<https://www.unicef.org/about-unicef>>. (Data de último acesso: 15 de novembro de 2021).

UNICEF (s.d.) *75 years of UNICEF*. Disponível em: <<https://www.unicef.org/about-us/75-years-unicef>>. (Data de último acesso: 15 de novembro de 2021).

UNICEF (s.d.) *UNICEF history*. Disponível em: <<https://www.unicef.org/history>>. (Data de último acesso: 15 de novembro de 2021).

UNICEF (s.d.) *UNICEF mission statement*. Disponível em: <<https://www.unicef.org/about-us/mission-statement>>. (Data de último acesso: 15 de novembro de 2021).

UNICEF (s.d.) *UNICEF Executive Board*. Disponível em: <<https://www.unicef.org/executiveboard/>>. (Data de último acesso: 15 de novembro de 2021).

UNICEF (s.d.) *About the UNICEF Executive Board*. Disponível em: <<https://www.unicef.org/executiveboard/about>>. (Data de último acesso: 15 de novembro de 2021).

UNICEF (s.d.) *Membership - the UNICEF Executive Board Membership*. Disponível em: <<https://www.unicef.org/executiveboard/membership>>. (Data de último acesso: 15 de novembro de 2021).

UNICEF (s.d.) *UNICEF executive team and experts*. Disponível em: <<https://www.unicef.org/media/experts>>. (Data de último acesso: 15 de novembro de 2021).

UNICEF (s.d.) *Where we work*. Disponível em: <<https://www.unicef.org/careers/where-we-work>>. (Data de último acesso: 15 de novembro de 2021).

UNICEF (s.d.) *UNICEF National Committees*. Disponível em: <<https://www.unicef.org/unicef-national-committees>>. (Data de último acesso: 15 de novembro de 2021).

UNICEF (s.d.) *Using data to achieve the Sustainable Development Goals (SDGs) for Children*. Disponível em: <<https://data.unicef.org/sdgs/>>. (Data de último acesso: 25 de novembro de 2021).

UNICEF (s.d.) *GOAL 16: PEACE, JUSTICE AND STRONG INSTITUTIONS*. Disponível em: <<https://data.unicef.org/sdgs/goal-16-peace-justice-strong-institutions/>>. (Data de último acesso: 19 de dezembro de 2021).

UNICEF Burundi (s.d.) *What we do, UNICEF in Burundi*. Disponível em: <<https://www.unicef.org/burundi/what-we-do>>. (Data de último acesso: 2 de janeiro de 2022).

UNICEF Burundi (2019) *Adolescent empowerment and community resilience*. Disponível em: <<https://www.unicef.org/burundi/adolescent-empowerment-and-community-resilience>>. (Data de último acesso: 6 de janeiro de 2022).

UN News (2021, setembro 23). *With peace restored, Burundi presidente says poverty is the remaining threat*. United Nations. Disponível em: <<https://news.un.org/en/story/2021/09/1101002>>. (Data de último acesso: 2 de janeiro de 2022).

UNICEF Portugal (s.d.) *A UNICEF no Mundo*. Disponível em: <<https://www.unicef.pt/unicef/no-mundo/>>. (Data de último acesso: 15 de novembro de 2021).

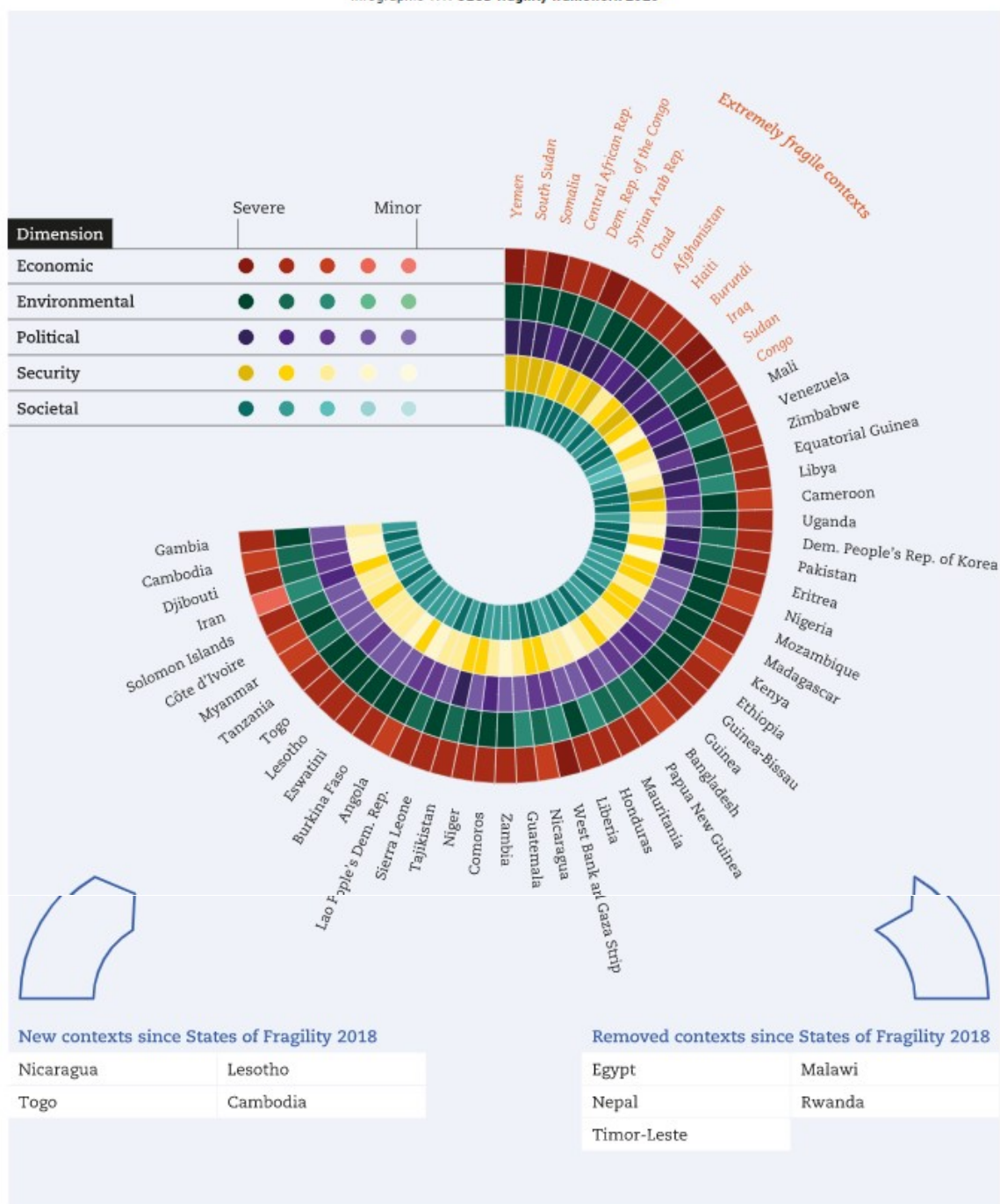
UNICEF Portugal (s.d.) *O Comité Português para a UNICEF*. Disponível em: <<https://www.unicef.pt/unicef/em-portugal/>>. (Data de último acesso: 15 de setembro de 2021).

UNICEF Portugal (2021) *Relatório de Atividades e Contas 2020*. Disponível em: <https://www.unicef.pt/media/3359/unicef_rac_2020_21.pdf>. (Data de último acesso: 20 de dezembro de 2021).

ANEXOS

Anexo 1 – Países em Situação de Fragilidade (2020)

Infographic 1.1. OECD fragility framework 2020



Fonte: OCDE (2020)

Anexo 2– Entrevista realizada aos Colaboradores da UNICEF Portugal

Entrevista UNICEF PORTUGAL

1. Considera que a UNICEF enquanto organização internacional/global tem um papel importante e contribui para que os ODS sejam atingidos?
2. Se sim, quais são os ODS que considera que a UNICEF tem focado mais o seu trabalho?
3. Fale e dê a sua opinião sobre o trabalho da UNICEF no seu contributo para o ODS 16, nomeadamente, para a construção de sociedades mais pacíficas, justas e igualitárias.
4. Fale e dê a sua opinião sobre o trabalho da UNICEF no seu contributo para o ODS 4, nomeadamente, para uma educação de qualidade e formação ao longo da vida para todos.
5. Considera que a educação de qualidade e a participação/empoderamento dos jovens em questões de segurança podem ser essenciais para o processo de *Peacebuilding*/construção da Paz?
6. Se sim, de que forma acha que a educação de qualidade e a juventude podem contribuir para o ODS16?
7. Tendo em conta a sua experiência, de que forma é que a UNICEF Portugal contribui para uma educação mais inclusiva e com mais qualidade, num país como Portugal considerado desenvolvido?
8. Tendo em conta a sua experiência, de que forma é que a UNICEF Portugal contribui para um maior empoderamento, envolvimento e participação dos jovens em assuntos de importância nacional?

9. Qual a sua perspetiva sobre os Escritórios de Terreno de países com uma narrativa de conflito, instabilidade ou graves desafios, que áreas considera que o seu trabalho deve focar?

10. Na sua perspetiva e tendo em conta o seu olhar interno da própria organização, o que mais pode a UNICEF fazer e pôr em prática para garantir da melhor forma possível que os ODS e as respetivas metas estejam completos até 2030, como previsto?

Anexo 3 – Entrevista realizada ao Colaborador da UNICEF Burundi

Written Interview

UNICEF BURUNDI

1. Do you consider that UNICEF, as an international/global organization, has an important role and contributes to achieving the Sustainable Development Goals?

2. If so, which Sustainable Development Goals do you think that (international) UNICEF focuses on in its work?

3. Speak about and give your perspective on UNICEF's work in its contribution to the SDG 16, namely, for the construction of more peaceful, just and inclusive societies.

4. Speak about and give your perspective on UNICEF's work in its contribution to SDG 4, namely, for quality education as well as lifelong training perspectives for all.

5. Do you consider quality education and youth participation/empowerment on security issues essentials for the Peacebuilding process?

6. If so, how do you think that quality education and youth can contribute to SDG 16?
7. Considering your work at UNICEF Burundi, speak about your experience in the National Committee focusing work on SDG 16.
8. List UNICEF Burundi projects where education has been a key pillar for achieving social cohesion and a more peaceful society.
9. List UNICEF Burundi projects where youth have been fundamental in achieving social cohesion and a more peaceful society.
10. In your perspective, what more could UNICEF do and work towards so that the Sustainable Development Goals and respective targets were completed by 2030, as planned?

Anexo 4 – Tipologia dos Entrevistados e Código de Citação

Tipologia dos Entrevistados e Código de Citação	
Entrevistado	Código de Citação (Cargo Profissional)
Colaborador da UNICEF Portugal 1 – Departamento de Políticas de Infância e Juventude	<i>Advocacy Officer (AO)</i>
Colaborador da UNICEF Portugal 2 – Departamento de Políticas de Infância e Juventude	<i>Director of Advocacy (DA)</i>
Colaborador da UNICEF Burundi – Departamento de Educação	<i>Adolescent Development Specialist (ADS)</i>

Fonte: Elaborado pela autora

Anexo 5 – Transcrição da Entrevista a AO

1. Considera que a UNICEF enquanto organização internacional/global tem um papel importante e contribui para que os ODS sejam atingidos?

A UNICEF Portugal é uma ONG, mas estamos dentro deste quadro da UNICEF enquanto organização intergovernamental/global. Seja a UNICEF na sua estrutura mais macro ou depois seja através dos Comitês Nacionais ou dos Escritórios de Terreno, o mandato da UNICEF é a concretização da Convenção sobre os Direitos da Criança e nesta linha é a Convenção que guia todo o trabalho que nós fazemos. É pela Convenção, ou pela tentativa da sua concretização/ da realização dos direitos da criança, que nós atuamos; que nós apelamos a uma ação governativa; que nós pensamos em programas e em intervenções, isto obviamente nos Escritórios que estão no terreno; que nós desenhamos campanhas para emergências humanitárias e para catástrofes ambientais. É sempre com esta visão de uma abordagem de direitos, baseada na Convenção.

Logicamente que a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Agenda 2030 andam lado a lado. Aliás podemos até dizer que a concretização ou realização da Agenda 2030 só será possível se as crianças também forem centrais nessa Agenda. E a centralidade das crianças nessa Agenda é muito posta na agenda pública e política pela UNICEF. Até há uma das páginas da UNICEF que diz esta expressão em que coloca a “UNICEF como a guardiã da criança, da proteção da criança, no centro da Agenda 2030”. De tal forma que há um documento da UNICEF que faz um mapa dos Objetivos com a Convenção e da Convenção com os Objetivos e (...)

(...) Respondendo à questão 2 – “quais são os ODS que considera que a UNICEF tem focado mais o seu trabalho?” Obviamente que nós podemos destacar um ou outro consoante intervenções específicas ou programas específicos, mas a verdade é que se o nosso trabalho é pela concretização dos direitos da criança/ pela promoção e defesa dos seus direitos e se nós nos seguimos por uma abordagem de direitos, então temos que ter sempre este olhar global. E este olhar global obriga-nos a olhar para a Convenção no seu todo e obriga-nos a olhar para a Agenda 2030, para os 17 Objetivos, de uma maneira integrada e sistémica. Portanto, necessariamente, nós não vamos erradicar a pobreza se não tivermos educação de qualidade, até porque a pobreza infantil é multidimensional; não vamos erradicar a pobreza se não tivermos educação, se não tivermos água e saneamento, habitação e condições de vida condignas...

Portanto necessariamente há uma interseccionalidade dos direitos/ há uma interrelação dos direitos como há uma interrelação dos 17 Objetivos.

E o papel da UNICEF nesta concretização é central precisamente porque se o objetivo da Agenda 2030 é que haja e que obriga os Estados que se comprometeram com ela a um desenvolvimento sustentável, ou seja, um desenvolvimento económico, social, ambiental que seja sustentado hoje e no futuro, este desenvolvimento só se faz se os direitos da criança forem realizados, com as crianças, e daí com a sua participação também. Este desenvolvimento só se faz se as organizações supranacionais, os Estados, as empresas e a sociedade civil (e aqui internacionais incluem-se as ONG's) estiverem todos envolvidos neste compromisso de o concretizar. Isto é uma tarefa conjunta, de todos, até 2030 e que certamente não ficará até 2030 porque é um trabalho que nós sabemos que é longo. Até porque é uma Agenda ambiciosa e de alguma maneira tivemos ODM e passámos para os ODS.

Mas são metas que guiam o nosso trabalho e se calhar, pensando no trabalho da UNICEF e na Agenda 2030, é isso mesmo, os ODS acabam por ser metas, com os seus indicadores específicos, que guiam o nosso trabalho. Até porque, como dizia, há uma interrelação direta com aquilo que são os direitos da criança e portanto, obviamente, se a Convenção é central também a Agenda 2030 é central e muitos dos temas dos ODS acabam por ser temas que são temas privilegiados da própria UNICEF, desde logo se nós começarmos pelo Objetivo da erradicação da pobreza, logicamente, uma das áreas-chave ou prioritárias da UNICEF é hoje e sempre tem sido a erradicação da pobreza nas crianças. Tal como se pensarmos no ODS2, ligando ao 1, obviamente, que o direito à alimentação é um direito central. Ou se falarmos na questão da Saúde, ou na Educação, ou na Água e Saneamento.... Poderíamos ir por aqui fora...

Entrevistadora – questão colocada no decorrer da entrevista e que não constava no guião:

A UNICEF define 5 áreas/dimensões que relacionam os direitos da criança com os Objetivos. Acha que estas são as cinco principais áreas do trabalho da UNICEF, tendo em conta a tal relação dos ODS com os Direitos da Criança?

Eu acho que essas 5 áreas me fazem sentido, mas eu diria que são quase macro-áreas, ou seja, não consigo dizer uma área e identificar apenas um ODS e dizer que o trabalho da UNICEF acaba, exclusivamente, nessas. Obviamente que nós podemos falar da questão da pobreza e aí temos a questão da alimentação, da nutrição, da saúde e do bem-estar, da água e saneamento, das condições de habitabilidade, da proteção contra todas as formas de violência e discriminação, da igualdade de género... temos, enfim, do combate contra todas as formas de desigualdade, que acaba

por ser transversal a todos eles... temos a questão da educação. Portanto, eu diria quase que nós os podemos agrupar por áreas-chave da intervenção da UNICEF. Educação, Saúde, Nutrição, Habitação, Proteção, Pobreza. Mas depois podemos até pensar que há outros temas como a questão do clima ou das alterações climáticas que não só têm um impacto direto, presente e futuro, naquilo que é a concretização dos direitos da criança como as próprias crianças têm sido, diria quase, pioneiras naquilo que é a importância do tema na sua vida presente e futura. E que tem, quase, eu não diria, empurrado a UNICEF, mas quase a obrigado a UNICEF a ter uma voz central neste tema. Até pela participação das crianças e dos jovens que muito têm-se expressado publicamente sobre a questão das alterações climáticas. Têm criado quase uma nova agenda para o ambiente, que está relacionada diretamente com os ODS e, portanto, têm trazido uma nova área.

Acho que podíamos falar dos 17 (ODS) e todos eles serem agrupados em áreas de dimensão ou de intervenção em que a UNICEF tem uma voz sobre ou que acabemos por trabalhar sobre eles. E daí, como dizia, acho tão interessante aquele documento que faz aquele mapa e ligação entre aquilo do que é a Convenção, e é por ela que nós trabalhamos, e aquilo que são os ODS e se este documento for visto de uma maneira cuidada, a verdade é que não há nenhum que fique de fora. E portanto, dá esta visão global e sistemática do trabalho da UNICEF.

Entrevistadora – questão colocada no decorrer da entrevista e que não constava no guião: Então não consegue destacar áreas que sejam as tais áreas-chave? Acha que o trabalho da UNICEF se foca um pouco mais nessas? Acha que a atenção que a UNICEF dá a todos os ODS é realizada de igual modo ou considera que existem áreas que se destacam mais ou outras que se têm vindo a destacar? Acha que existe um trabalho simultâneo e equilibrado ou existe áreas em que o trabalho da UNICEF tem sido muito mais considerável?

A minha tendência de resposta é sempre ao contrário, ou seja, não no sentido de que ODS particular é que a UNICEF se tem focado mas a minha tendência de resposta é sempre no sentido do trabalho da UNICEF ser o de promoção e defesa dos direitos da criança e portanto, se há algum ODS, e neste caso posso dizer-te que são todos, que têm influência na promoção e defesa dos direitos da criança, então a UNICEF vai ter um papel sobre eles. Se calhar não é ao mesmo tempo, se calhar depende do contexto, depende se eles estão ou não assegurados, depende do contexto específico, da intervenção, depende do país, depende da circunstância... se calhar, por exemplo, se nós pensarmos no caso de Portugal, na questão do Wash, do Programa Wash, de água e saneamento, é um trabalho e um programa que a UNICEF tem muito presente nos

Escritórios de Terreno, em países em desenvolvimento, e que não fará tanto sentido falar em Portugal mas não quer dizer ainda assim que, por exemplo, no norte do país não hajam habitações em que o saneamento básico não esteja assegurado e portanto, há crianças que poderão não ter saneamento básico. E, portanto, o vigor com que se falará de um ou outro depende muito mais da circunstância/ do contexto específico do que propriamente se o fazemos de maneira sistemática ou não, porque na verdade o que é a linha contínua é sempre esta visão integrada de trabalhamos para a realização de todos os direitos. É verdade que nalgum momento podemos privilegiar um ou outro, mas os direitos são um todo, não há nenhum direito mais importante. Como não há nenhum direito mais importante do que o outro, também não há um ODS mais importante do que o outro porque não é possível realizar um sem realizar o outro. São interdependentes.

Eu acho e se calhar por agora até está na agenda, acabámos agora de ter no dia 17, o Dia Internacional da Erradicação da Pobreza, um exemplo claro disto é a questão da pobreza. A pobreza é um fenómeno multidimensional e, portanto, se nós pensarmos desde logo no ODS1, é verdade que nós temos uma meta específica que é a de erradicar a pobreza, e tem indicadores específicos, mas nós não conseguimos erradicar a pobreza se nós não tivermos em atenção os outros ODS. E se pensarmos no caso das crianças, nós não conseguimos erradicar a pobreza infantil se nós não atendermos às condições de saúde e a um acesso equitativo a serviços de saúde e a cuidados de saúde materno-infantil; nós não conseguimos erradicar a pobreza se não tivermos um acesso a serviços de educação universais ou uma educação inclusiva e de qualidade; nós não conseguimos erradicar a pobreza se todas as crianças que vivem em contextos familiares vulneráveis não tiverem condições de habitabilidade condignas e uma casa, primeiro desde logo uma casa, e depois a condições de conforto; se não tiverem o seu direito à alimentação assegurado. E só com este exemplo, só com uma situação muito específica que é a pobreza, estamos a passar por vários outros. Se uma criança estiver numa situação de violência, obviamente, os seus direitos não estão a ser cumpridos e pegando numa situação específica, se for uma rapariga e se essa violência for sistemática, então estamos a falar, provavelmente, de uma questão de desigualdade de género. E, portanto, é um trabalho que é sempre transversal.

Diria que é sempre mais por uma ótica integrada e não parcelar. Até porque se nós de facto quisermos cumprir os direitos da criança e se quisermos cumprir a Agenda 2030, não o podemos fazer de maneira parcelar. Tem sempre que ser de forma transversal e holística e com um olhar sistémico. Porque eles são necessariamente integrados e interdependentes.

3. Fale e dê a sua opinião sobre o trabalho da UNICEF no seu contributo para o ODS 16, nomeadamente, para a construção de sociedades mais pacíficas, justas e igualitárias.

Primeiro, a UNICEF tem apelos particulares sobre este ODS16, sempre nesta vertente das crianças. Portanto, se nós o dividirmos, a UNICEF diz que para a construção de sociedades pacíficas, então nós temos que proteger as crianças contra todas as formas de violência, exploração e abuso; para que haja sociedades justas temos que assegurar que todas as crianças estão devidamente respeitadas e que os seus direitos são devidamente respeitados, protegidos e cumpridos; para que haja sociedades inclusivas então as crianças têm que ser devidamente e efetivamente envolvidas em todos os processos e decisões que as afetam e que afetam a sociedade no seu todo. Portanto, esta, em primeiro lugar, é a leitura da UNICEF e os apelos específicos da UNICEF sobre este ODS.

Logo por aqui denota um trabalho da UNICEF sobre aquilo que é a leitura de cada um dos ODS. Ou seja, a UNICEF tem uma leitura particular de cada um dos ODS e de como eles têm uma incidência ou de como devem ser vertidos sobre a criança e sobre a centralidade da criança.

Para responder à pergunta e virando-a ao contrário. Ou seja, não como é que sociedades pacíficas, justas e inclusivas, qual é o papel destas sociedades na proteção dos direitos da criança e qual é a centralidade da criança em sociedades pacíficas, justas e inclusivas, mas qual é o contributo da UNICEF para a criação destas? Eu dir-te-ia que só o facto da UNICEF ter uma leitura para cada um dos ODS é sinal de que há uma reflexão sobre o que são sociedades pacíficas, justas e inclusivas. E que se nós pensarmos nesta ideia de que sociedades inclusivas são sociedades em que as crianças estão efetivamente e ativamente envolvidas em todos os processos de decisão, esta é, sem dúvida, uma das bandeiras da UNICEF. Não só a UNICEF é mandatada pela Convenção e a sua grande missão é a implementação da Convenção, como uma das bandeiras da UNICEF é que todas as crianças conheçam os seus direitos, que a comunidade conheça os direitos da criança, para que as próprias crianças possam ter uma voz ativa na sociedade, na escola, na comunidade em que vivam; que possam participar de forma ativa nos processos e nas decisões que as afetam e que lhes dizem respeito. E, naturalmente, sociedades inclusivas

são sociedades onde as crianças fazem parte e estão incluídas, da mesma maneira que sociedades justas são sociedades em que as crianças são respeitadas e sociedades pacíficas, naturalmente, são sociedades onde as crianças estão protegidas.

Se nós pensarmos nestas três dimensões, obviamente, a UNICEF tem um trabalho muito específico nestas três dimensões: na proteção contra todas as formas de violência e discriminação; no cumprimento dos direitos em geral e nesta questão da participação.

Portanto e voltando à pergunta, eu creio, firmemente, que a UNICEF e se pensarmos até na UNICEF como agência das Nações Unidas, mandatada para a proteção da criança, há 75 anos, sem dúvida que a UNICEF tem um papel neste que é ou que se quer que seja um desenvolvimento sustentável e a construção de sociedades inclusivas. E sociedades inclusivas são sociedades em que as crianças têm uma voz ativa e que fazem parte, sendo esta, como já disse, uma bandeira da UNICEF e para isso acontecer, e esse eu acho que é um dos grandes trabalhos da UNICEF e das várias formas de atuação que tem, é um trabalho que exige, e passo o pleonismo, é um trabalho que exige um trabalho diário de relação com organizações da sociedade civil, com governos, com as comunidades educativas, precisamente, para que haja, não só a UNICEF é uma instituição que o promove como que outras instituições, públicas e privadas, o promovam. E sem dúvida, eu acho que esse é um dos nossos papéis, até pelo trabalho de *Advocacy* e até pelo trabalho de influência política - que seja dada prioridade às crianças em todas as políticas e processos de decisão.

4. Fale e dê a sua opinião sobre o trabalho da UNICEF no seu contributo para o ODS 4, nomeadamente, para uma educação de qualidade e formação ao longo da vida para todos.

Aqui sobre a Educação e no caso de Portugal... não só de Portugal, porque eles existem até noutros Comitês Nacionais... Mas no caso da Educação, temos o exemplo do Programa de Educação pelos Direitos. Naturalmente que uma das dimensões fundamentais do trabalho da UNICEF é a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade. Obviamente, isso está expresso e aqui sim há um paralelismo direto com o ODS4. Até porque o direito à educação é um direito fundamental das crianças e, portanto, aqui há um paralelismo direto. E o Programa de Educação pelos Direitos promove isso mesmo ou tenta promover através de práticas educativas em diferentes

contextos uma educação de qualidade através da aprendizagem dos direitos, não só pelas crianças, precisamente para que possam participar, mas de toda a comunidade educativa, para que haja uma prática dos direitos, para que os direitos sejam postos em prática na vida da escola e na vida daquela comunidade educativa. Portanto, aí acho que há uma ligação direta.

Até a questão da participação e daí o Programa de Educação, a questão da aprendizagem dos direitos para que possas participar... é que naturalmente tu não podes/ não tens à partida competências para participar se não tiveres conhecimento sobre aquilo que te é pedido, sobre aquilo que é necessário fazer, sobre processos. Precisas de ser informado, e daí também o direito à informação, para que possas participar. E, naturalmente, uma das maneiras de ter acesso a informação é por uma educação de qualidade. E que acaba por ter influência na construção de sociedades inclusivas. Não podes ter uma sociedade sequer justa e inclusiva se tu tiveres pessoas nessa sociedade, se tu tiveres crianças e jovens nessa sociedade que não têm acesso a serviços de educação de qualidade; a serviços de educação inclusivos; a serviços de educação que não excluem determinados grupos de crianças ou determinados grupos de jovens.

7. Tendo em conta a sua experiência, de que forma é que a UNICEF Portugal contribui para uma educação mais inclusiva e com mais qualidade, num país como Portugal considerado desenvolvido?

Aqui eu acho que tens, naturalmente, o Programa de Educação pelos Direitos, também tens um trabalho de *Advocacy*, necessariamente, que acaba por incidir sobre a Educação – tiveste muito claramente o caso da Pandemia, ou seja, quando há um momento em que as escolas são fechadas, a UNICEF, não só em Portugal, mas ao nível da UNICEF global... Quando há um momento como o que aconteceu no contexto da Pandemia em que as escolas são fechadas e que isso tem um impacto direto sobre a vida das crianças e o que as evidências mostram é que o encerramento das escolas exacerba vulnerabilidades e desigualdades que já existiam e têm a potencialidade de criar novas desigualdades, então a UNICEF, através do trabalho de *Advocacy* tem um papel a fazer, tem uma voz a dizer sobre... através de investigação e depois através de influência política dizer “se calhar vamos pensar sobre o que é que está a acontecer, precisamente para que a Educação chegue a todos” e aqui de uma Educação mais inclusiva, no caso da Pandemia, foi óbvio, por exemplo, a questão do acesso à Educação por parte das crianças de etnia cigana que, naturalmente, foi um grupo que ficou automaticamente excluído a partir do momento em que a escola passa a ser

online e havia um *gap* entre aquilo que é o acesso a equipamentos digitais mas também a competências. Aqui estou a dar o exemplo das crianças de etnia cigana mas podíamos falar sobre muitos outros grupos – de crianças com deficiência; de crianças em situação de pobreza de que não tinham acesso a esses materiais e que em casa os pais também não tinham competências para dar apoio – E podemos falar de materiais digitais, mas também podemos falar de livros, que tu podes ter acesso numa escola e que não tens acesso em casa.

Portanto, aí há um trabalho do Programa que é, eu diria, sistemático, mas depois há um trabalho de *Advocacy* ao nível da Educação que acontece, mais uma vez, consoante as circunstâncias, consoante aquilo que é o contexto, consoante aquilo que é o momento.

Depois também tens e pode ser interessante aqui em ligação com os ODS, a *Maior Lição do Mundo*. Naturalmente, promove um conhecimento nas escolas e nas crianças e nas várias turmas que aceitam o desafio sobre os ODS. Por exemplo, no ano passado, foi sobre as alterações climáticas, e no início falávamos sobre as crianças serem muito focais sobre as alterações climáticas, mas no ano anterior, se não estou em erro, no 17-18 foi sobre a Educação de qualidade, os projetos sobre a Educação de qualidade. No 19-20 foi precisamente sobre esta ligação entre a Convenção e os ODS.

8. Tendo em conta a sua experiência, de que forma é que a UNICEF Portugal contribui para um maior empoderamento, envolvimento e participação dos jovens em assuntos de importância nacional?

Eu percebo que queiras ir pelo tema da Segurança que naturalmente é o tema do teu trabalho, mas aqui os temas que nós trabalhamos depende muito dos temas que nos chegam pelas crianças. Ou seja, nós não somos os temas, as crianças é que definem os temas. E esse, também, é um bocadinho o papel da UNICEF. Que é, de facto nós fazemos isto pelas crianças e com as crianças, então são as crianças que definem o que é que querem dizer e o que é que têm para dizer. Eu acho que um exemplo paradigmático disto é uma experiência muito recente, e depois já te falo de um trabalho mais sistemático, mas uma experiência muito recente disto que foi a campanha que nós fizemos “Eu tenho voto na matéria” a propósito das eleições autárquicas em que a UNICEF criou/ nós criámos um grupo consultivo de crianças e jovens que nos ajudaram a criar, de raiz, esta campanha – a imagem gráfica da campanha; a construção do questionário – e isto para te dizer que, por exemplo, as questões de segurança, segurança na rua, segurança na escola surgiram pelas próprias crianças. Ou seja, não foi um tema que nós levámos, foram as crianças que trouxeram

e daí haver questões de segurança, por exemplo, que estão no próprio questionário – se as crianças se sentem ou não seguras – porque foi uma questão levantada pelas próprias crianças.

E, portanto, para que haja, efetivamente, um envolvimento e uma participação ativa então tem que haver uma abordagem que não mantém uma linha *top-down*, mas *bottom-up* e, portanto, vem deles para nós e não de nós para eles. Em tudo, seja no trabalho que nós fazemos seja na definição de políticas públicas. E, portanto, que sejam as crianças a ditar e a definir que políticas, que temas é que querem e não ao contrário.

E eu acho que como é que a UNICEF tem contribuído para o envolvimento das crianças... Eu acho que o tem através de várias campanhas que foi desenvolvendo. Esta “Eu tenho voto na matéria” é uma delas, a propósito das eleições autárquicas, no fundo de perguntar às crianças o que é que têm a dizer sobre a sua comunidade, já que não podem votar, mas também têm uma palavra a dizer e portanto, o que é que querem dizer sobre aquilo que é o espaço em que vivem, naturalmente. Porque também lá vivem e muitas vezes são esquecidas porque não votam, então não têm uma palavra a dizer, mas a verdade é que o têm porque o espaço é delas, também, como cidadãos ativos, como sujeitos de direitos.

E depois outras (campanhas), por exemplo, o envolvimento de crianças para a definição do Plano de Recuperação e Aprendizagens, que foi criado no quadro da Pandemia. E portanto, muitas situações pontuais, até na questão da Pandemia, em que auscultámos crianças e jovens, logo no início da Pandemia, de perceber, de tentar averiguar como é que estava a situação das crianças no país. E portanto, fazer um retrato daquilo que era a situação das crianças.

Através das escolas e naturalmente, esses inquéritos e processos de auscultação acabam por acontecer muito através das escolas, pelo Programa de Educação pelos Direitos e por outro Programa, o das Cidades Amigas das Crianças que de um trabalho próximo com os municípios que fazem parte desta rede, em que se propõe que desenvolvam planos de ação local, precisamente, não só, elencando/fazendo um levantamento daquilo que são medidas que já existam, mas pensando em novas e que esse pensamento e desenho de novas medidas e a sua implementação, monitorização e avaliação seja feito com as crianças, naturalmente, para as crianças, mas também com as crianças. E portanto, este trabalho de proximidade com os municípios para que haja quase uma nova abordagem àquilo que são as crianças que vivem no seu território.

E portanto, diria que esta promoção de um envolvimento das crianças é central no trabalho da UNICEF, designadamente para a UNICEF em Portugal e é um dos vários planos de ação quer na escola, quer depois num plano mais abrangente, nas comunidades, no trabalho com os municípios, quer, também depois, ao nível do poder central com diferentes entidades públicas em que vamos trabalhando e com vários temas em que vamos tocando: na proteção, no sistema de proteção; nas migrações; na questão da pobreza infantil, sempre insistindo e frisando a necessidade de as crianças serem ouvidas porque têm uma voz e eu acho que esta é uma das nossas mensagens-chave.

Observação de AO no âmbito do avanço na questão 9:

O trabalho da UNICEF é transversal e as dimensões, até quase estratégicas de intervenção/de ação, são estruturais na UNICEF. Depois aquilo que é mais premente em cada momento depende, naturalmente, do contexto de cada território e dentro de cada território/país depende de variações locais/regionais.

10. Na sua perspetiva e tendo em conta o seu olhar interno da própria organização, o que mais pode a UNICEF fazer e pôr em prática para garantir da melhor forma possível que os ODS e as respetivas metas estejam completos até 2030, como previsto?

Eu acho que o trabalho da UNICEF na concretização da Agenda 2030 e aqui voltamos ao início, é pela promoção dos direitos da criança. Naturalmente e como dizias, houve uma regressão face ao contexto de Pandemia e nós ainda não temos em muitos países, e Portugal é um deles, não temos ainda dados completos que nos permitem, de facto, analisar de maneira concreta/clara aquilo que possa efetivamente ter regredido. Nós ainda não temos dados concretos, absolutos, claros sobre aquilo que possa ter regredido. Nós neste momento temos perceções de que as condições de vida gerais da população e naturalmente, das crianças pioraram. Obviamente, já há alguns estudos que o indicam, face aos números do desemprego; face à perda de rendimentos das famílias; face às questões da saúde mental e de uma maior procura por apoio e face àquilo que, precisamente, através de inquéritos e auscultações, as crianças nos vão dizendo, em diferentes países do mundo e, portanto, a UNICEF vai estudando a situação de forma muito regular. Há estudos feitos pela UNICEF e outras organizações e pela Academia em geral em aquilo que é o impacto daquilo que foi e daquilo que está a ser o impacto da Pandemia na realização dos direitos da criança e foi de forma transversal, nomeadamente, nas questões da saúde e da saúde mental, foi bastante visível.

Mas nós ainda não temos, e porque o estamos a viver ainda no momento presente, ainda não há uma clara noção daquilo que será necessário fazer. O que nós sabemos e aquilo que a UNICEF tem dito é que necessário investir naquilo que já era necessário investir e reforçar o investimento naquilo que já era necessário fazer. Portanto, tudo aquilo que faltava fazer, neste momento, é necessário fazer com mais convicção. Se já era necessário investir em medidas de apoio à família, então neste momento é preciso investir o dobro em medidas de apoio à família. Se já era necessário investir em sistemas de educação de qualidade e inclusivos, para que efetivamente todas as crianças tenham acesso a uma educação e uma educação que seja justa, uma educação que seja para todos, para que todos tenham acesso e em pé de igualdade, para que todos tenham acesso aos mesmos equipamentos, então é preciso investir o dobro para que isso aconteça. Se houve consultas de rotina, programas de vacinação que pararam, então é preciso o dobro para que os programas de vacinação sejam repostos, para que haja um incentivo à vacinação. Não estou a falar da vacina COVID, estou a falar de toda a vacinação que a UNICEF apoia, no mundo inteiro. Nos programas de vacinação é necessário que os programas sejam repostos, que haja um incentivo, é necessário que as consultas sejam repostas, que haja uma melhoria nos cuidados de saúde, naturalmente, que haja um investimento na saúde mental, porque nós já sabemos que é uma área que já está a ser uma área crítica e que vai continuar a ser uma área crítica, até porque os impactos na saúde mental não são momentâneos, não são espontâneos, têm um efeito duradouro e nós não sabemos quão duradouro são estes efeitos.

O que falta fazer para 2030 era o que já faltava fazer, agora agravado por um processo de regressão e, portanto, há um trabalho que tem que ser naturalmente, incentivado e reforçado em todas as áreas que nós já sabemos que eram centrais. A erradicação da pobreza, bem enfim, tudo aquilo que são os dados preliminares que nós já tínhamos sabemos que nos indicam um agravamento da situação da pobreza; nos indicam, segundo estudos da UNICEF, que teremos mais crianças no mundo em situação de pobreza, mais crianças no mundo em situação de trabalho infantil; mais crianças no mundo, neste caso, mais raparigas, em situações de casamento infantil. E portanto, há um trabalho que, naturalmente, tem que ser reforçado e 2030 é já ao virar da curva.

*Entrevistadora – questão colocada no decorrer da entrevista que não constava no guião:
Como é que acha que a UNICEF deve apelar a esse investimento e a esse incentivo? Acha que deve ser somente através de Advocacy, considera que se deve desenvolver mais*

trabalho junto da comunidade, da sociedade? Acha que deve ser uma relação entre organizações da sociedade civil e os governos? Acha que deve ser uma relação mais internacional/global? Como é que acha que esse incentivo deve ser feito e de onde é que esse investimento vai surgir?

Esse investimento tem que ser naturalmente um investimento público, no meu entender. Mas o trabalho de *Advocacy* da UNICEF inclui todas as dimensões que tu tocaste agora. Ou seja inclui um trabalho de proximidade com os governos, de influência política junto dos governos; inclui um trabalho com a sociedade civil; inclui um trabalho com a comunidade de auscultação de necessidades; inclui um trabalho com outras organizações da sociedade civil, até, neste sentido de que há organizações... a UNICEF tem este mandato, este olhar transversal, há organizações que trabalham com as crianças e sobre os direitos da criança que têm áreas de intervenção mais específicas ou que trabalham sobre, lá está, os direitos das raparigas; que trabalham sobre os migrantes e refugiados; que trabalham, particularmente, com a comunidade cigana. E, portanto, há um trabalho de proximidade com estas outras organizações, de perceber o que está a acontecer no terreno, o que é que falta fazer para que isto chegue a quem tem efetivamente responsabilidade de atuar e quem tem responsabilidade de atuar é o Estado, em última análise. Aliás são os Estados que são parte e são signatários da Convenção sobre os Direitos da Criança e portanto, cabe aos Estados, cabe aos governos a adoção de medidas que concretizem e permitam a concretização dos direitos da criança e neste caso, a concretização da Agenda 2030.

*Entrevistadora – questão colocada no decorrer da entrevista que não constava no guião: Então acha que, no fundo, deve haver um reforço de *Advocacy*?*

Há um trabalho quase vocal daquilo que são as necessidades no terreno que têm que necessariamente chegar a quem de direito para que as próprias políticas, que são desenhadas, que são implementadas, num contexto de Pandemia e pós-pandémico sejam consentâneas com aquilo que são as realidades e as reais necessidades no terreno, as necessidades das crianças e das suas famílias e que sejam o espelho desta nova realidade e não o contrário porque se nós quisermos concretizar/chegar perto da Agenda 2030 então só podemos fazê-lo à luz de uma realidade que é a atual. Não podemos ter medidas desactualizadas/descontextualizadas. Então tem que haver, naturalmente, esta simbiose entre aquilo que é a teoria e aquilo que é a prática e eu acho que a UNICEF tem, naturalmente, um papel central nisso e as crianças, porque têm uma voz a dizer. Portanto, a UNICEF através da promoção da participação das crianças e que elas próprias tenham um lugar seja, lá está, no poder local, seja nas

comunidades em que vivem, seja na escola... Isto pode fazer-se em múltiplos níveis de ação, múltiplos níveis de governação e que acontecem em simultâneo. Não acontecem de maneira desfasada, até porque se nós voltarmos ao início desta conversa e se quisermos ter o tal olhar global e transversal, nós não podemos trabalhar as coisas de maneira sectorial. Elas acontecem todas e têm todas de acontecer necessariamente ao mesmo tempo e em diferentes planos de ação, com diferentes atores, todos os atores (a sociedade civil; o setor privado; os Estados e os governos; a Academia...).

Anexo 6 – Transcrição da Entrevista a DA

1. Considera que a UNICEF enquanto organização internacional/global tem um papel importante e contribui para que os ODS sejam atingidos?

Os ODS representam um plano de ação global para eliminar a pobreza e a fome, garantir educação de qualidade para todos, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030. Estando estes objetivos enquadrados na missão e objetivos da UNICEF, temos colaborado com governos, sociedade civil, empresas, universidades e outras agências das Nações Unidas para a concretização desta agenda. Na UNICEF acreditamos que não existe desenvolvimento sustentável sem equidade e por isso, trabalhamos todos os dias para que cada criança tenha uma oportunidade justa na vida e possa crescer e desenvolver-se numa sociedade justa, equitativa e sustentável.

A concretização dos ODS depende não apenas do compromisso dos governos, mas também do envolvimento de todas as organizações, como a UNICEF, e de todos os cidadãos, incluindo as crianças e os jovens.

2. Se sim, quais são os ODS que considera que a UNICEF tem focado mais o seu trabalho?

A UNICEF é responsável por sete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e apoia ou é corresponsável por outros 12. Para dar a conhecer este trabalho e os indicadores/metastas que a UNICEF monitoriza e acompanha, desenvolveu uma plataforma com mais informação.

3. Fale e dê a sua opinião sobre o trabalho da UNICEF no seu contributo para o ODS 16, nomeadamente, para a construção de sociedades mais pacíficas, justas e igualitárias.

A UNICEF acompanha de perto as metas e respetivos indicadores relacionados com as crianças do ODS 16, como aquelas que se relacionam com castigos corporais ou outras formas de maus-tratos contra crianças. A violência contra as crianças é uma violação

de direitos humanos que a UNICEF tem trabalhado de forma significativa ao longo dos anos, em todos os países, destacando-se pela produção de conhecimento que tem contribuído para mudanças políticas e pelos programas e campanhas para acabar com a violência, como *Children Under Attack*.

4. Fale e dê a sua opinião sobre o trabalho da UNICEF no seu contributo para o ODS 4, nomeadamente, para uma educação de qualidade e formação ao longo da vida para todos.

A contribuição da UNICEF para alcançar este objetivo centra-se nos princípios da equidade e inclusão para assegurar que todas as crianças têm oportunidades de educação de qualidade, desde a primeira infância até a adolescência.

Sendo a educação um direito da criança, e em particular durante a pandemia, a UNICEF contribuiu, de forma significativa, para que todas as crianças, em regime presencial ou à distância, pudessem continuar a aprender. Por exemplo, a UNICEF contribuiu para que 301 milhões de crianças tivessem acesso ao ensino à distância. “Todas as crianças aprendem” é, de facto, um dos objetivos estratégicos da UNICEF e continuará a fazer a diferença na vida de milhões de crianças.

5. Considera que a educação de qualidade e a participação/empoderamento dos jovens em questões de segurança podem ser essenciais para o processo de *Peacebuilding*/construção da Paz?

A UNICEF acredita que a educação é crucial para a construção da paz e para promover sociedades mais coesas.

7. Tendo em conta a sua experiência, de que forma é que a UNICEF Portugal contribui para uma educação mais inclusiva e com mais qualidade, num país como Portugal considerado desenvolvido?

Uma educação de qualidade e inclusiva implica garantir que todas as crianças podem aprender e desenvolver-se de forma plena, assegurando para isso que as crianças conheçam e possam exercer os direitos, diariamente – é para isso que a UNICEF Portugal trabalha diariamente com escolas. Em particular, contribui para que as crianças possam ser envolvidas nas decisões que lhes dizem respeito em contexto escolar e tenham oportunidades para se desenvolverem como cidadãos ativos, responsáveis e empenhados na construção de um mundo mais justo, equitativo e sustentável.

8. Tendo em conta a sua experiência, de que forma é que a UNICEF Portugal contribui para um maior empoderamento, envolvimento e participação dos jovens em assuntos de importância nacional?

A participação das crianças, como direito inscrito na Convenção sobre os Direitos da Criança, é uma prioridade para a UNICEF Portugal, sendo, por exemplo, um dos pilares do Programa Cidades Amigas das Crianças.

A recente iniciativa “Tenho Voto na Matéria”, que teve uma adesão sem precedentes de cerca de 10.000 crianças e jovens, é também prova de uma iniciativa que dá oportunidades aos jovens de expressarem o que querem e desejam para as suas comunidades.

10. Na sua perspetiva e tendo em conta o seu olhar interno da própria organização, o que mais pode a UNICEF fazer e pôr em prática para garantir da melhor forma possível que os ODS e as respetivas metas estejam completos até 2030, como previsto?

Sugiro, a título de exemplo, a informação sobre a Década para a Ação (2020-2030).

Anexo 7 – Transcrição da Entrevista a ADS

1. Do you consider that UNICEF, as an international/global organization, has an important role and contributes to achieving the Sustainable Development Goals?

Yes, UNICEF is playing an important role on SDG as United Nations agency with mandate to protect rights of children through Convention on child rights.

2. If so, which Sustainable Development Goals do you think that (international) UNICEF focuses on in its work?

UNICEF is playing in construction of more peaceful (SDG 16) and quality of education (SDG 4).

3. Speak about and give your perspective on UNICEF’s work in its contribution to the SDG 16, namely, for the construction of more peaceful, just and inclusive societies.

The programme team of Adolescent Empowerment and Community Resilience (AECR) of UNICEF Burundi country office in supporting the Resilience of Young People to Socio-political Conflicts in Burundi developed an innovation blending peacebuilding with the Village Community Banking (VICOBA) model created by UNDP and Care International in Niger and later applied in Tanzania. In Burundi VICOBA integrates two key components: life skills training and a very clear criteria

for the composition of each group termed ‘solidarity group.’ The life skills framework includes key aspects of self-awareness, self-confidence, self-reliance, conflict resolution, citizenship and civic empowerment aimed at empowering adolescents to resist political manipulation and to break cycles of violence. It is delivered for 6 months by peer educators, once a week for approximately 2 hours each session. While population demographics and divisions exploited by politicians vary across regions, each 30-member solidarity group must include members from divided groups, considering representation from diverse ethnic groups, opposing political groups, returnees and local residents. Groups include diverse age representation (from 15 – 24) and educational backgrounds (literate/non-literate), also considering inclusion of children without parental care and adolescents in single parent households. In close collaboration with local authorities, partners lead in participant recruitment to ensure the composition of each group is relevant to the local context.

Solidarity groups create opportunities for young people to bridge divides, engage in democratic decision making, and ultimately to build resilience to political manipulation. Each group elects a (rotating) president, vice president, secretary, treasurer and a peer educator who is trained to deliver the life skills workshops within the group. The VICOBA component provides an incentive for participation, holds the group together, creates opportunities for adolescents to apply life skills, and promotes sustainability. Solidarity groups have become a model for unity across divides. Young people, community leaders and local officials cite how communities themselves have mobilized to support group members and activities. The model VICOBA is operated from funds generated by group members, so it is easier to scale with limited budget. The pilot programme started with 22 solidarity groups and now there are over 2000 across 9 provinces.

4. Speak about and give your perspective on UNICEF's work in its contribution to SDG 4, namely, for quality education as well as lifelong training perspectives for all.

For a long time to now, UNICEF Burundi is supporting the education sector to ensure that every child goes to school and continues his(her) education. The strategic positioning of UNICEF as leader of the sectoral group and its consequent support, make it possible to strengthen the quality of education and it is encouraging to see that the allocation of the national budget for education reaches 20% in 2020. UNICEF globally has been engaged with a range of public and private sector partners as well as with CSOs and other UN agencies in developing a concept called Generation Unlimited. This global partnership is born out of a recognition that a lack of

secondary age education, skills for employability and empowerment, especially for girls, keeps young people from achieving their goals and contributing to a more peaceful and prosperous future. The initiative recognizes that with education, skills and empowerment, young people can make the most of their talents and potential and contribute to the peace and prosperity of their communities. Generation Unlimited aims at ensuring that by 2030, all young people are either enrolled in education, learning programmes, training, or they are employed. This can be done by promoting participation, scalable solutions, partnerships and learning, while providing a path for employability.

5. Do you consider quality education and youth participation/empowerment on security issues essentials for the Peacebuilding process?

Yes, integrating life skills, peacebuilding and social innovation initiatives in schools is essential to provide the quality of education for an organized transition from adolescence into adulthood employment and social cohesion outcome.

6. If so, how do you think that quality education and youth can contribute to SDG 16?

By integrating life skills, peacebuilding and social innovation initiatives in schools, we contribute providing the quality of education and construction of more peaceful, justice and inclusive societies.

7. Considering your work at UNICEF Burundi, speak about your experience in the National Committee focusing work on SDG 16.

My experience in contribution to the SDG as UNICEF's employee has been to position adolescent and youth in contribution to peacebuilding through interventions aligned with the Ministry of Youth's National Policy for Youth. I'm leading from 2015 a programme on life skills that includes key aspects of self-awareness, self-confidence, problem solving, citizenship and civic empowerment aims at empowering adolescents to resist political manipulation and to break cycles of violence. In collaboration with the Ministry of Youth and partner NGOs, youth peer leaders were trained to deliver the skills building program. In 2019, I helped to introduce in UNICEF an adolescent programming with UPSHIFT (a human-centred design approach) after consultation with stakeholders (including adolescent girls and boys). The UPSHIFT approach equips adolescent girls and boys with skills and engages them to co-create innovative solutions to community challenges. It is a platform to provide adolescents, in a practical way, access to 21st century competencies and entrepreneurial thinking while

promoting greater dialogue among adolescents of diverse backgrounds and also between adolescents and adults that complements other programming aimed at social cohesion, participation and employability of adolescents and young people in Burundi to prevent them from political manipulation and build more peaceful, justice and inclusive societies.

8. List UNICEF Burundi projects where education has been a key pillar for achieving social cohesion and a more peaceful society.
 - **« Appui à la Résilience des Jeunes face aux conflits sociopolitiques au Burundi » ;**
 - **Community-based prevention of violence and social cohesion using innovation for young people in displaced and host communities.**

9. List UNICEF Burundi projects where youth have been fundamental in achieving social cohesion and a more peaceful society.
 - **« Appui à la Résilience des Jeunes face aux conflits sociopolitiques au Burundi » ;**
 - **Community-based prevention of violence and social cohesion using innovation for young people in displaced and host communities.**

The two projects participated to non-formal education in peacebuilding with the target of adolescents and youths.

10. In your perspective, what more could UNICEF do and work towards so that the Sustainable Development Goals and respective targets were completed by 2030, as planned?

UNICEF will focus on the 21st century competences on peacebuilding and innovation for out and in school adolescents and youth as soft curriculum to support the quality of education for an improved transition to peaceful society. This curriculum will be delivered through diverse platforms to reach more adolescents and youths (digital and radiophonic as well as community spaces like solidarity groups) to create new generation of people engaged in construction of more peaceful, justice and inclusive society.

Anexo 8 – Progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Estados Extremamente Frágeis, Frágeis e Não-Frágeis/Desenvolvidos

Table 1.1. Progress on Sustainable Development Goals across extremely fragile, other fragile and non-fragile, developing contexts

Sustainable Development Goal	Extremely fragile contexts		Other fragile contexts		Non-fragile, developing contexts	
	Progressing or on track for achievement	Stagnated or decreasing	Progressing or on track for achievement	Stagnated or decreasing	Progressing or on track for achievement	Stagnated or decreasing
Goal 1 (no poverty)	10%	90%	42%	58%	85%	15%
Goal 2 (zero hunger)	15%	85%	38%	62%	56%	44%
Goal 3 (good health and well-being)	46%	54%	64%	36%	93%	7%
Goal 4 (quality education)	40%	60%	44%	56%	55%	45%
Goal 5 (gender equality)	15%	85%	50%	50%	61%	39%
Goal 6 (clean water and sanitation)	54%	46%	48%	52%	91%	9%
Goal 7 (affordable and clean energy)	38%	62%	48%	52%	86%	14%
Goal 8 (decent work and economic growth)	100%	0%	93%	7%	84%	16%
Goal 9 (industry, innovation, and infrastructure)	23%	77%	38%	62%	65%	35%
Goal 11 (sustainable cities and communities)	15%	85%	31%	69%	41%	59%
Goal 13 (climate action)	92%	8%	100%	0%	75%	25%
Goal 14 (life below water)	29%	71%	35%	65%	33%	67%
Goal 15 (life on land)	54%	46%	36%	64%	25%	75%
Goal 16 (peace, justice, and strong institutions)	8%	92%	29%	71%	51%	49%
Goal 17 (partnership for the goals)	25%	75%	31%	69%	46%	54%

Fonte: OCDE (2020)

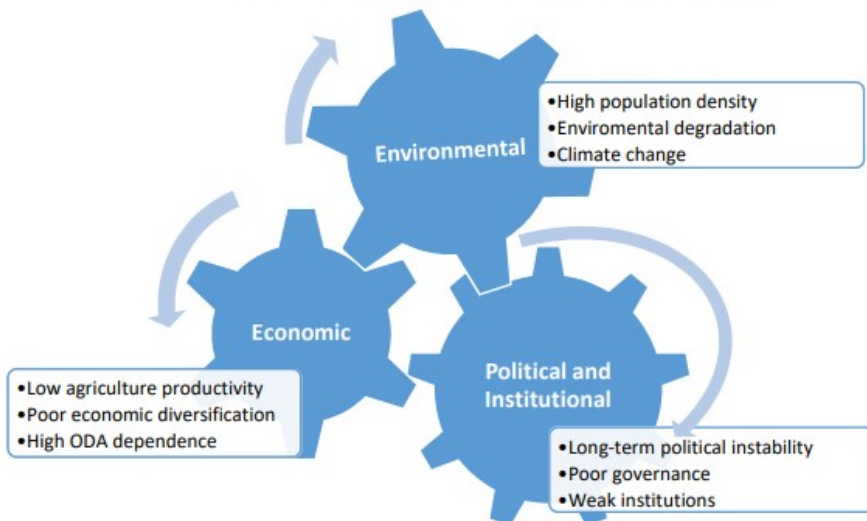
Anexo 9 – Mapa da Região dos Grandes Lagos Africanos



Fonte: *Research Gate* (2011)

Anexo 10 – Fragilidades no Burundi

FIGURE 12. BURUNDI FACES DIFFERENT ASPECTS OF FRAGILITY



Fonte: *The World Bank* (2018)

Anexo 11 – Atividade realizada no Estágio, de forma detalhada

Programa/Iniciativa/Área	Tarefas	Produtos/Sessões
<p>Programa de Educação pelos Direitos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em reuniões com as escolas parceiras para definição e acompanhamento do Programa; • Participação em reuniões com escolas para definição de sessões; • Elaboração de atas de reunião; • Preparação e construção de um <i>Excel</i> que sirva de base de dados para o Programa; • Preparação de <i>Excel</i> para monitorização do Programa; • Pesquisa de atividades; • Criação e adaptação de novas atividades; • Construção de base de dados das atividades; • Planificação de sessões; • Preparação do conteúdo e da apresentação das sessões; • Participação e intervenção em sessões presenciais nas escolas; • Participação e intervenção em sessões promovidas <i>online</i>; • Organização e uniformização de todas as atividades com o mesmo <i>lay-out</i>; • Apoio na organização da Plataforma de Recursos do Programa (pesquisa de outras plataformas). 	<ul style="list-style-type: none"> • Participação em 13 reuniões; • Elaboração de 2 atas de reunião; • Construção de 1 base de dados e de 1 <i>Excel</i> de monitorização do Programa; • Preparação de base de dados com outros Programas de Educação a nível nacional; • Participação e intervenção em 3 sessões presenciais com o 6º ano da Escola Básica e Secundária Luís António Verney; • Participação e intervenção em 4 sessões <i>online</i> com o 6º ano da Escola Básica e Secundária Luís António Verney; • Planificação de sessão para o 7º ano da Escola Básica e Secundária Luís António Verney; • Participação em 2 sessões <i>online</i> com o 8º ano da Escola Básica e Secundária Luís António Verney; • Planificação e preparação do conteúdo das 2 sessões presenciais realizadas com o 4º ano da Escola Básica de 1º Ciclo e Jardim de Infância Bairro Madre de Deus (<i>era da total responsabilidade da autora</i>); • Planificação e preparação da apresentação das sessões no Colégio São João de Brito; • Participação e intervenção nas 3 sessões <i>online</i> com o Colégio São João de Brito;

		<ul style="list-style-type: none"> • Preparação do conteúdo e da apresentação de 2 sessões para a Escola Secundária D.Dinis; • Planificação e preparação do conteúdo da sessão com a Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Ribeiro Ferreira; • Participação e intervenção na sessão <i>online</i> com a Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Ribeiro Ferreira.
A Maior Lição do Mundo	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação de conteúdo teórico; • Revisão de documentos; • Traduções; • Participação em reuniões; • Apoio na organização e planeamento de <i>Webinar</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação do conteúdo teórico (guião) para 1 vídeo; • Tradução de 1 carta.
World Children's Day	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na organização do dia; • Participação em <i>Webinar's</i>. 	
Programa Cidades Amigas das Crianças	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação de relatório; • Pesquisa sobre medidas políticas locais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação de 1 relatório de balanço anual; • Preparação de 1 documento com as medidas sociais implementadas pelos municípios, no âmbito da COVID-19.
Formação "A proteção das crianças: Prevenção e deteção à distância de situações de risco ou perigo"	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na organização e planeamento da Formação; • Elaboração de inquérito de avaliação; • Apoio na logística do evento; • Participação em reuniões; • Tradução; • Organização de documentos de tratamento de dados; • Organização do documento referente ao <i>chat</i> da formação; • Apoio na planificação de futuras formações. 	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação de 1 inquérito de avaliação referente aos dois dias de formação; • Tradução do Programa; • Preparação de 1 documento de organização dos comentários do <i>chat</i>.
Conferência de Imprensa para crianças e jovens	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio na organização e planeamento do evento; • Organização de dados. 	

<p>Estratégia da União Europeia sobre os Direitos da Criança/Garantia para a Infância</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Leituras; • Traduções; • Revisão de documentos; • Participação em <i>Webinar's</i>; • Preparação do conteúdo e da apresentação dos <i>Webinar's</i> organizados pela UNICEF Portugal; • Participação e intervenção nos <i>Webinar's</i> organizados pela UNICEF Portugal; • Estabelecimento de contactos com as entidades parceiras envolvidas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tradução de 3 guias; • Preparação do conteúdo (guião) e da apresentação (<i>power-point</i>) de 2 <i>Webinar's</i>; • Tradução dos contributos das crianças de 6 organizações parceiras.
<p>Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização dos seus avanços; • Pesquisa sobre os seus avanços; • Participação em reuniões; • Leituras e sistematização de informação; • Apoio na organização de documento de sistematização/levantamento de informação; • Criação de calendário com datas de interesse. 	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação de 1 documento com datas de interesse.
<p>Estratégia Nacional para os Direitos da Criança</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização dos seus avanços; • Pesquisa sobre os seus avanços; • Leituras; • Análise de documentos oficiais. 	
<p>Pobreza Infantil</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Atualização de dados; • Recolha de novos dados; • Pesquisa sobre fontes dos dados; • Pesquisa de dados de outras organizações e de estudos europeus longitudinais; • Pesquisa sobre indicadores de pobreza; • Participação em <i>Webinar's</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de 1 documento sobre a pesquisa de dados de outras organizações e de estudos longitudinais; • Produção de 1 documento sobre a pesquisa de indicadores de pobreza.

<p>Violência/Violência Escolar/<i>Bullying</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pensar em conteúdo teórico; • Sistematizar todas as linhas de apoio existentes; • Pesquisa bibliográfica sobre as temáticas; • Recolha de novos dados; • Criação de base de dados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação de 1 documento com dados e informação para conteúdo nas redes sociais; • Preparação de 1 documento com pesquisa teórica e bibliográfica; • Criação de 1 base de dados sobre violência.
<p>1º Confinamento vs. 2º Confinamento</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa e recolha de informação (medidas políticas nacionais no Confinamento). 	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação de 1 documento de comparação entre 1º e 2º Confinamento.

Fonte: Elaborado pela autora